



Ministério da Educação
Universidade Federal do Delta do Parnaíba
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

**COMUNIDADE LGBTQIA+ E CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DO NORDESTE BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS SENTIDOS
ATRIBUÍDOS E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS**

Amadeu Antônio Pereira Neto

Parnaíba-PI

2022



Amadeu Antônio Pereira Neto

**COMUNIDADE LGBTQIA+ E CURRÍCULOS DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
DO NORDESTE BRASILEIRO: INVESTIGAÇÃO ACERCA DOS SENTIDOS
ATRIBUÍDOS E FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS**

Projeto de pesquisa submetido ao Seminário de
Qualificação de Dissertações 1, Linha de Pesquisa:
Processos psicossociais e sua avaliação em diferentes
contextos.

Orientador: Prof. Dr. Fauston Negreiros

Parnaíba-PI

2022

Amadeu Antônio Pereira Neto

Comunidade LGBTQIA+ e currículos de graduação em psicologia do Nordeste brasileiro: investigação acerca dos sentidos atribuídos e fundamentos epistemológicos

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientador: **Prof. Dr. Fauston Negreiros**

Aprovada: 30/01/2024

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Fauston Negreiros - Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)/

Universidade de Brasília (UnB) - Orientador

Documento assinado digitalmente
 RAQUEL PEREIRA BELO
Data: 08/02/2024 09:42:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. Raquel Pereira Belo - Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr)

- Avaliadora Interna



Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Avaliador Externo)

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Delta do Parnaíba

P436c Pereira Neto, Amadeu Antônio
Comunidade LGBTQIA+ e currículos de graduação em Psicologia do nordeste brasileiro: investigação acerca dos sentidos atribuídos e fundamentos epistemológicos. [recurso eletrônico] / Amadeu Antônio Pereira Neto. –2024.
120 f.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) Universidade Federal do Delta do Parnaíba, 2024.
Orientação: Prof. Dr. Fauston Negreiros.
1. Psicologia. 2. LGBTQIA+. 3. Educação. 4. Currículos de Graduação. 5. Nordeste. 6. Psicologia. I. Título.

CDD: 155.3

À tia Nadir, que me ensinou o amor; que é cuidado e acolhimento.

AGRADECIMENTOS

*“Não é o que o mundo reserva para você, mas o que
você traz para o mundo.”*

- Anne with an E

A conclusão desta dissertação de mestrado marca o fim de uma jornada acadêmica repleta de desafios e aprendizados. Gostaria de expressar minha sincera gratidão à toda minha família, em especial minha mãe Fabiana pelo apoio incondicional, por ser meu exemplo e refúgio. Obrigado pelo amor e dedicação, por estar sempre ao meu lado, em cada batalha e até o fim. Obrigada por ser um exemplo de mulher e de mãe. Por você todo o amor do mundo. Por tudo.

Agradecimento ao meu irmão pela parceria que temos e por sempre me inspira a procurar a melhor versão de mim. A minha avó por desde cedo ter me ensinado que o amor é cuidar. Ao meu avô (em memória) por toda a proteção e amor. A minha Tia Nadir (em memória) por ter emprestado parte da sua existência para ajudar a construir a pessoa que eu sou hoje, que me ensinou a sempre sorrir e não desistir. Sei que você está comigo em todos os momentos da minha vida.

Ao meu marido, por me amar e me apoiar em toda essa empreitada, pelo companheirismo, carinho e dedicação sempre com tanto amor e cuidado. O homem da minha vida, obrigado por me incentivar a seguir quando muitas vezes tive medo e dúvidas, por me amparar em todos os momentos em que essa caminhada se tornou árdua, seu apoio inabalável e encorajamento foram a força que me sustentou nos momentos mais desafiadores. Meu amor, por tudo, gratidão.

Agradeço também aos meus amigos, que estiveram ao meu lado durante toda essa jornada, celebrando as vitórias e oferecendo conforto nos momentos difíceis. Meus amigos do colégio que continuam ao meu lado acreditando e apoiando, Ingrid, Mônica, Amanda, Matheus, Yasmin, Jonathan e os agregados. Andressa, Allinson, Thaís, Ana, João Luiz, Igor, Rosi, Rick Nadia, Illana, Nikholas, Geovanna e Welison por todo o companheirismo. Meus amigos do vôlei, Alanna, André, Essly, Alice, Mirela, Evaristo, Yago, Rayssa, Shacha, Rian e William,

por serem afago. Por vocês amor.

Não posso deixar de mencionar meus colegas de mestrado, Maria Gabriela, Marcelly, Mateus, Letícia e Roniel que compartilharam ideias valiosas e proporcionaram um ambiente colaborativo, acolhedor e enriquecedor. Cada discussão, troca de experiências e apoio contribuíram significativamente para que esse processo fosse menos difícil. Obrigado pelos risos, pela força e fofocas. Obrigado por tudo, gratidão.

Meu orientador, Fauston Negreiros, cuja orientação e apoio constante foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Seus insights e dedicação ajudaram a moldar esta pesquisa. Obrigado pela sensibilidade e por ser referência para mim.

Além disso, reconheço a importância dos professores e demais profissionais que contribuíram para o meu crescimento acadêmico, aqui deixo minha gratidão à professora Raquel Belo por ter aceitado, nos 45 minutos do segundo tempo, fazer parte e contribuir com esta pesquisa. Grato ao professor Breno Oliveira, que tornou esta pesquisa viável com seus conhecimentos fundamentais.

Sou grato ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (PPGpsi/UFDPA).

Grato a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela bolsa de estudo, tão importante e necessária para a construção desse trabalho.

Por fim, este trabalho é dedicado a todos que, de alguma forma, tornaram possível a realização deste sonho. Cada indivíduo mencionado desempenhou um papel importante, e sou grato por ter o privilégio de ter uma rede de apoio tão acolhedora e excepcional. Que este trabalho contribua, mesmo que modestamente, para o avanço da luta contra a LGBTQIA+fobia e para o conhecimento em nossa área de estudo.

Resumo

Para tanto, o presente estudo traz como objetivo geral, investigar os sentidos atribuídos e os fundamentos epistemológicos envolvidos na abordagem da comunidade LGBTQIA+ nos currículos de graduação em Psicologia na região Nordeste do Brasil. Este estudo é de abordagem qualitativa, com delineamento documental, a partir do qual serão analisados os Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) para a graduação em psicologia nos Institutos de Ensino Superior (IES) públicos (Federal e Estadual) do Nordeste brasileiro. A análise dos dados está estruturada em dois estudos científicos. O estudo 1 teve como objetivo identificar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos (PPC) para os cursos de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. O foco é compreender em quais disciplinas dos cursos as concepções da comunidade LGBTQIA+ são estudadas e discutidas; quais instituições incluem disciplinas dedicadas a abordar essas questões e investigar quais os principais eixos debatidos nas disciplinas que versam sobre essas temáticas. Para a melhor análise, os PPCs foram processados usando o software Iramuteq, por meio da classificação hierárquica descendente. Este estudo revelou, a partir das análises, que 19 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados. O conteúdo, analisado foi categorizado em seis classes. O estudo 2 tem como objetivo realizar uma análise abrangente das disciplinas de educação e desenvolvimento humano presentes nos cursos de psicologia de instituições de ensino superior públicas do Nordeste, focalizando a interseção entre educação, desenvolvimento humano e a comunidade LGBTQIA+. A análise dos dados foi realizada usando a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os resultados das análises das disciplinas que exploram a temática do Desenvolvimento conduziram à identificação de três eixos categóricos de análise: "Desenvolvimento na Infância"; "Desenvolvimento na Adolescência" e "Desenvolvimento na Velhice". Dentro do contexto das disciplinas educacionais, identificaram-se três eixos fundamentais: "Educação sexual"; "Educação inclusiva"; e "Críticos culturais educativos". Em síntese, assinala-se a importância do debate das temáticas relacionadas à comunidade LGBTQIA+ nos currículos a partir de uma perspectiva ética, considerando os direitos humanos e todos os fatores políticos, sociais e culturais que perpassam os temas.

Palavras-chave: Formação; LGBTQIA+; Currículo; Educação.

Lista de figuras

Figura 1 Sistematização da história da psicologia escolar.	25
Figura 2 Sistematização dos elementos essenciais para um pensamento crítico.	26
Figura 3 Sistematização dos capítulos teórico-práticos do estudo.	52
Figura 4 Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudo 1.	53
Figura 5 Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudo 2.	54

Lista de tabelas

Tabela 1 Caracterização geral dos PPCs. Estudo 1.....	62
Tabela 2 Caracterização das disciplinas. Estudo 1.....	63
Tabela 3 Caracterização dos PPCs. Estudo 2.....	105
Tabela 4 Caracterização geral das disciplinas. Estudo 2.....	106
Tabela 5 Temas abordados nas disciplinas de Desenvolvimento Humano. Estudo 2.....	107
Tabela 6 Temas abordados nas disciplinas que versam sobre educação. Estudo 2.	108

Lista e abreviaturas

ABRAPEE: Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional

CFP: Conselho Federal de Psicologia

CID: Classificação Internacional de Doenças

CIP: Carteira de Identidade Profissional

CRP: Conselho Regional de Psicologia

DCN: Diretrizes Curriculares Nacionais

DSM: Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais

GGB: Grupo Gay da Bahia

IES: Instituição de Ensino Superior.

LGBTQIA+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Queer, Intersexo e Assexuais

OMS: Organização Mundial de Saúde

PPC: Projeto Político Pedagógico

SBPC: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência

Carta à leitora/Carta ao leitor

“O jeito mais comum de as pessoas desistirem de seu poder é pensar que não tem nenhum.”

- Alice Walker

Opto por começar minha apresentação a você, caro leitor/leitora, a partir de uma perspectiva centrada nas dores. Não, não busco romantizar as dores, mas é preciso abordá-la, pois ela ajudou a moldar minha identidade e os princípios pelos quais fervorosamente luto. Assim me apresento a você: alguém que sempre está buscando ir além, sempre seguindo em frente em busca de novas perspectivas do mundo, das relações e de mim mesmo. Me chamo Amadeu, tenho 28 anos, nasci em Parnaíba, e me tornei o psicólogo que sou nos diversos espaços e através das grandes pessoas que conheci na Universidade Federal do Delta do Parnaíba, em Parnaíba-PI.

Quando criança, eu enxergava o mundo através da lente da inocência. Esse mundo radiante, cheio de cores e sonhos, ao longo do tempo, foi perdendo seu brilho, sendo ofuscado pela sombra do preconceito. Muitas vezes, a alegria de me expressar, vestir-me, ou assistir a um simples desenho era substituída por confusão, enquanto lágrimas silenciosas desenhavam caminhos no meu rosto.

Confusão por não conseguir compreender o motivo da professora chamar minha atenção no meio da sala pelo meu modo de sentar quando eu tinha 8 anos de idade. Confusão por não entender porquê eu não poderia usar uma camisa da cor rosa, confusão por ouvir piadas e receber apelidos pelo meu jeito de ser. Essa confusão esteve presente na minha infância, adolescência e persiste até o momento atual. Eu sinto que sempre estará comigo.

A violência que enfrentamos é algo que não podemos permitir que nos defina, mas seria ingênuo afirmar que ela não contribuiu para moldar quem sou hoje. Foi e continua sendo muito difícil afirmar minha identidade, uma vez que sou uma pessoa que foge de todos os padrões

estabelecidos pela heteronormatividade. A violência esteve presente nos caminhos que percorri até aqui, mas nunca irá me definir nem me controlar. É uma violência que me conduziu a um caminho de luta, uma luta pelo seu fim.

Durante meu processo de formação enquanto profissional psicólogo, busquei expandir meus horizontes e adentrar em áreas que pudessem me fazer compreender todas essas dores pelas quais passei. Foi através do prof. Fauston e do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Desenvolvimento Humano, Psicologia Educacional e Queixa Escolar (PSIQUED), que fui apresentado a uma Psicologia que me fez revistar essas dores através de um novo olhar, uma visão crítica. Foi nesse processo que conheci e me apaixonei pela Psicologia Escolar e Educacional, que alinhada as demandas das pessoas LGBTQIA+ me fizeram compreender e questionar todo o sistema heteronormativo que somos inseridos desde pequenos.

A partir disso, me senti instigado a estudar sobre a comunidade LGBTQIA+ e suas vivências nos espaços educacionais, sempre embasado pela Psicologia escolar crítica. E foi com o intuito de adentrar ainda mais nessas temáticas que ingressei no mestrado, buscando estimular a reflexão e o debate, assim como contribuir academicamente, e quem sabe inspirar outras pessoas, pesquisas e discussões. Estes foram os caminhos que me conduziram a esta pesquisa. Por essas razões eu luto por um amanhã onde a diversidade seja celebrada, e o sorriso e inocência daquela criança pudesse ter florescido sem medo.

Boa leitura!

20 de janeiro de 2024, Parnaíba, PI.

Amadeu Antônio Pereira Neto

Sumário

1. Introdução.....	15
1.1. Um olhar reflexivo sobre a formação em psicologia no Brasil	17
1.2. A psicologia escolar sob a perspectiva crítica	23
1.3. Trajetória formativa: desvendando o significado e a importância do currículo	29
1.4. Caminhos de resistência: uma exploração histórica sobre a narrativa da comunidade LGBTQIA+ e sua interseção com a psicologia.....	33
1.5. Entre livros e cores do arco-íris: explorando a dinâmica escolar e a comunidade LGBTQIA+ 42	
1.6. Objetivos	46
1.7. Estruturação do trabalho.....	47
2. PERCURSO METODOLÓGICO	47
2.1. Pressuposto teórico-metodológicos	47
2.2. Contexto do estudo	49
2.3. Procedimentos para apreensão dos dados e cuidados éticos do estudo	50
2.4. Procedimentos analíticos do estudo.....	51
3. Estudo 1: Comunidade LGBTQIA+ e formação em Psicologia: apreciações dos Projetos Pedagógicos de Cursos no Nordeste brasileiro	56
4. Estudo 2. Inclusão LGBTQIA+ nos currículos de Psicologia: abordando Educação e Desenvolvimento Humano no Nordeste brasileiro	84
5. Síntese integradora e recomendações	109
5. Referências.....	113

1. Introdução

Durante muito tempo, certos grupos sociais foram marginalizados, tratados como pecadores, criminosos e loucos, sujeitos a um sistema opressivo e punitivo no qual poucos tinham a capacidade de expressar seus pensamentos e, principalmente, a liberdade de escolher como viver e quem amar. Isso ocorre devido à constante pressão, direta ou indireta, para seguir a um padrão cisheteronormativo imposto socialmente. (Duarte et al., 2019; Santana & Sobrinho, 2023).

Apesar de todos os esforços e lutas na busca por garantias de direitos ao público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais (LGBTQIA+), estes ainda se deparam, no dia a dia, com diversas formas de preconceito e violências, que podem ser uma das principais razões para o sofrimento mental. Nossa sociedade reproduz várias formas de dominação e exploração, incluindo as relacionadas a classe, sexualidade, gênero e raça/etnia, o que contribui para um cotidiano de repressão tornando esses sujeitos mais vulneráveis às violências (Duarte et al, 2023).

Por esse motivo, devemos ter em mente que os processos que levam ao sofrimento psíquico das pessoas que acessam as redes de saúde mental são únicas e influenciadas pelas suas vivências. No entanto, também é fundamental reconhecer que esses processos estão interligados com fatores como raça, sexualidade, gênero e classe social. Por essa razão, se faz necessário que essas questões sejam trabalhadas tanto no cotidiano dos serviços de saúde mental, quanto no processo formativo da profissional psicóloga/o/e (Clemente, 2019).

Acreditamos que embora os estudos de gênero e ativismos tenham ganhado reconhecimento na formação acadêmica em Psicologia, a ideia normativa e compulsória da matriz heterossexual na construção das visões de sujeito ainda é amplamente aceita e naturalizada nos discursos e métodos formativos em Psicologia (Roseiro et al, 2021).

Assim surge a necessidade de se elaborar um novo currículo e novas práticas universitárias, pois, isso significa repensar a linguagem psicológica tornando-a mais democrática. A linguagem, enquanto instrumento de trabalho da Psicologia, deve ser entendida como um construto social que, por conseguinte, está carregada de crenças, valores, representações sociais, relações de poder e afetos. Desse modo, para que esse processo de construção seja verdadeiramente democrático, é importante a participação de diferentes grupos e sujeitos, é necessário que se abarque a pluralidade dos modos de ser (Lima, 2019).

Diante do que foi abordado, a presente pesquisa tem o intuito analisar a formação da Psicóloga/o/e na região Nordeste brasileira para uma atuação voltada para a comunidade LGBTQIA+. Analisando o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para os cursos de formação em Psicologia nos Institutos de Ensino Superior (IES) públicos do Nordeste brasileiro. Pensando em como as teorias psicológicas que abordam a comunidade LGBTQIA+ estão sendo abordadas, de modo a refletir na maneira que elas vêm versando frente a este tema na atualidade, e nos diferentes modos de ser no atual contexto social e histórico.

Nesta análise, destaco as limitações da pesquisa atual, dada a amplitude do tema currículo, tornando desafiador abordá-lo de forma abrangente. Assim, a presente investigação não engloba todos os aspectos do objeto de estudo, apontando para a necessidade de futuras pesquisas que considerem, por exemplo, o currículo oculto e as perspectivas de alunos e professores. A inclusão desses elementos proporciona uma compreensão mais abrangente de como a graduação em Psicologia está incorporando, ou não, temas que perpassam a comunidade LGBTQIA+.

Com esse estudo, objetiva-se contribuir para o debate em torno da formação em Psicologia para uma atuação voltada para a comunidade LGBTQIA+. Com o intuito de instigar discussões e novas visões críticas relacionadas ao instrumental técnico-prático e ético-político que orienta o saber-fazer profissional das psicólogas/os/es, tomando como centro a formação

em Psicologia e a capacitação para uma atuação que visa fazer um trabalho voltado para o público LGBTQIA+, tentando compreender e aprimorar a abordagem acadêmica frente a essa diversidade.

1.1. Um olhar reflexivo sobre a formação em psicologia no Brasil

Os primórdios da Psicologia no Brasil datam o período colonial, intitulado como pré-institucional. A criação de colégios para os curumins foi o início do ensino que hoje é denominado de “ideias psicológicas”. Uma Psicologia que tinha como objetivo compreender o sujeito enquanto objeto da catequese, tendo como suporte teórico outras áreas de conhecimento, como a filosofia e a teologia, criando-se uma Psicologia infantil. Ressalta-se que existia a discussão de temas psicológicos, porém não havia a profissão psicólogo (Vilela, 2012).

O período da profissionalização da Psicologia no Brasil é compreendido entre 1890/1906 e 1975, que se inicia com sua institucionalização, indo até a sua regulamentação. A partir de 1890, os saberes psicológicos foram desenvolvidos por meio da medicina e da educação. As teses doutorais realizadas pelos formandos dos cursos de medicina para conseguir o título de doutor, tinham como temas emoções, diagnóstico e tratamento de alucinações, histeria e epilepsia. Na década de 1940 os hospícios foram criados no Brasil, visando promover tratamento para os “loucos”. Na educação, a Psicologia se fazia presente por meio de conteúdos que versavam sobre inteligência, sensações e vontade, encontrados nas disciplinas de filosofia, Psicologia lógica, pedagogia e Psicologia. Todos esses temas eram ofertados no ensino secundário e nas escolas normais (CRPSP, 2011; Pereira e Pereira Neto, 2003; Soares, 2010).

Em 27 de agosto de 1962 a lei nº 4.119 foi aprovada, regulamentando a profissão de psicólogo. Em 19 de dezembro desse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação emitiu o parecer 403, que instituiu o currículo mínimo e a duração dos cursos de graduação em Psicologia no Brasil. Se baseando no referencial teórico da sociologia das profissões, é possível perceber que por volta dos anos 1970, a Psicologia conseguiu todos os atributos necessários

para se estabelecer enquanto uma profissão. Atributos esses que são: conhecimento teórico pouco acessível e institucionalizado, mercado de trabalho assegurado e que se autorregula, e está instituída em conselhos e códigos de ética. Assim, no ano de 1975 se encerra a caminhada da Psicologia em busca da sua profissionalização (Pereira & Pereira Neto, 2003).

Nos anos 1960 e 70, a Psicologia tinha um lugar pequeno na sociedade brasileira. Era uma profissão vinculada aos interesses da elite, sempre atuando na busca de caracterizar, classificar e adaptar as pessoas, indicando as pessoas certas para os lugares certos. O currículo mínimo, enquanto reflexo da sociedade, fundamentava-se na oferta de disciplinas isoladas, que nas suas teorias, se distanciaram das questões sociais. A formação era autor-centrada, que se baseia na escolha de um autor de preferência e adotar apenas uma teoria. Não havia autores brasileiros ou latino-americanos dentre os ofertados, demonstrando o pensamento colonialista, com teorias advindas de países de primeiro mundo e deslocadas da realidade brasileira. Desse modo, a formação em Psicologia se definiu como tecnicista e autor-centrada, baseada em ideais colonialistas com o intuito de formar profissionais para aplicação de técnicas e teorias, sempre alinhadas aos pensamentos da elite brasileira (Bock, 2015).

Portanto, na década de 60 a atuação das psicólogas/os/es se baseava na utilização de métodos e técnicas que tinham como fim o diagnóstico psicológico, seleção e orientação profissional e psicopedagógica. Assim como de solucionar problemas de ajustamento, coordenar serviços de Psicologia em órgãos públicos e particulares, ensinar disciplinas de Psicologia nos variados níveis de ensino e supervisionar profissionais e alunos em trabalhos técnicos e práticos de Psicologia (Silva Neto, Guzzo & Moreira, 2014).

Essa atuação era reflexo do currículo mínimo, que para o bacharelado e a licenciatura, tinha como matérias obrigatórias a Psicologia geral, estatística, fisiologia, Psicologia experimental, Psicologia da personalidade, Psicologia do desenvolvimento, Psicologia social e psicopatologia geral. Para o currículo em licenciatura, que preparava os docentes de Psicologia

em nível médio, também se fazia obrigatório as disciplinas pedagógicas decretadas em resolução especial (CRP, 2018).

É de suma importância apontar, que de 1964 a 1985, foi instaurado no Brasil a ditadura militar. Que ao longo desses anos esteve sob o comando de governos militares contínuos. E foi nesse contexto que a Psicologia se regulamentou e se desenvolveu enquanto profissão

Assim, as práticas psicológicas desenvolvidas nessa época visavam a normalização e adaptação dos indivíduos em meio a um sistema de sociedade opressor. Também é importante destacar a postura de neutralidade científica da profissão, onde ela se posicionava de forma ambígua frente às práticas de violência do Estado (Scarparo et al., 2014).

A partir de 1964 até o início dos anos 1980, os cursos de Psicologia no Brasil iniciaram o seu processo de expansão territorial com um modelo de formação voltado para práticas clínicas e ao espaço privado de trabalho profissional. A busca pelo distanciamento desse modelo de formação tem sido um passo importante que gera debates junto aos programas de formação, discussões e demonstrações que mostram indícios de que a psicologia tem muito a contribuir em outras áreas, como nas escolas, juntos aos professores e as famílias (Guzzo & Ribeiro, 2019).

Até os anos de 1980, a formação em Psicologia era fundamentada em áreas de atuação. Desde sua regulamentação, o ensino e a prática foram elaborados em três grandes áreas de atuação, a clínica, a escolar e a industrial. Por conseguinte, os cursos passaram a adotar na sua organização curricular disciplinas que abordassem essas três áreas. A Psicologia clínica se estabeleceu como a área de maior carga horária curricular nos cursos de graduação, sendo vista pelo imaginário social como a atividade principal da psicóloga/o/e (Ferreira Neto, 2010).

Segundo o Conselho Federal de Psicologia (2018), no ano de 1995, o Ministério da Educação delegou um grupo de especialistas em Psicologia para a criação das Diretrizes Curriculares para a graduação em Psicologia. O documento elaborado orienta que a formação

em Psicologia seja básica, pluralista e sólida; generalista; interdisciplinar; científica, crítica e reflexiva; que prepare o profissional para uma atuação multiprofissional; efetiva integração teórico-prática; compromisso com as demandas sociais; compromisso ético permeando todo o currículo; romper com os modelos de atuações tecnicistas; precisar as terminalidades dos cursos de Psicologia.

Dessa forma, com o intuito de formar profissionais mais capacitados para atuar frente às demandas da realidade brasileira, onde podemos citar as questões relacionadas à orientação sexual, gênero, raça, classe social e outras, as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) foram finalmente publicadas, por meio da Resolução CNE/CES nº 8, de 07/05/2004. Elaboradas com o intuito de substituir o currículo mínimo para formação em Psicologia. Em 2011 a Resolução foi revogada pela Resolução CNE/CES nº 5/11, na qual institui reformulações relevantes dos projetos pedagógicos complementares para a formação de professores de Psicologia (Ribeiro & Soligo, 2020; Assis, 2018; Galindo et al., 2020).

Assim, as Instituições de Ensino Superior (IES), tendo como base as orientações advindas das DCNs, tem como parte dos seus objetivos proporcionar uma formação básica e generalista, que o proporcione o aluno um maior preparo não só frente às diversas áreas da Psicologia, mas também que os auxiliem a considerar as especificidades de cada região do país, as demandas atuais da sociedade, e as particularidades do mercado de trabalho. Oferecendo disciplinas que os qualifiquem a analisar e entender os mais variados processos, respeitando as teorias e técnicas, mas principalmente o código de ética (Amendola, 2014).

Por conseguinte, a Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011, destaca em seu texto as orientações voltadas para a importância de uma formação que incorpore e respeite as diversidades. O seu artigo 3º, inciso III, orienta sobre a importância da compreensão crítica dos fenômenos sociais, econômicos, culturais e políticos do país, sendo compreendidos como fatores essenciais para o exercício da cidadania e da profissão.

Também em seu art. 13º, que discorre sobre a formação de professores de Psicologia, o parágrafo 1º, alínea B, versa que o projeto pedagógico complementar tem como objetivo promover a formação de professores de Psicologia implicados com as transformações político-sociais, adaptando sua prática pedagógica para a promoção de uma educação inclusiva.

Foi aprovada no dia 13 de setembro de 2018, a Resolução 597/18 do Conselho Nacional da Saúde (CNS). Na qual se deu início a debates sobre a formação profissional, apontando sobre a necessidade de revisar as Diretrizes Curriculares Nacionais. Em sua versão finalizada, a minuta assinala que a formação em Psicologia precisa estar alinhada com os direitos humanos, a defesa da cidadania, da saúde integral, estando atenta ao compromisso social, e tendo como base sempre a inclusão e responsabilidade ética. Essa minuta manteve as orientações de uma formação científica, ética, política, generalista, crítica, humanista democrática e laica.

Também fez um acréscimo de mais três eixos na resolução nº 5 de 201, orientando a importância do aperfeiçoamento dos conhecimentos da língua portuguesa; língua brasileira de sinais, com o objetivo de promover uma educação inclusiva; história da África e história indígena tendo como finalidade ampliar os conhecimentos da história e cultura brasileira e o enfrentamento do racismo e outras discriminações. (CRP, 2018)

A luz dessas diretrizes, encontram-se os Projetos Pedagógicos de Cursos de cada Instituto de ensino superior. O PPC se conceitua como um documento que visa apresentar normas para os cursos de graduação, com informações sobre a estrutura e elementos reguladores internos. Neles estão contidos tópicos técnicos normativos, compreensão de sujeito e de sociedade, e visão política na qual vão guiar o curso de graduação. Por conseguinte esse documento vai auxiliar na ampliação dos referenciais teóricos, políticos e culturais, pautando-se no ensino, pesquisa e extensão. Contribuindo na construção do perfil de

sujeito/profissional que visa formar, dentro do contexto social para qual se destina a formação (Almeida et al., 2019; Seixas et al., 2013).

Por conseguinte, dentro do processo de formação, pode-se perceber o PPC enquanto documento que sintetiza e expressa os diversos princípios que advêm das políticas educacionais para a formação universitária, conforme também orienta e organiza as vivências particulares do cotidiano das salas de aula (Seixas et al., 2013).

Desse modo, se faz relevante explorar o PPC, pois é através dele que será possível observar quais as ênfases curriculares utilizadas pelo curso, como se dá a distribuição das disciplinas na matriz curricular, e nas ementas de cada disciplina (Picasso & Tavares, 2019).

Além disso, outro fator pertinente é a importância da reflexão crítica na análise da relação currículo e poder, pensando a educação emancipatória na esfera da liberdade e igualdade para os diversos gêneros e sexualidades. Compreendendo através de um olhar crítico que a compreensão da Teoria Queer que vai contra a heterossexualidade compulsória pode proporcionar uma maior autorreflexão dos docentes na aplicação do currículo (Lacerda, 2022).

Diante dos fatos expostos, torna-se necessário a reflexão sobre a legitimidade das verdades que estão sendo proferidas nos cursos de graduação em Psicologia. Essa reflexão se faz importante pois a Psicologia como ciência e profissão deve assumir um posicionamento que vai em direção oposta aos processos de assujeitamento. Por conseguinte, a formação em Psicologia requer a ampliação do arcabouço teórico-prático, assim como a revisão de conceitos e práticas hegemônicas. Assim, é imprescindível avançar no currículo do curso de Psicologia tendo ciência das demandas reais da população (Lima, 2019).

Portanto, a escolha de conhecimentos a serem abordados, as ênfases escolhidas por cada instituição e as atribuições esperadas dos estudantes do curso, são elementos que estão para além da neutralidade na formação da psicóloga/o/e brasileira. é possível constatar esse fato uma vez que hierarquizam e marginalizam saberes (Amaral et al., 2022).

Logo, uma formação que engloba conteúdos sobre as dissidências de gênero e sexualidade, podem possibilitar as psicólogas/os/es compreender, contribuir e conhecer este tema nos mais diversos cenários de atuação, incluindo a escola. Portanto, se faz necessário partir de uma literatura científica acerca desse tema na formação profissional. Tendo assim, um maior embasamento teórico-prático que auxilie na análise de como as discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ tem se inserido nos currículos de Psicologia, o que irá permitir observar as variadas perspectivas teóricas e epistemológicas que têm orientado tais discussões e provocando outras concepções de compreensão conceitual e acionamento político das dissidências de gênero e sexualidade para uma formação de profissionais comprometidos a diversidade.

1.2. A psicologia escolar sob a perspectiva crítica

Como já abordado anteriormente, a história da Psicologia educacional no Brasil data o período da primeira república, quando em 1906, 1914, 1927 e 1931, respectivamente, foi criado no Rio de Janeiro um laboratório de Psicologia pedagógica juntamente ao Pedagogium; a criação do laboratório de pedagogia experimental, ligado a escola normal de São Paulo; com o início dos experimentos de Lourenço Filho com o teste de maturidade para a leitura e escrita, ABC; e após Lourenço filho assumir o cargo de direção da educação em São Paulo no governo Vargas (Patto, 1984).

Assim, no século XIX, os pressupostos psicológicos vinculados à educação foram também elaborados através de outras áreas de conhecimento. Na pedagogia, as escolas normais se apresentaram como espaços de discussão de conteúdos que mais tarde viriam a ser considerados como princípios próprios da Psicologia educacional. Temas como aprendizagem, desenvolvimento, ensino e inteligência. Sendo a inteligência considerada uma expressão da Psicologia do século XX (Antunes, 2008).

Na década de 1930, a relação entre Psicologia e educação se dá através do movimento tradicional da pedagogia, no qual luta em defesa do direito à educação da classe trabalhadora

que até esta década estava cada vez mais se desenvolvendo. O método educacional tinha o professor como centro de difusão do conhecimento, e a psicóloga/o/e cabia se utilizar da investigação dos processos mentais, explicando as diferenças subjetivas e os desvios sociais. Desse modo, a psicóloga/s/e era encarregada da tarefa de nomear e classificar as diferenças que se mostrassem um obstáculo para o processo de aprendizagem. Através de testes e anamneses, que se qualificam como instrumentos de avaliação das características biológicas, psicológicas e intelectuais, esses profissionais elaboravam diagnósticos que facilitavam o processo de compreensão que justificava o não aprendizado escolar (Ramos et al., 2008).

Na década de 1960, a prática psicológica passou a ganhar mais espaço no contexto escolar. Entretanto, tais práticas se baseavam em ideias psicológicas adaptacionistas, na qual afirma que indivíduos devem se ajustar ao meio em que se encontram para conseguir se inserir de forma efetiva. Dessa forma, os alunos devem se adaptar aos meios de ensino da escola, e não o contrário (Machado, 2020).

Portanto, percebe-se que a característica central da prática em Psicologia escolar durante a primeira metade do século XX foi o perfil remediativo frente às demandas de aprendizagem e desenvolvimento. Esse caráter de atuação é resultado direto da influência da medicina e do trabalho clínico das psicólogas/os/es no contexto escolar. Assim, as atuações ficaram delimitadas a perspectiva psicométrica, que é realizada por meio de avaliações, testes psicológicos e diagnósticos.

Sintetizando de forma didática o percurso da Psicologia escolar até a década de 1960, Patto (1984), divide a história da caminhada da Psicologia rumo à escola em três momentos básicos:

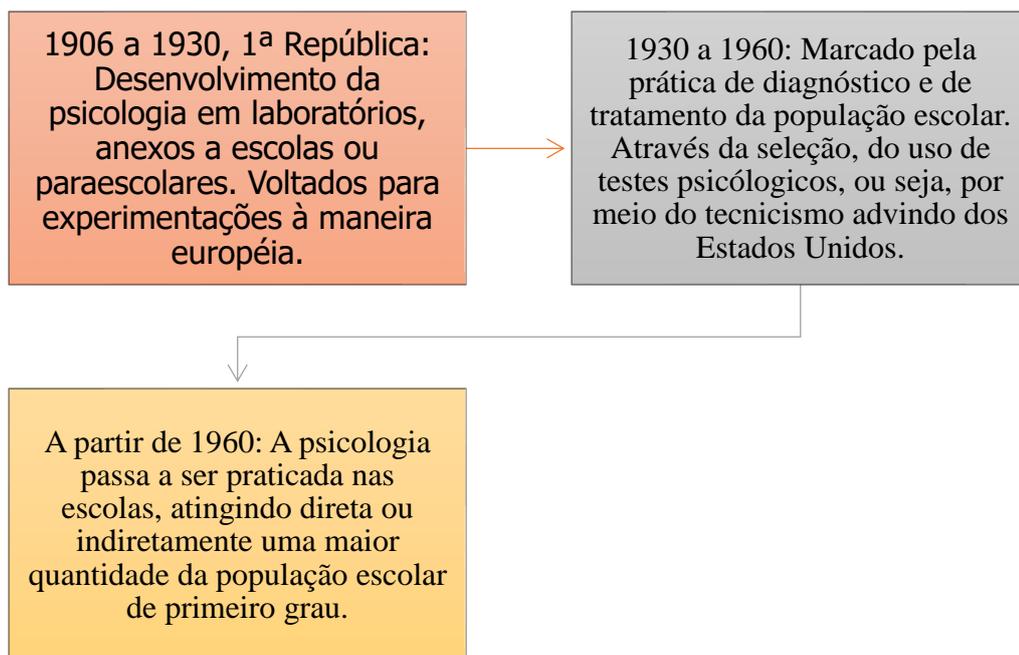


Figura 1 Sistematização da história da psicologia escolar.

Nas décadas de 1970 e 1980, se inicia no Brasil a crise na Psicologia. A partir disso, debates e discussões são levantadas acerca dos aportes teóricos e práticos que cercam o ser e fazer profissional e da formação em Psicologia, sinalizando para a necessidade de um novo olhar sobre as desigualdades sociais. O mesmo ocorre no âmbito escolar, quando Maria Helena Souza Patto, atravessada pelo pensamento marxista e baseada nas concepções do materialismo histórico dialético, dá início ao movimento crítico em Psicologia escolar no Brasil. A autora, através de seus textos, denuncia o caráter ideológico de certas ideias e práticas psicológicas e educacionais. Apontando a escola enquanto um instrumento de ensino e aprendizagem, que pode transformar-se em um ambiente controlador e que legitima as desigualdades sociais através da culpabilização do sujeito (Patto, 1984, 1999).

O materialismo histórico-dialético se apresenta como uma corrente advinda das ciências humanas, abarcando todas as áreas das ciências sociais como a história, filosofia e economia. Seu conceito foi criado por Carl Marx e Friedrich Engels, e servem como base para analisar as relações advindas do capital, assim como suporte de sentidos que auxiliem na superação do atual sistema e suas relações de poder. Esse pensamento também discorre sobre

como a formação do sujeito e de suas relações acontecem por meio das condições materiais em que esse ser histórico é inserido, sendo que até o seu eu subjetivo é uma construção que se dá através das suas relações objetivas com o mundo (Pacífico, 2019).

É com base nisso que Patto aponta para a necessidade de rever a atuação da psicóloga/o/e junto ao oprimido no âmbito escolar. Se fazendo importante a construção de um conhecimento que rompa com os discursos ideológicos predominantes e funcione como norteador na busca por uma Psicologia libertadora. Porém, para que se alcance esse objetivo, é importante repensar os conceitos, objetivos e métodos da Psicologia através de uma perspectiva de ciência histórica e concreta, deixando de lado as concepções empiristas (Patto, 1984).

Para o melhor entendimento do conceito de pensamento crítico, Meira (1997) aponta quatro elementos essenciais a um pensamento crítico, sistematizadas na figura 2:

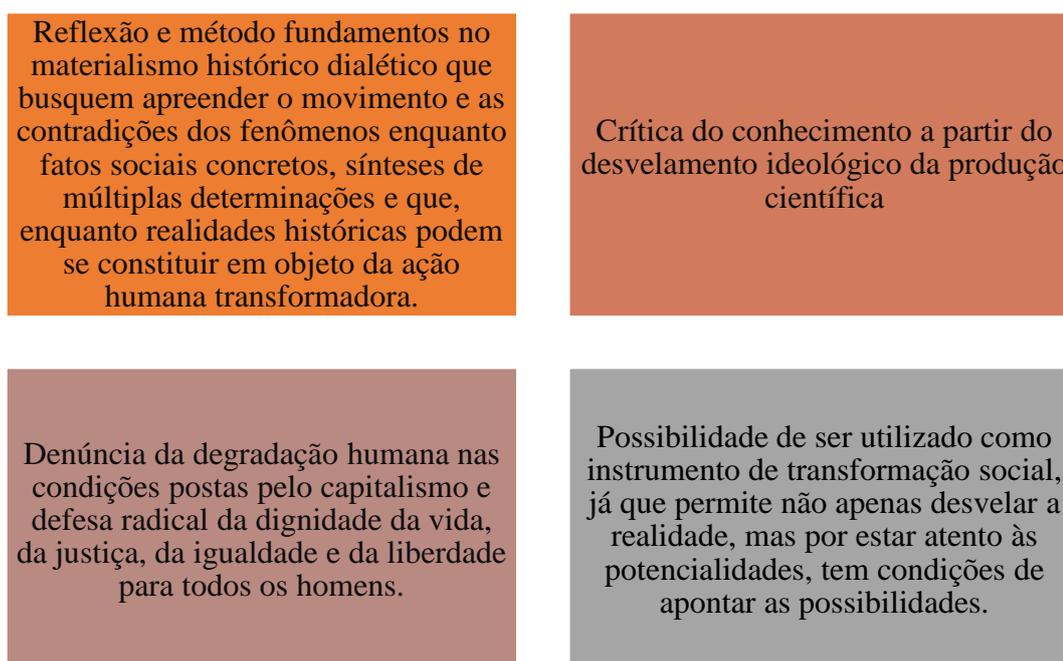


Figura 2 Sistematização dos elementos essenciais para um pensamento crítico.

A reflexão dialética necessita tanto de uma perspectiva de história, quanto de uma concepção de método científico embasados no materialismo histórico-dialético. Também se faz importante, realizar a tarefa de desvelamento ideológico da produção científica, indo contra o modelo de pesquisa positivista que tem se identificado por reafirmar a neutralidade e a

objetividade como características fundamentais do método científico. Ainda se faz presente a crítica do conhecimento, denúncia da degradação humana e perspectiva de sua utilização enquanto instrumento de mudança social, já que pode revelar a realidade e apontar possibilidades de aperfeiçoamento social (Meira, 2012).

Assim, o pensamento crítico se apresenta como um instrumento utilizado para auxiliar a reflexão e prática. Compreendendo que a visão de sujeito e sociedade estão intrinsecamente relacionadas, nos auxiliando a perceber o movimento de conjunto da totalidade histórica, analisando-a em suas múltiplas determinações, e entendendo que a sociedade se encontra sempre em um grande movimento de vir a ser. O que possibilita um legítimo encontro entre a ciência, filosofia, política e a esperança (Meira, 1997).

Foi a partir desse pensamento crítico que a psicóloga/o/e escolar passou a atuar em conjunto com os educadores, em prol da promoção da aprendizagem e do desenvolvimento da criança, partindo de uma visão mais holística e integral do aluno. Assim, sua prática tem como objetivo, além de desenvolver o cognitivo, também o de possibilitar o desenvolvimento emocional, motor e social através de intervenções com os alunos, as famílias e a comunidade (Guzzo et al., 2010).

No final da década de 1980 e início de 1990, as discussões sobre a insatisfação das psicólogas/os/es escolares com sua atuação, proporcionou a fundação da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee), um marco fundamental para a delimitação da área de Psicologia escolar. A instituição vem contribuindo para a promoção de melhoria da qualificação e serviços das psicólogas/os/es escolares e educacionais, dos conhecimentos psicológicos aplicados na área e das possibilidades de atuação nesses espaços, assim como promover e divulgar pesquisas nas áreas de Psicologia escolar e educacional (Barbosa & Marinho-Araújo, 2010).

No ano de 2007, o Conselho Federal de Psicologia passou a reconhecer a Psicologia

escolar enquanto uma especialidade. Assim, a atuação da psicóloga/o/e escolar ficou marcada no âmbito da educação formal, através da realização de pesquisas, diagnóstico e intervenção preventiva ou corretiva individual e em grupo. Porém, uma grande crítica recebida, foi que apesar do reconhecimento, não houve ações para que houvesse mais reconhecimento desses profissionais nesses contextos (Guzzo et al, 2010).

No ano de 2019 foi promulgada a Lei 13.935/2019, que garante a inserção das/os/es profissionais de Psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica, visando atender às necessidades e prioridades determinadas pelas políticas de educação, através de equipes multiprofissionais. Essas equipes têm como fim desenvolver ações, em conjunto com a comunidade escolar, que melhorem a qualidade do processo de ensino-aprendizagem, voltando sua prática para a mediação das relações sociais e institucionais, considerando sempre o projeto político-pedagógico (Brasil, 2019).

Na atualidade, ainda se encontram muitos obstáculos na caminhada da Psicologia escolar em busca de maior reconhecimento nos espaços educacionais. Dessa forma, é necessário que haja um maior engajamento dos profissionais nas lutas pela criação de políticas públicas que garantam o ingresso das psicólogas/os/es nesse campo de atuação.

Apesar do exposto, nos últimos anos, nota-se um crescimento expressivo na atuação da psicóloga/o/e escolar, e isso pode ser observado, por exemplo, na sua interseção com a comunidade LGBTQIA+. Onde no ano de 2023 foi publicada a primeira obra que versa exclusivamente sobre o tema. O livro *Psicologia escolar e educacional e população LGBTQIA+*. Esta obra tem como propósito compilar estudos, pesquisas e debates que se situam na interface da Psicologia escolar crítica (Negreiros e Alexandrino, 2023).

Portanto, é crucial destacar a importância da profissional psicóloga/o/e no apoio à comunidade LGBTQIA+ no contexto educacional, ressaltando a necessidade constante de autocrítica. Assim, a atuação da psicóloga/o/e escolar deve ser pautada por uma abordagem

crítica, cooperativa e socialmente referenciada, alinhada aos pressupostos teóricos, em colaboração com a comunidade escolar. Este engajamento visa promover uma educação inclusiva, fomentar o respeito e contribuir para a luta contínua pelos direitos educacionais da população LGBTQIA+ (Negreiros et al., 2023).

Também é necessário que esses profissionais levem em conta uma perspectiva de atuação crítica, buscando uma prática psicológica que fuja do caráter remediativo, adaptacionista e individualizante. Possibilitando a criação de espaços que contribuam de forma efetiva para o processo de ensino e aprendizagem, levando em consideração todos os diversos modos de ser, ou seja, abraçando a diversidade social, seja nas questões de sexualidade, gênero, raça e etc. Por fim, atuar visando a superação das desigualdades e das violências encontradas nesses espaços.

1.3. Trajetória formativa: desvendando o significado e a importância do currículo

O ambiente educacional está intrinsecamente ligado à disseminação do conhecimento. Tanto escolas quanto universidades são concebidas como locais de aprendizado e ensino. Contudo, é crucial questionarmos quais conhecimentos devem ser compartilhados, de que maneira e para quem essas concepções devem ser transmitidas. Além disso, é fundamental refletir sobre o tipo de indivíduo que a sociedade espera formar. Uma abordagem aprofundada dessas questões ocorre por meio do estudo dos currículos, analisando sua estrutura, compreendendo o processo de ensino e aprendizagem, e percebendo as influências que moldam a organização da difusão do conhecimento nos contextos educacionais.

É importante começar pontuando que a educação superior no Brasil foi marcada, através da história, pela exclusão da maior parte da população. Essa exclusão se deu através de restrições ao acesso e por meio do currículo tradicional, que tinha em sua organização, o poder centrado na figura do professor e pela hegemonia de instrumentos de controle e disciplina e conhecimento técnico-científico. Assim, é importante analisar os currículos através de um viés dialético, compreendendo-o enquanto influenciador da cultura

organizacional e das relações interpessoais (Figueiredo & Orrillo, 2020).

O termo currículo advém da palavra em latim *curriculum*. *Cursus honorum*, uma expressão utilizada na Roma Antiga, que significava as somas das “honras” que o indivíduo ia acumulando ao longo dos sucessivos cargos eletivos e judiciais, que ia do posto de vereador ao de cônsul. A expressão tinha como objetivo significar a carreira, definindo sua ordenação e de que forma seria executada seu percurso. Em nosso idioma, esse conceito, pode se apresentar de duas formas: O primeiro exprimindo o percurso da vida profissional e os êxitos advindos dela, denominado de *curriculum vitae*. De outra forma, o currículo também se apresenta com o sentido de constituir a carreira do estudante e os conteúdos que farão parte desse processo, assim como sua organização, o que deverá ser aprendido e superado, e em que ordem deverá ser feito (Sacristán, 2013).

O conceito de currículo surgiu com o modelo que tinha como fim aperfeiçoar a mão de obra dos operários das fábricas, e, por conseguinte, se estendeu ao campo educacional como forma de atestar qualificação. Bobbit, através de seu livro *The curriculum* (1918), se consolidou como referência no entendimento do currículo como campo especializado de estudos. Para o autor, a escola deveria funcionar por meio de uma abordagem empresarial, definindo metas claras, métodos precisos para alcançá-las e métricas rigorosas para avaliar o sucesso, resultando no modelo tradicional de currículo. Assim, surgiu o modelo tradicional de currículo (Silva, 2004).

As teorias de crítica e pós-críticas ao currículo surgiram como força contrária aos fundamentos das teorias tradicionais, apontando questionamentos aos modelos educacionais existentes, e as desigualdades e injustiças sociais que resultaram desses modelos. As teorias de crítica e pós-críticas objetivam a relação entre saber, identidade e poder. Apreendendo a teoria curricular enquanto organizadora e estruturante da nossa forma de enxergar a realidade (Cunha & Dantas, 2020).

“Quem controla o currículo” é uma discussão central e delicada que aparece para os agentes da educação, professores, autoridades locais e administradores. Esse controle, se define como o poder de decidir que tipo de educação se deseja para as crianças, jovens ou adultos. Em países democráticos, essa estruturação começa nos parlamentos, a partir da aprovação de leis que regulamentam o sistema educacional, e, por conseguinte, desdobra-se na ação governamental, recebendo graus de intervenções distintos de acordo com o regime de estado. Por fim, acaba nas escolas, juntamente com os órgãos colegiais e com as práticas dos professores (Freitas, 2021).

Desse modo, percebe-se que não existe currículo que não seja atravessado pela cultura, pois todos são estruturados enquanto expressão e concretização do plano cultural. Portanto, toda instituição educacional trabalha e defende uma cultura (Currículo), e a reproduz de múltiplas formas. Assim, o seu conteúdo se difunde enquanto requisito lógico para ensinar, e o currículo se apresenta enquanto forma da organização cultural (Sacristán, 2013).

Uma grande crítica neomarxista às teorias tradicionais do currículo e ao seu papel ideológico, advém do pensamento de Michael Apple. Apple, afirma que o currículo está intrinsecamente ligado às estruturas econômicas e sociais desenvolvidas. Logo, o currículo não é um documento neutro e imparcial, ele se concebe enquanto produto de um processo que representa os interesses particulares das classes e grupos dominantes (Silva, 2004).

Desse modo, o currículo se apresenta como algo muito além do que um simples repertório de conteúdos a serem ensinados, mas como um aglomerado de experiências educativas, que estruturam os processos educativos e de saberes, crenças, valores e atitudes que se desdobram e ocorrem formal e informalmente no ensino, tanto por meio do currículo prescrito como do currículo oculto. O currículo prescrito se conceitua enquanto documentos oficiais como leis, normas e diretrizes nacionais, livros didáticos, propostas curriculares e etc. Assim, esse modelo de currículo é registrado e documentado (Araújo, 2018).

O currículo oculto é composto por todos os aspectos que estão presentes no ambiente escolar, que não fazem parte do currículo oficial, explícito, e vão contribuir de forma indireta para a aprendizagem social. Assim, segundo a perspectiva crítica, esse currículo ensina o conformismo, a obediência e o individualismo, pontos importantes da sociedade capitalista, assim como também atitudes e valores impostos pela classe dominante. Pontuo que aqui nos limitaremos a abordar as facetas do currículo oculto que versam sobre o tema pesquisado. Desse modo, o currículo oculto abarca as dimensões de gênero, sexualidade e raça, ensinando como ser homem e mulher, heterossexual e como se identificar com uma raça ou etnia (Silva, 2004).

Dessa forma, através do currículo oculto, percebe-se que os processos de ensino e aprendizagem se dão de formas diferentes conforme a classe social. Assim, os filhos da classe operária aprendem valores e atitudes que condizem com seu papel de subordinação, enquanto a burguesia aprende o seu papel de dominação. Dessa forma, constata-se que esse tipo de currículo se faz presente tanto nas instituições de ensino públicas quanto privadas (Araújo, 2018).

Com bases nisso, pode-se afirmar que as práticas curriculares advindas de um currículo, tem como objetivo servir aos interesses hegemônicos, assim, dificilmente será proposto a mudança dessas práticas, buscando uma alternativa diferente daquelas que buscam regular e controlar as metodologias de ensino e aprendizagem (Santos & Moreira, 2018).

Portanto, para que ocorra um processo de ensino e aprendizagem comprometido com a construção e disseminação de conhecimento que abarque a diversidade e as subjetividades dos sujeitos, se faz essencial que a construção desse documento seja pensada através de abordagens multiculturais, que tragam em seu escopo a relevância do reconhecimento da imbricação das diversas identidades sociais e busquem a superação de práticas que visam servir aos interesses hegemônicos. Por fim, analisando-os enquanto reflexo do contexto sócio-histórico-cultural no

qual ele está inserido.

1.4. Caminhos de resistência: uma exploração histórica sobre a narrativa da comunidade LGBTQIA+ e sua interseção com a psicologia

Neste tópico, investigaremos a história da comunidade LGBTQIA+, desvendando suas narrativas complexas enquanto dissidentes de gênero e sexualidade, rompendo com a norma cisheteronormativa imposta pela sociedade. Abordaremos as lutas, triunfos e desafios que moldaram o percurso dessa comunidade ao longo do tempo. Adicionalmente, exploraremos a evolução da luta pela despatologização na Psicologia, ressaltando os esforços em direção ao reconhecimento e respeito às diversas formas de identidade. Este tópico apresenta não apenas histórias individuais, mas também os intrínsecos vínculos entre essas narrativas e os movimentos coletivos que forjaram o panorama contemporâneo.

As décadas de 1960 e 1970 foi marcado pelo movimento contracultural que trouxe em seu cerne o questionamento dos valores e padrões comportamentais impostos pela sociedade da época. O conceito de gênero nasceu do movimento feminista nesse contexto de luta, que trouxe profundas transformações sociais e culturais através das reivindicações feministas, da liberação sexual, do processo de laicização do estado e os avanços da medicina (Soares, 2019).

É nesse cenário de movimentos de lutas que o conceito de gênero nasceu em 1970, com o intuito de diferenciar a dimensão biológica da dimensão social. Portanto, os diferentes sistemas de gênero (feminino e masculino) e as formas de ser nas relações sociais de poder entre homens e mulher são criadas e moldadas através da cultura. ou seja, homens e mulheres são resultados do meio social e de suas normas impostas e não da biologia de seus corpos (Heilborn & Rohden, 2009).

Portanto, Butler (2003), afirma que o gênero é construído culturalmente. Ao se estudar gênero e sexualidade, é preciso compreender que ambos são produzidos socialmente, e que vão ser diretamente influenciados pelo contexto político, histórico e cultural no qual se encontram.

Isto posto, compreende-se que ao longo da história, a sexualidade se apresentou como um dos dispositivos de relação de poder, uma vez que o objetivo era alcançar o condicionamento do corpo pela produção de subjetividade. Por conseguinte normatizando e controlando através de regras (Foucault, 2005).

É crucial ressaltar que ao abordar o movimento LGBTQIA+, estamos, por conseguinte, direcionando nossa atenção para a sexualidade e para a diversidade de gênero como uma questão intrinsecamente social e política. Essa abordagem vai além de meras preferências individuais, destacando-as como uma arena onde estigma, intolerância e opressão podem se manifestar, mas também como um meio poderoso para expressar identidades autênticas e estilos de vida diversos. É nesse contexto complexo que as narrativas do movimento LGBTQIA+ se entrelaçam com a luta pela aceitação, equidade e a celebração da diversidade humana (Souto, 2023).

Isso pode ser observado quando uma criança nasce, pois nesse momento ela encontra um emaranhado de expectativas e desejos, advindos de seus pais, para seu futuro baseado no seu gênero. Quais brinquedos utilizar, quais roupas usar, que tipo de pessoas deve se relacionar afetivossexualmente, e quais modos de agir se deve ter, são normatizados de acordo com essas expectativas. Ou seja, o gênero é, portanto, resultado de uma produção e condicionamento do corpo e dos modos de ser.

É bastante corriqueiro os termos sexualidade e gênero serem confundidos, embora existam grandes diferenças entre ambos. A sexualidade ou orientação sexual, é conceituada como a propriedade de desenvolver atração emocional, afetiva ou sexual por outra(s) pessoa(s). As orientações sexuais podem se apresentar das mais variadas formas (Silva & Melo, 2017).

Já a identidade de gênero se apresenta com uma expressão que é produzida através de como a pessoa se reconhece ou se apresenta em relação ao seu gênero, e que pode condizer ou não ao seu corpo biológico. Intitulamos de Cisgênero(cis), as pessoas que se identificam com o

gênero com o qual nasceram. Não-cisgênero são as pessoas que não se identificam com o gênero biológico, como exemplo as pessoas transexuais (Jesus, 2012; Silva & Melo, 2017).

Desse modo, percebe-se a necessidade de superar o binarismo de gênero, que se refere a uma perspectiva que simplifica o mundo reduzindo as possibilidades a uma oposição de dois termos. Existe uma estreita relação entre binarismo e dualismo, pois ambos envolvem o estabelecimento de oposições fundamentais, como mente e corpo, sexo e gênero, cis e trans, entre outros. Assim, considerar a não binariedade como uma possibilidade implica adotar uma postura crítica diante das imposições coloniais de gênero, recusando-se a se enquadrar nas categorias "masculino" ou "feminino" que predominam nos discursos, práticas, conceitos, leis, arquiteturas e espaços sociais. Isso envolve reconhecer e valorizar as experiências humanas que transcendem o sistema branco europeu de gênero, desvinculando-se das normas associadas à reprodução heterossexual (Vieira et al, 2023).

Desse modo, percebe-se que a manifestação das orientações sexuais e das identidades de gênero são incrivelmente variadas, abarcando uma ampla gama de experiências e modos de ser. Nesse espectro, surgem as dissidências de gênero e sexualidade que questionam as normas tradicionais impostas, desafiando expectativas convencionais e expandindo a compreensão de diferentes formas de ser e amar.

Ser um corpo dissidente implica carregar uma condição (como raça, classe, identidade de gênero, orientação sexual, expressão de gênero, nacionalidade, origem, peso corporal, deficiência, etnia, entre outras) que difere daquilo que foi definido como natural, normal e hegemônico. Essa definição normativa estabelece uma linha divisória, marcando tudo que se desvia dela como "outro", "anormal", "patológico" ou "antinatureza" (Dantas, 2021).

Assim, os dissidentes sexuais e de gênero são aqueles que divergem da lógica heteronormativa, que pressupõe a normalidade na heterossexualidade e cisgeneridade. Essas dissidências rompem com a lógica hegemônica, adotando uma abordagem transgressora e

contra-hegemônica. Isso evidencia a inexistência de uma essência fixa, uma vez que as identidades seguem um ordenamento performativo inserido em um contexto contingencial (Rodrigues & Melo, 2018).

Portanto, os dissidentes de gênero e sexualidade oferecem um horizonte analítico que se baseia em sujeitos e identidades que se afastam da norma cultural e socialmente estabelecida. O termo "dissidência" destaca aquilo que se distancia da norma, gerando uma percepção de estranhamento ao questionarmos sua natureza não natural, mas sim naturalizada (Klidzio et al., 2022).

Desse modo, temos de compreender que os conceitos de gênero e sexualidade estão intrinsecamente ligados, pois ambas são políticas e são perpassadas pelas relações de poder, assim como pela inferiorização de uns em favor dos privilégios de outros. São grupos sociais de luta, resistência e disputas. São conceitos complexos e plurais que necessitam de estudos que estejam alinhados com o respeito, ética e transformação social (Cannone, 2020).

Como já citado, historicamente, as dissidências de gênero e sexualidades foram interpretadas como desvios do que é considerado natural, sendo erroneamente rotuladas como anormais e patológicas. Esse equívoco resultou na exclusão e violência, que persistem até os dias atuais, e são dirigidas a todas as formas de ser e amar que se afastam das normas socialmente aceitas.

Ontologicamente, um padrão colonial moderno e binário foi estabelecido como uma norma universal, resultando no não reconhecimento das alteridades, também conhecidas como "minorias sociais". Isso leva à discriminação de corpos e populações que não seguem esse padrão, escapando das normas burguesas de socialização, corporalidade e comportamento, incluindo conceitos de branqueamento/branquitude. A negação do direito de ser ou tornar-se é imposta àqueles cujos corpos não se alinham à ordem considerada "correta" e "normal", resultando em violência e reenquadramento forçado nos papéis sociais de sexo e gênero,

levando à marginalização e criminalização não só das pessoas, mas também de suas representações (Filho et al., 2023).

Dessa forma, é fundamental destacar que a LGBTQIA+fobia não se manifesta como fobia psicológica individual, mas sim como manifestação social que permeia os indivíduos, contribuindo para a construção de seus processos de subjetivação normalizadora (Peres & Toledo, 2011).

Portanto, é importante salientar que os campos psi (Psiquiatria, Psicanálise e Psicologia) têm desempenhado um papel pioneiro na discussão das orientações sexuais e das identidades de gênero, mas não foram os primeiros a desconstruí-la. Atualmente, essas áreas enfrentam desafios evidentes ao dialogar de forma frágil com estudos de gênero, feministas e queer. Desse modo, é importante apontar que historicamente essas temáticas estiveram em disputas nos campos da moral, religião, jurídico, discursos científicos e mídia. O clássico tripé discursivo do direito, medicina e religião, centrado em punição, tratamento e pecado, omitindo o protagonismo histórico, lugar de fala e representatividade das pessoas LGBTQIA+ (Cannone, 2019).

Essa percepção se evidencia ao observarmos historicamente a luta pela despatologização da homossexualidade e dos corpos trans, que durante muito tempo foram considerados patologias pela medicina e Psicologia. A homossexualidade, por muito tempo era conhecida cientificamente como desvio sexual, e foi inserida na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial de Saúde (OMS) na categoria 320, Personalidade Patológica, na sua sexta versão no ano de 1948. Na sua oitava versão, em 1965, a homossexualidade mudou de categoria, sendo agora a 302, Desvio e Transtornos Sexuais, sendo nomeada de homossexualismo. A associação Americana de Psicanálise retirou a homossexualidade de sua lista de transtornos em 1973, sendo seguida pela Associação Americana de Psicologia no ano de 1975, já na sua nona versão. Por conseguinte, a OMS

retirou-a da sua lista em 1990 (Gonçalves, 2019).

O Conselho Federal de Medicina, em fevereiro de 1985, retirou o “homossexualismo” do código 302.0. Essa ação só foi realizada por meio das constantes lutas do Grupo Gay da Bahia (GGB) que se colocou à frente das reivindicações, organizando manifestações nos encontros anuais da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), assim como buscando apoio do ministro da Previdência Social, dr. Jair Soares, criando um abaixo-assinado que conseguiu colher mais de 16 mil assinaturas (Gama, 2019).

A Resolução nº 01, de 22 de março de 1999, foi estabelecida com o objetivo de impedir a prática de patologização da homossexualidade por profissionais da Psicologia, que muitas vezes se baseavam em crenças religiosas para promover tratamentos visando a "cura" de homossexuais. O Grupo Gay da Bahia (GGB) desempenhou um papel crucial ao denunciar as discussões do III Encontro Cristão sobre Homossexualidade em 1998, no qual o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos estava envolvido. Luiz Mott liderou essas denúncias, instigando uma resposta do Conselho Federal de Psicologia (CFP) contra a estigmatização e patologização recorrentes da homossexualidade por profissionais vinculados ao Sistema de Conselhos (Aragusuku & Lara, 2019; Silva & Melo, 2017).

Nesse contexto, percebemos que a trajetória da Resolução nº 01/99 se torna intrinsecamente ligada à narrativa dos conflitos que permeiam a sociedade brasileira, especialmente aqueles que abordam as políticas sexuais. Essa resolução não apenas reflete um avanço normativo, mas também evidencia os desafios enfrentados na construção de políticas que abordam questões relacionadas à diversidade e à expressão da sexualidade.

A história dos corpos trans não foi muito diferente. As primeiras escritas do sexólogo Benjamin Harry, conhecido por ser o pioneiro nos estudos da transexualidade, afirmavam que para uma pessoa ser considerada transexual real, ela precisava apresentar critérios diagnósticos, na qual se destacava a aversão à genital e forte inconformidade com as características primárias

e secundárias do próprio sexo. Essa construção nosológica da transexualidade, favoreceu que a Classificação Internacional de Doenças (CID), na sua oitava versão, introduzisse-a no rol das patologias mentais. Seguindo essa concepção, o Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), na sua terceira versão, também inseriu a transexualidade sobre o rótulo de transexualismo, considerando-a um adoecimento psíquico (Favero, 2019).

Somente em junho de 2018, que a OMS retirou a transexualidade da lista de doenças mentais do CID -11, passando a ser categorizada como “incongruência de gênero”, sendo apontada como condição referente à saúde sexual. Essa mudança teve como objetivo retirar a transexualidade enquanto transtorno mental ou comportamental, vendo-a agora como desenvolvimento sexual. (Dalgarrondo, 2019)

Em 2013, o CFP inicia esforços para regulamentar e orientar a prática relacionada às questões transexuais, lançando as primeiras diretrizes por meio de uma nota técnica sobre o processo transexualizador e outras formas de assistência às pessoas trans. Essa nota destaca o desafio da Psicologia em assegurar o respeito à dignidade e o acesso aos serviços públicos de saúde para a população trans, enquanto reconhece que a transexualidade e a travestilidade não são condições psicopatológicas (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Essa nota também orienta que as psicólogas/os/es considerem e respeitem a diversidade subjetiva da pessoa que livremente opta pelo processo transexualizador, assegurando o direito constitucional à saúde, a um atendimento humanizado e livre de discriminação por orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, ela determina que a assistência psicológica não deve seguir um modelo patologizado ou corretivo da transexualidade e de outras vivências trans. As psicólogas/os/es devem se apoiar em pesquisas e estudos culturais na área de gênero e sexualidade para buscar um respaldo teórico e compreender esse contexto social visando superar a heteronormatividade (Conselho Federal de Psicologia, 2013).

Seguindo esse histórico de luta pelas despatologização e uma atuação que vise acolher

e respeitar as identidades transexuais e travestis, é que a resolução nº 01/2018 representa um marco crucial ao estabelecer normas de atuação para psicólogas/os/es em relação às pessoas trans (Cannone, 2019).

A Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, estabelece diretrizes para a atuação ética das psicólogas/os/es em relação a pessoas transexuais e travestis. Determinando que as/os/es psicólogas/os/es não pensar a transexualidade como patologia, devendo atuar conforme os princípios éticos da profissão, contribuindo para eliminar a transfobia e o preconceito. Assim como, vedando o apoio a discriminação ou qualquer ação que favoreça a patologização dessas pessoas, e é enfatizado o reconhecimento e legitimação da autodeterminação em relação às identidades de gênero (Resolução Nº 1, 2018).

No mesmo ano, a resolução nº 10, de 27 de março de 2018 foi publicada dispoendo sobre a inclusão do nome social na Carteira de Identidade Profissional (CIP) da psicóloga/o/e e outras providências. Ela tem como objetivo assegurar às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal a ser inserido na CIP da psicóloga/o/e por meio da indicação do Nome Social, bem como nos atos e procedimentos promovidos no âmbito do Conselho Federal de Psicologia (CFP) e dos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), tais como registros dos sistemas de informação, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, boletos de pagamento, informativos, publicidade e congêneres (Resolução Nº 10, 2018).

A Resolução tem como propósito garantir o direito de escolha do tratamento nominal a ser utilizado na Carteira de Identidade Profissional (CIP) da psicóloga/o/e por pessoas transexuais e travestis. Essa inclusão do nome social abrange diversos aspectos, incluindo atos e procedimentos realizados pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) e pelos Conselhos Regionais de Psicologia (CRP), como registros, cadastros, programas, serviços, fichas, formulários, boletos de pagamento, informativos, publicidade, entre outros (Resolução Nº 1, 2018).

Após intensas reivindicações e esforços militantes em órgãos deliberativos, os últimos anos resultaram em conquistas significativas, como ambulatorios cirúrgicos e a garantia do uso do nome social no Sistema Único de Saúde (SUS). Houve também uma luta articulada internacionalmente, a implementação de cotas em programas de mestrado e doutorado em universidades públicas, e a possibilidade de retificação do nome no registro civil sem a exigência de laudo psicológico (Cannone, 2019).

A Resolução nº 8, de 17 de maio de 2022, estabelece diretrizes para a atuação dos profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e outras orientações não monossexuais, que envolvem a atração afetivo-sexual direcionada a mais de uma identidade de gênero. As psicólogas/os/es têm o papel de combater a violência, o preconceito, estigmatização e discriminação relacionados a essas orientações, reconhecendo-as como legítimas, sem associá-las exclusivamente às homossexualidades ou heterossexualidades. A resolução proíbe explicitamente a promoção de processos de medicalização e patologização, bem como o uso de instrumentos, métodos ou técnicas psicológicas que perpetuam estereótipos.

Esta medida representa um notável avanço na busca pela visibilidade de identidades bissexuais e outras orientações sexuais monodissidentes. Promovendo reconhecimento e inclusão, contribui para uma atuação mais acolhedora e respeitosa para indivíduos com diversas expressões de sexualidade. A sexualidade monodissidente é uma expressão pouco conhecida, porém historicamente bastante vivenciada. Pessoas que têm uma sexualidade monodissidente não se relacionam com um único gênero apenas, diferente dos monossexuais (Silva, 2021).

Em 2019, foi publicado o parecer CNE/CES 1071/2019, advindo das DCN para os cursos de graduação em Psicologia. O 2º artigo deste parecer, aborda o compromisso da formação em Psicologia em prol do reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas que permitam apreender a complexidade e multideterminação do fenômeno psicológico. Nesse mesmo artigo, no IV, aborda o respeito à

diversidade pessoal, cultural e ética, sempre em considerando a Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Desse modo, percebe-se que a formação em Psicologia está engajada em levantar discussões e debates teóricos que contemplem a diversidade (Amaral et al., 2022).

Levando em consideração todo o exposto, é importante pontuar que assim como os discursos médicos e psicológicos que estigmatizaram a homossexualidade e transexualidade como doença, os discursos políticos e religiosos também influenciam para que a comunidade LGBTQIA+, assim como todos os modos de ser que fujam da heteronormatividade, sejam associadas ao erro, ao pecado e aos demais preconceitos, acarretando em toda violência sofrida por essa comunidade.

E é através desses discursos que o fundamentalismo religioso tem ganhado cada vez mais espaço na sociedade brasileira. Atacando temas como a diversidade sexual e de gênero no Brasil, na tentativa de revogar os diversos avanços alcançados através de décadas de lutas. Dessa forma, percebe-se que a violência dirigida para travestis, transexuais, lésbicas e gays reforça ainda mais o momento histórico marcado pela imposição da norma sexual e de gênero imposta pela nossa sociedade cis e heteronormativa. (Souza, 2022).

Por fim, percebe-se que a Psicologia por muito tempo atuou através de práticas que classificavam as dissidências de gênero e de sexualidade enquanto patologias. Operando em prol de padrões cis/heteronormativos que tinham como objetivos normatizar esses corpos. Portanto, é necessário sinalizar a necessidade de um olhar crítico sobre as teorias e o ser/fazer profissional da psicóloga/o/e, revisitando-os através de uma perspectiva ética e política, se comprometendo a defender os direitos humanos, com o objetivo de proporcionar uma atuação que acolha e respeite as diversas maneiras de ser e estar no mundo.

1.5. Entre livros e cores do arco-íris: explorando a dinâmica escolar e a comunidade LGBTQIA+

Neste subtópico, pretende-se discutir sobre como os processos de inclusão e exclusão

atravessam os dissidentes de gênero e sexualidade nos contextos escolares. Buscando analisar quais as melhores formas de se construir propostas educacionais que tenham como fim a inclusão, o respeito e a ética frente a comunidade LGBTQIA+.

A comunidade LGBTQIA+ sempre esteve presente nos contextos educacionais, mas de que forma as questões que as perpassam estão sendo manejadas e discutidas? Será que os profissionais que compõem esses espaços se sentem preparados para lidar com esses fenômenos? Quais conceitos de homem e mulher têm sido difundidos? Será que esses espaços buscam combater a exclusão e as desigualdades? Se sim, quais métodos e práticas são utilizadas no combate a LGBTQIA+fobia? Ou será que essas práticas têm colaborado para que cada vez mais haja a exclusão de sujeitos que fogem da heteronormatividade e das concepções de gêneros impostas pela sociedade? Qual o papel da escola frente às dissidências de gênero e sexualidade?

A escola se mostra como um dispositivo de muita importância para os aparelhos ideológicos do estado. Essa importância resulta do fato dela exercer sua ideologia a partir da ótica de uma classe dominante, transmitindo as morais, crenças, valores e civismo preestabelecidos pela sociedade (Patto, 1984).

Por conseguinte, alguns educadores, têm como prática homogeneizar e controlar os comportamentos através de técnicas militares, castigos físicos e morais, e a rotular como anormal qualquer comportamento ou forma de ser que fuja do modelo preestabelecido de bom aluno. Desse modo, ignorando as diferenças (Patto, 2005).

Consequentemente, a educação escolar, vai se apresentar como um componente do dispositivo da sexualidade e fomentadora privilegiada de controle e da normalização. Então, a escola se constitui como um local bastante privilegiado de aprendizado dos padrões de gênero e da higiene do sexo e, portanto, de imposição da cultura heteronormativa (Rondini et al., 2017).

A heteronormatividade ocorre através da perspectiva de que todas as pessoas devem agir e ser socialmente a partir da perspectiva heterossexual. Esse é o motivo que nos estudos de

gênero e sexualidade, a cultura ocidental, e, por conseguinte, as escolas se estruturam e disseminam a heteronormatividade (Caetano et al., 2019).

Ademais, Patto (1984), salienta ainda que tanto a escola como a Psicologia têm participado de forma cada vez mais ativa do processo de cassação da palavra do oprimido. Os programas educacionais e os serviços psicológicos atuam com o propósito de amordaçá-los, impondo-os uma forma de agir, pensar e falar tornando-os porta-voz de discursos que não os pertence.

Através do exposto, nota-se que o contexto educacional se apresentou como um espaço privilegiado de exclusão e negação da sexualidade. Ao longo da história, esse espaço se utilizou de coerção e formação de padrões para controlar os estudantes dissidentes de gênero e sexualidade. Apesar dos inúmeros avanços sociais a respeito do tema, nota-se que a escola ainda se encontra como um significativo espaço para a produção e reprodução dessas visões excludentes e reguladoras (Francisco et al., 2019)

Por esse motivo, nesse cenário, torna-se crucial perceber que a produção do saber ao longo da história foi produzida sob o olhar do homem cisgênero, branco e heterossexual. Nessa linha de raciocínio, propor a produção de conhecimento através do ponto de vista de grupos socialmente excluídos é enfrentar diretamente o debate de sexualidade, gênero e racismo (Soares e Fontes, 2019).

Nessa perspectiva, é importante que o processo de ensino e aprendizagem venha atravessado por práticas que visem desconstruir, refletir e problematizar discursos e verdades absolutas impostas pelo nosso meio social. Denunciando suas características reguladoras e excludentes, e demonstrando sua essência histórico-cultural.

Bell Hooks (2013), em suas linhas, reflete sobre a necessidade de um reconhecimento advindo dos professores do ensino fundamental às universidades, de reconhecer que suas práticas de ensino precisam ser modificadas. Nesse cenário, torna-se importante analisar a causa

dessa problemática, na qual se destaca a ausência de discussões práticas sobre como o processo de ensino e aprendizado pode ser uma experiência de inclusão. Sob esse viés, a autora ressalta a importância de transformar a sala de aula em um local democrático onde todos sintam a responsabilidade de contribuir.

Nos últimos anos, é crescente o número de ativistas religiosos que têm como principal foco atacar e perseguir a ideia de “gênero”. A expressão “ideologia de gênero” é tida e espalhada por esses grupos de forma alarmista, como um inimigo a ser combatido e exterminado pela sociedade. Os ataques a esse tema vêm em forma de ações políticas que tem como finalidade impor os valores morais tradicionais, que tem como base a família, a heteronormatividade e a diferença sexual (Junqueira, 2017).

No período eleitoral de 2018, as expressões de gênero e sexualidade estiveram em voga através da manipulação discursiva que foram justificadas através de fake news, como o “Kit gay” e a “ideologia de gênero”. Essas notícias falsas surgiram de um projeto apresentado no governo Lula, a escola sem homofobia, que tinha como objetivo o combate à desigualdade de gênero, a violência, preconceito e a discriminação a comunidade LGBTQIA+. Por conseguinte, a disseminação dessas fake news serviram como propósito para o eleitorado que estava alinhado com os padrões religiosos tradicionais, e ajudaram a eleger o Jair Messias Bolsonaro como presidente da república (LIVEIRA et al., 2022).

Através disso, se faz importante pensar algumas práticas que podem ser adotadas para auxiliar no combate às violências vivenciadas pela comunidade LGBTQIA+ nos contextos educacionais. Assim, discussões e debates que incluam os dissidentes de gênero e sexualidade podem ser abordados por qualquer disciplina. A professora/o/e de biologia pode discutir esses conceitos indo além do viés biológico, do binarismo e das concepções heteronormativas. A/o/e de literatura pode indicar leituras de autores da comunidade, ou que abordem o tema. Nas aulas de história pode-se discorrer sobre como o gênero e a sexualidade foram construídos e

perpassados pelo tempo. A/o/e de Educação física pode levantar questões em suas aulas sobre a divisão de gênero e o binarismo nos esportes. A coordenação escolar pode questionar as regras de fardamento, que muitas vezes limita suas vestes através do gênero do aluno, as filas que prendem os sujeitos no binarismo meninas e meninos. Assim como elaborar eventos voltados para toda a comunidade, sobre conscientização e discussões em torno dos temas.

Dessa forma, percebemos as múltiplas facetas existentes na interseção escola e a comunidade LGBTQIA+. Assim, observa-se um espaço marcado por normas e regras que ditam as formas de ser e que estão atravessados por discursos e ideologias conservadoras que não aceitam a diversidade. Por esse motivo, se faz importante estarmos engajados na luta por uma escola alinhada com os processos de democratização e emancipação do conhecimento e da sociedade, assumindo implicações éticas e políticas da atenção à diversidade, respeitando e acolhendo as diversas formas de ser.

1.6. Objetivos

Esta pesquisa tem como *Objetivo Geral*:

- Investigar os sentidos atribuídos e os fundamentos epistemológicos envolvidos na abordagem da comunidade LGBTQIA+ nos currículos de graduação em Psicologia na região Nordeste do Brasil.

Objetivos Específicos:

- Identificar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos (PPC) para os cursos de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro;

- Sistematizar e mapear na perspectiva da análise curricular, as disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia das Instituições públicas de ensino superior do Nordeste que oferecem temáticas referentes a comunidade LGBTQIA+;

- Analisar os objetivos, matriz curricular e ênfases das disciplinas que abordam a interseção entre educação, desenvolvimento humano e a comunidade LGBTQIA+ em

Instituições de Ensino Superior públicas do Nordeste.

1.7. Estruturação do trabalho

A partir daqui a dissertação será estruturada em três capítulos. O primeiro irá apresentar o percurso metodológico utilizado no estudo, desse modo, serão discutidos os pressupostos teórico-metodológicos, também será apresentado o contexto em que se deu a pesquisa, a coleta de dados e os procedimentos de análises. Os dois capítulos seguintes, serão elaborados em formatos de artigos. Portanto, o capítulo três desta dissertação analisará a formação em Psicologia no Nordeste brasileiro, voltando o olhar para as formas em que se apresentam as discussões sobre as temáticas que perpassam a comunidade LGBTQIA+ nos Projetos pedagógicos dos cursos de Psicologia de Instituições públicas. Visando compreender a estrutura dos componentes curriculares e como eles se articulam para discutir uma atuação voltada para atender a comunidade LGBTQIA+. Por fim, o capítulo quatro contemplará os modos como se estruturam as disciplinas que abordam a Psicologia escolar educacional e teorias do desenvolvimento humano. Analisando de que modo os elementos do currículo, como disciplinas e suas descrições, abordam e promovem a discussão sobre o papel e a atuação das psicólogas/os/es em relação aos grupos LGBTQIA+.

2. PERCURSO METODOLÓGICO

Este capítulo tem como finalidade abordar os conceitos da pesquisa documental, assim como o de suas características e importância histórica. Em seguida, apresenta o contexto da pesquisa, os procedimentos para apreensão dos dados e os cuidados éticos adotados, assim como todos os procedimentos utilizados para a análise dos dados.

2.1. Pressuposto teórico-metodológicos

Esse estudo foi realizado através da modalidade de pesquisa qualitativa. Tomando como base os pressupostos da Psicologia escolar crítica e dos estudos atualizados sobre gênero. Será realizada uma pesquisa documental, entendendo que essa é a que melhor assiste os objetivos do estudo, e como perduram ao longo do tempo, tornam-se a mais significativa fonte de dados

em qualquer pesquisa de natureza histórica. Podendo ser utilizada como meio para que o investigado adentre no campo de estudo buscando compreender o fenômeno a partir dos documentos (Gil, 2002; Kripka et al., 2015).

A pesquisa documental vai se utilizar, em sua essência, de documentos que não foram analisados ou sistematizados. Os documentos a serem utilizados irão depender do objeto de estudo e do problema de pesquisa em foco. Assim, o pesquisador necessita encontrar, selecionar, tratar e interpretar as informações contidas nos documentos selecionados para fundamentar sua pesquisa. Desse modo, essa pesquisa possibilita que o investigador adentre no campo de estudo visando apreender os fenômenos através da interpretação desses documentos (Kripka et al., 2015).

Em todas as etapas da pesquisa documental, se faz necessário examinar o contexto social global no qual o documento foi produzido, apreendendo toda a conjuntura política, econômica, social e cultural que permeia a sua elaboração. Também se faz importante conhecer a identidade das pessoas que criaram esses documentos. Indagando os interesses, quem eles representam e os motivos que os levaram a sua produção. Por conseguinte, também é necessário analisar a qualidade da informação transmitida, verificando a autenticidade da procedência dos documentos, assim como verificar a natureza do seu texto e os conceitos-chave. A partir disso, o pesquisador conseguirá fornecer uma interpretação coerente da temática ou do questionamento inicial (Cellard, 2008).

Dessa forma, a pesquisa documental pode ser realizada através dos mais variados tipos de documentos. É preciso compreender que os documentos têm uma ampla definição, e não somente se conceituam como aqueles que contém texto escrito, mas também contemplando fotos, vídeos, jornais, leis etc. Destaca-se ainda que, tanto o método qualitativo e quantitativo pode ser utilizado enquanto proposta metodológica, tendo o intuito de buscar informações concretas através dos múltiplos documentos selecionados como corpus da pesquisa (Júnior et

al., 2021).

É importante salientar que a pesquisa documental e a pesquisa bibliográfica são métodos diferentes. A diferença acontece na utilização dos documentos em cada uma, já que na documental se utiliza as fontes primárias, ou seja, aquelas nas quais não receberam tratamento analítico, como memorando, arquivos escolares, reportagens, cartas filmes, gravações. Já na bibliográfica, as fontes são secundárias, que diz respeito a toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema (Kripka et al., 2015).

Uma das grandes dúvidas sobre o tema é, qual a melhor nomenclatura utilizar? Pesquisa documental? Análise documental? Técnica documental? A partir do momento em que um pesquisador usa documento com o objetivo de extrair informações, ele o faz investigando, se utilizando de técnicas adequadas para sua análise; irá seguir etapas e métodos; organizando informações que serão categorizadas e analisadas. Por conseguinte, apreende-se que todas as condutas de pesquisadores que tenham como fim a utilização de documentos, estão perpassadas por aspectos metodológicos, técnicos e analíticos (Sá-Silva et al., 2009).

A utilização de documentos necessita ser reconhecida e valorizada, pois são inúmeras as informações que podem advir desses materiais, justificando o seu uso em diversas áreas das ciências humanas e sociais, o que possibilita ampliar a compreensão de fenômenos que precisam de uma contextualização histórica e sociocultural (Sá-Silva et al., 2009).

Nos tópicos a seguir será apresentado o contexto do estudo, com o intuito de possibilitar o melhor entendimento da realidade pesquisada.

2.2. Contexto do estudo

Segundo o estudo realizado pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) no ano de 2021, 300 LGBTQIA+ sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior. Através do mapeamento por estados, constata-se que a região nordeste e sudeste lidera no número de homicídios por motivação de ódio à população LGBTQIA+. Na pesquisa a região

nordeste aparece com 106 mortes (35,33%), seguido pela região sudeste com 101 mortes (33,70). Com base nesses dados, compreende-se a necessidade da pauta e da luta LGBTQIA+, pois constata-se que essa é uma comunidade marginalizada e atacada através de violências físicas, morais e educacionais.

Dessa forma, é evidente a existência da violência contra a população LGBTQIA+ no Nordeste brasileiro. Assim, é importante destacar que essa violência mata, machuca e exclui esses corpos, pelo único motivo de não seguir as normas cisheteronormativa impostas pela sociedade. Assim, se faz necessário reconhecer e enfrentar esse cenário alarmante.

É com base nesses dados que a pesquisa foi realizada no Nordeste do Brasil, uma região composta pelos estados do Piauí, Maranhão, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Bahia. O corpus foi composto pelos Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia das Universidades públicas (Federais e Estaduais) do Nordeste brasileiro. Os documentos incluídos foram aprovados pelos órgãos reguladores de ensino, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso, e a reitoria.

2.3. Procedimentos para apreensão dos dados e cuidados éticos do estudo

O procedimento de apreensão de dados do presente estudo se deu através da caracterização dos institutos públicos de ensino superior do Nordeste brasileiro que continham o curso de Psicologia. Por serem documentos acessíveis através de páginas públicas na internet, esta pesquisa não requer inscrição ou autorização do administrador para se ter acesso ao conteúdo, assim dispensando uma avaliação ética e o registro de consentimento. Essa afirmação está embasada na Resolução CNS 510/2016, onde cita que as pesquisas que se utilizam de informações de acesso público, conforme os termos da Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, e as pesquisas que usam informações de domínio público dispensam a avaliação do sistema CEP/CONEP.

2.4. Procedimentos analíticos do estudo

Após localizar os cursos de Psicologia existentes nas IES públicas do Nordeste do Brasil, foi realizada a busca pelos PPCs, que estão acessíveis a partir das páginas eletrônicas de cada IES, ou por contato direto via e-mail institucional.

Para a análise dos dados construídos na pesquisa documental, foi construído um banco de dados, visando agrupar todas os elementos gerais e significativos de cada curso em Psicologia da região Nordeste, visando identificar os perfis dos cursos, e realizar uma caracterização dos currículos, com as matrizes e ênfases curriculares utilizadas por cada IES.

Destarte, torna-se essencial ter um olhar crítico sobre os documentos, assim se atentando em analisar o contexto social no qual o mesmo foi elaborado, assim como as intenções do autor e do público destinado. Por conseguinte, é importante assegurar a qualidade da informação transmitida (Cellard, 2012).

Desse modo, o procedimento de análise dos dados está estruturado em dois estudos científicos. Os capítulos seguintes têm como objetivo apresentar os estudos teórico-práticos, conforme sistematizado a Figura 05, 06 e 07.

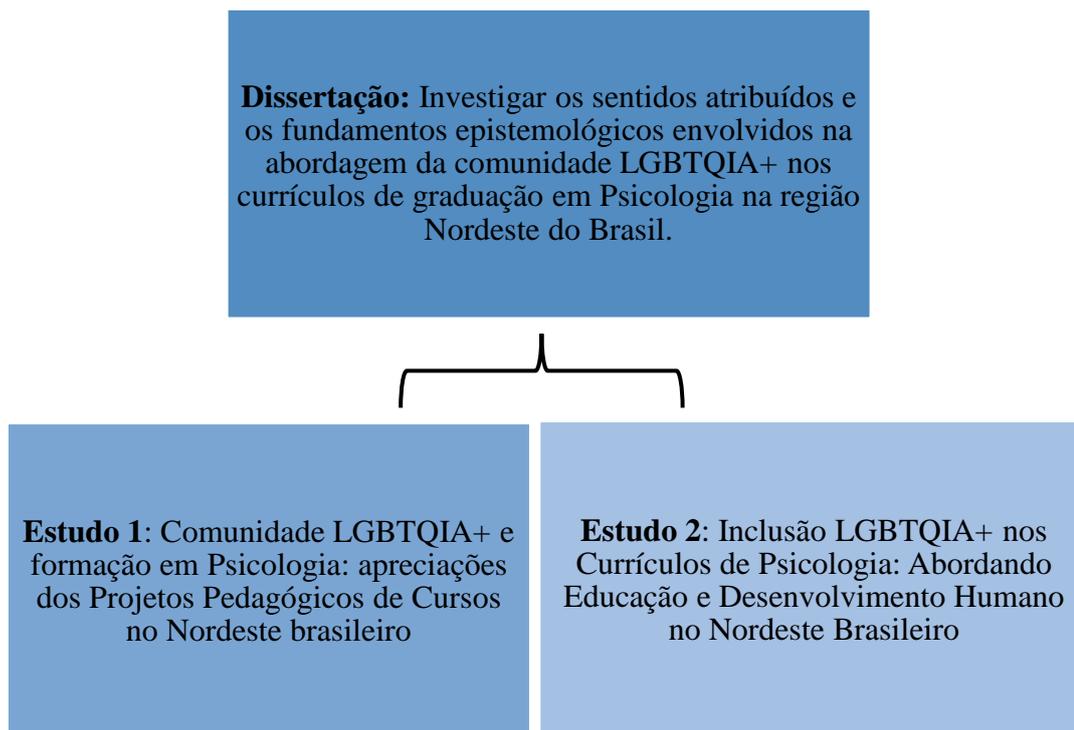


Figura 3 Sistematização dos capítulos teórico-práticos do estudo.

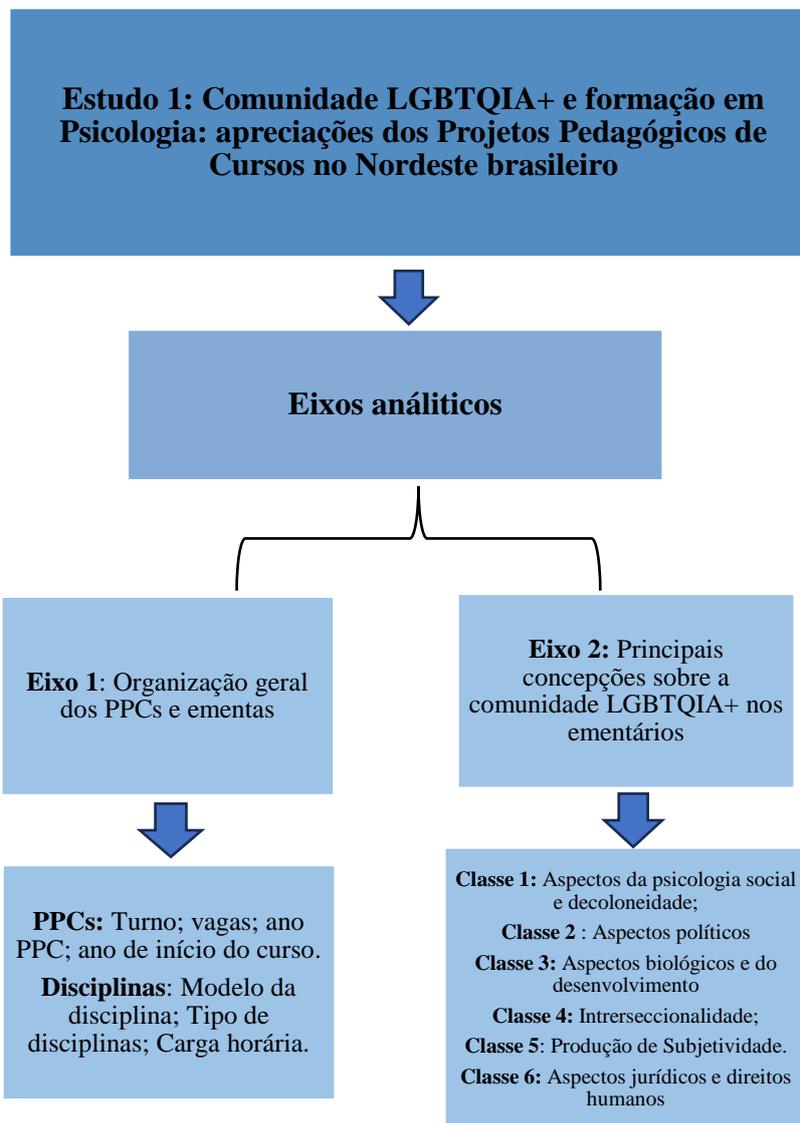


Figura 4 Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudo 1.

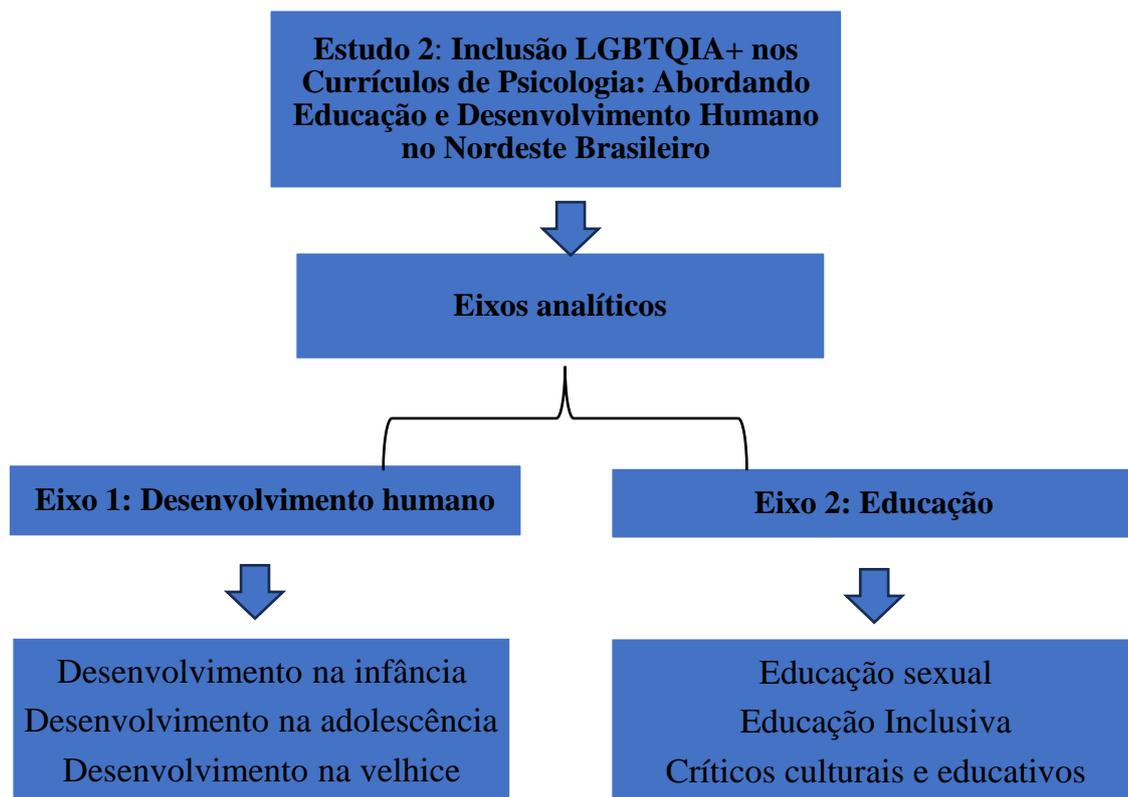


Figura 5 Estrutura dos capítulos teórico-práticos - Estudo 2.

No estudo 1, para auxiliar na análise, os PPCs foram submetidos ao software Iramuteq. Ele tem como finalidade a análise textual, que trabalha junto ao programa estatístico R e gera dados, a partir de textos e tabelas. Os resultados expressam a posição e a estrutura das palavras em um texto, ligações e outras características textuais, permitindo identificar indicadores e, por fim, verificar a estrutura e ambientes do texto a ser analisado. Assim, ele possibilita diferentes tipos de análises de dados textuais, das mais simples como a lexicografia básica, até análises multivariadas, como a classificação hierárquica descendente, que será a qual o corpus será submetido (Klamt e Santos, 2021; Camargo e Justo, 2013).

A análise através da classificação hierárquica descendente tem como finalidade obter classes de segmentos de texto que possuem vocabulário semelhante entre si, e diferente dos segmentos de textos advindos das outras classes (Camargo, 2005).

Para análise do estudo 2, se utilizou da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011),

que se apresenta como um processo distinto, que se centra nas mensagens e seus todos seus significados. Nesse contexto, as disciplinas selecionadas foram as que abordavam a Psicologia escolar educacional, educação e desenvolvimento humano, e continham ao menos um dos descritores a seguir: “gênero”, “sexualidade”, “LGBTQIA+”, “sexo”, “feminismo”, “masculinidade”, “feminilidade”, “gay”, “identidade de gênero”, “homossexual”, “lésbica”, “travesti”, “travestilidade”, “transexualidade”, “transgênero”, “queer”, “heteronormatividade”, “intersexualidade”, “direitos humanos”, “direitos sexuais”, “desigualdade de gênero”, “violência”, “violência de gênero”. Por conseguinte, foram posteriormente caracterizadas e interpretadas através dos eixos categóricos identificados.

Por fim, serão utilizados os pressupostos da Psicologia escolar crítica e dos estudos atualizados sobre gênero, sexualidade e escolarização para analisar os dados.

3. Estudo 1: Comunidade LGBTQIA+ e formação em Psicologia: apreciações dos Projetos Pedagógicos de Cursos no Nordeste brasileiro

Comunidade LGBTQIA+ e formação em Psicologia: apreciações dos Projetos Pedagógicos de Cursos no Nordeste brasileiro

RESUMO

A presente pesquisa busca analisar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos para os Cursos (PPC) de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. O foco é compreender em quais disciplinas dos cursos as concepções dessa comunidade são estudadas e discutidas, quais instituições incluem disciplinas dedicadas a abordar essas questões e investigar os principais eixos debatidos que versam sobre essas temáticas. Este estudo revelou que 19 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados. O conteúdo analisado foi categorizado em seis classes, sendo elas: “Aspectos da Psicologia Social e decolonialidade”, “Aspectos políticos”, “Aspectos biológicos do desenvolvimento”, “Interseccionalidade”, “Produção de subjetividade”, “Aspectos jurídicos e direitos humanos”. Através da análise ficou perceptível a preocupação em debater as temáticas por uma perspectiva ética, considerando os direitos humanos, os fatores políticos, sociais e culturais que as perpassam.

Palavras-chaves: Psicologia; LGBTQIA+; Currículo; Formação; Nordeste.

LGBTQIA+ community and training in Psychology: assessments of Pedagogical Course Projects in the Brazilian Northeast

ABSTRACT

This research seeks to analyze the ways in which meanings about the LGBTQIA+ community are presented in Pedagogical Projects (PPC) for training courses in Psychology at higher education institutions in the Brazilian Northeast. It aims to understand in which course subjects the conceptions of this community are studied and discussed, which institutions include subjects dedicated to addressing these issues and investigating the main axes debated that deal with these themes. This study revealed that 19 PPCs presented some citation in their syllabus that were related to the topics researched. The analyzed content was categorized into six classes, namely: “Aspects of Social Psychology and decoloniality”, “Political aspects”, “Biological aspects of development”, “Intersectionality”, “Production of subjectivity”, “Legal aspects and human rights”. Through the analysis, the concern in debating the themes from an ethical perspective became noticeable, considering human rights and the political, social and cultural factors that permeate them.

Keywords: Psychology; LGBTQIA+; Curriculum; Training; Northeast.

Introdução

Historicamente, a abordagem da Psicologia em relação às questões de gênero e sexualidade tem sido influenciada por uma perspectiva cisheteronormativa. Isso significa que essa perspectiva estabelece a heterossexualidade como o modelo das relações afetivas e a cisgeneridade como o padrão das identidades de gênero, normalizando essas concepções em nossa cultura em detrimento de outras experiências que são consideradas "anormais". Essa visão cisheteronormativa na Psicologia tende a criar descrições generalizadas dos processos tidos como naturais, ao mesmo tempo em que pode patologizar a diferença, tratando-a como desvios da norma (Mattos & Cidade, 2016).

Foi com esse intuito que as resoluções do Conselho Federal de Psicologia (CFP) vieram para estabelecer normas de atuação para as psicólogas/os/es em relação a comunidade LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais) ao promoverem diretrizes éticas que buscam superar práticas discriminatórias e patologizantes. Assim, o CFP inicia a luta contra a patologização da homossexualidade através da Resolução nº 01, de 22 de março de 1999. Ela proíbe psicólogas/os/es de favorecerem a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, além de orientar contra ações coercitivas para direcionar homossexuais a tratamentos não solicitados. No ano de 2013, o CFP iniciou uma importante iniciativa para normatizar e orientar a atuação no contexto das questões transexuais. Essa empreitada culminou na elaboração das primeiras diretrizes.

No ano de 2018, o CFP consolida o compromisso da Psicologia com as questões de identidade de gênero. Isso se deu através da Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018, que delinea diretrizes fundamentais para a conduta ética das psicólogas/os/es em relação às pessoas transexuais e travestis. Estabelecendo que as profissionais não devem conceber a transexualidade como uma patologia. No mesmo ano, a Resolução nº 10, de 27 de março de 2018, foi promulgada para abordar a inclusão do nome social na Carteira de Identidade

Profissional (CIP) de psicólogas/os/es, além de trazer outras disposições.

Em 2019, foi divulgado o parecer CNE/CES 1071/2019, baseado nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) direcionado aos cursos de graduação em Psicologia. Visando destacar o compromisso da formação em Psicologia com o reconhecimento da diversidade de perspectivas epistemológicas e teórico-metodológicas. Em 17 de maio de 2022 a resolução nº 8, define diretrizes cruciais para a atuação dos profissionais da Psicologia em relação às bissexualidades e outras orientações não monossexuais.

É crucial enfatizar que todas essas conquistas resultaram de uma árdua batalha e continuam enfrentando oposições. A resolução mais atacada pelos grupos conservadores foi a CFP 01/1999, que em torno desses debates passou a ser chamado de “cura gay”. De um lado desses ataques estão os profissionais que utilizam a Psicologia para aniquilar certos modos de vida, baseando-se em preceitos religiosos, cristãos e homofóbicos. Por outro lado, observamos uma vontade política direcionada a um projeto fundamentalista, conservador e reacionário, que responde, no âmbito judicial e legislativo, a cada avanço da comunidade LGBTQIA+ (Arndt, 2021).

Com base nisso se faz necessário pensar quais os perfis dos profissionais da Psicologia. Segundo o censo da Psicologia brasileira, a maioria dos participantes da pesquisa se identificaram nas distinções entre homens e mulheres (categoria cisgênero), representando 19.648. Apenas 51 psicólogas/os/es indicaram ser transgêneros (correspondendo a 0,3% da amostra). Com relação a orientação sexual, a pesquisa aponta que a maioria se autodeclara heterossexual (84%). Homossexuais, bi/pansexuais e assexuais totalizaram apenas 16,3% da amostra. Esses dados nos fazem refletir sobre as barreiras sociais encontradas pela população LGBTQIA+ no acesso à universidade (Carvalho-Freitas et al., 2022).

Por essa razão, é crucial examinar a abordagem desses temas na formação em

Psicologia, com o objetivo de verificar se questões fundamentais relacionadas à comunidade LGBTQIA+ estão sendo tratadas de maneira apropriada nos currículos. Pois, constata-se que com o passar do tempo, a pesquisa no âmbito do currículo tem destacado sua tendência a ser predominantemente influenciada por perspectivas masculinas e brancas. A estrutura desses documentos pode inadvertidamente perpetuar práticas generalizadas, racistas e heteronormativas. Por isso, é importante questionar e analisar esses currículos, a fim de promover a criação de novos modelos que reconheçam e fortaleçam os vínculos entre os grupos que não se encaixam no padrão social estabelecido e que, por essa razão, historicamente têm sido marginalizados e negligenciados (Oliveira & Ferrari, 2018).

Desse modo, ao considerar a promoção da saúde e do cuidado nas experiências da comunidade LGBTQIA+, é necessário examinar como os fatores sociais, políticos e históricos influenciam suas condições de vida e os processos de construção de identidade. Isso implica que as formas de viver, pensar e agir no mundo estão intrinsecamente entrelaçadas por diversos marcadores sociopolíticos, como gênero, sexualidade, classe social, raça, idade, deficiência, entre outros. Esses marcadores também desempenham um papel fundamental na determinação dos contextos de vulnerabilidade em que as pessoas LGBTQIA+ se encontram (Amaral et al., 2021).

É tendo todas essas discussões como fundamento que o objetivo da presente pesquisa é: Identificar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos (PPC) para os cursos de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro. O foco é compreender em quais disciplinas dos cursos as concepções da comunidade LGBTQIA+ são estudadas e discutidas; quais instituições incluem disciplinas dedicadas a abordar essas questões e investigar quais os principais eixos debatidos nas disciplinas que versam sobre essas temáticas.

Método

Esta pesquisa seguirá a abordagem qualitativa. Assim, optou-se por realizar uma pesquisa documental, pois esta abordagem é a que melhor atende aos objetivos do estudo.

A pesquisa documental se apresenta como aquela que se utiliza principalmente de documentos que ainda não foram previamente examinados ou organizados. A escolha dos documentos dependerá do objeto de estudo e do problema de pesquisa em questão. Portanto, o pesquisador deve localizar, selecionar, analisar e interpretar as informações contidas nos documentos escolhidos para embasar sua pesquisa. Dessa forma, essa abordagem permite que o pesquisador adentre o campo de estudo, buscando compreender os fenômenos por meio da análise desses documentos (Kripka et al., 2015).

Contexto do estudo

A pesquisa foi conduzida no Brasil, com o corpus compreendendo os Projetos Pedagógicos dos cursos de Psicologia vigentes das Instituições públicas, federais e estaduais, de ensino superior do Nordeste do país. Os documentos incluídos são aqueles aprovados pelas autoridades reguladoras de ensino, como o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso e a reitoria.

Procedimentos de apreensão de dados e cuidados éticos

O método de coleta de dados neste estudo envolveu a caracterização das instituições de ensino superior públicas na região Nordeste do Brasil que oferecem o curso de Psicologia. Devido ao fato de os documentos estarem disponíveis em páginas públicas na internet, esta pesquisa não exigiu inscrição ou autorização do administrador para acessar o conteúdo, eliminando a necessidade de uma avaliação ética e o registro de consentimento.

Procedimentos de análise

Após identificar os cursos de Psicologia nas instituições de ensino superior públicas do Nordeste do Brasil, procedeu-se à busca pelos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Estes foram acessados por meio das páginas eletrônicas das instituições ou por contato direto via e-

mail institucional. Os PPCs foram examinados através de suas características gerais, ano de início do curso, início do PPC, turno e quantidade de vagas. As disciplinas foram igualmente analisadas, destacando-se suas características, como teóricas/práticas, obrigatórias/optativas e carga horária. Na análise disciplinar, um filtro foi aplicado para localizar os componentes curriculares relacionados à comunidade LGBTQIA+. Para tanto, levaram-se em consideração os seguintes descritores: “gênero”, “sexualidade”, “LGBTQIA+”, “sexo”, “feminismo”, “masculinidade”, “feminilidade”, “gay”, “identidade de gênero”, “homossexual”, “lésbica”, “travesti”, “travestilidade”, “transexualidade”, “transgênero”, “queer”, “heteronormatividade”, “intersexualidade”, “direitos humanos”, “direitos sexuais”, “desigualdade de gênero”, “violência”, “violência de gênero”.

Para a análise dos dados construídos na pesquisa documental, foi construído um banco de dados, visando agrupar todos os elementos gerais e significativos de cada curso de Psicologia da região Nordeste, visando identificar os perfis, e realizar uma caracterização das disciplinas de cada IES.

Para a melhor análise, os Projetos Pedagógicos de Cursos (PPCs) foram processados usando o software Iramuteq, por meio da classificação hierárquica descendente. Este software é projetado para análise textual e opera em conjunto com o programa estatístico R, gerando dados a partir de textos e tabelas. Os resultados revelam a disposição e organização das palavras em um texto, conexões e outras características textuais, permitindo a identificação de indicadores e, por fim, a avaliação da estrutura e contextos do texto a ser analisado (Klant & Santos, 2021).

Já a análise por meio da classificação hierárquica descendente visa agrupar segmentos de texto que compartilham um vocabulário semelhante entre si, enquanto são distintos dos segmentos de texto de outras classes (Camargo, 2005). Por fim, foram utilizados os pressupostos dos estudos atualizados sobre gênero e sexualidade para analisar os dados.

Resultados

Através do levantamento dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação em Psicologia, acessíveis através das páginas eletrônicas de cada uma das 22 instituições públicas de ensino superior do nordeste brasileiro, encontrou-se 22 projetos. Porém, só foi possível entrar em contato com parte dos projetos pedagógicos completos. Após a utilização dos descritores para filtrar as ementas que abordem as questões da comunidade LGBTQIA+, apenas 19 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados.

Em relação aos cursos de Psicologia que abordam os temas aqui pesquisados, em sua maioria tiveram início entre os anos de 1971-2000 (n = 8), seguido dos anos de 2001-2010 (n=7), e 2011-2020 (n=4). A maioria das instituições oferece entre 30-50 vagas por semestre (n=7), seguido por 51-80 (n=6) e por fim de 81-110 (n=6). Quanto ao ano dos PPCs, a maioria foi elaborada na década de 2010 (n=14), seguida da década de 2000 (n=3), e por fim a década de 1990 e 2020 (n=1). O turno em que o curso é ofertado, em sua maioria, se deu em tempo integral (n=11), matutino/vespertino aparece como o segundo turno mais utilizado pelas IES (n=4), matutino e vespertino aparecem como os turnos menos ofertados (N=2). A caracterização geral das 19 IES aqui investigadas podem ser observadas na Tabela 1.

Tabela 1 Caracterização geral dos PPCs. Estudo 1.

Características	Nº	%
Turno		
Integral	11	58%
Matutino	2	11%
Vespertino	2	11%
Matutino/Vespertino	4	21%
Vagas		
	Nº	%

30-50	7	37%
51-80	6	32%
81-110	6	32%
<hr/>		
Ano PPC	Nº	%
<hr/>		
Anos 90	1	5%
Anos 00	3	16%
Anos 10	14	74%
Anos 20	1	5%
<hr/>		
Ano de início do curso	Nº	%
<hr/>		
1971-2000	8	42%
2001-2010	7	37%
2011-2020	4	21%
<hr/>		

Através do levantamento e análise das ementas através dos descritores, encontrou-se 84 disciplinas que abordem as temáticas aqui estudadas. Observa-se que a sua maioria se deu na modalidade teórica (n=78), seguido por teórico/prático (n=5). Não foi encontrada nenhuma disciplina prática que apresentasse os descritores. Quanto ao tipo de disciplina, a maior parte era obrigatória (n=61), seguido das optativas (n=22), e não informada (n=1). A carga horária das disciplinas em sua maioria é de 50-70 horas (n=69), seguida por 30-50 horas (n=12), e 70-90 horas (n=3). Tais considerações podem ser observadas na tabela 2.

Tabela 2 Caracterização das disciplinas. Estudo 1.

Características	Nº	%
<hr/>		
Modelo da disciplina	Nº	%
<hr/>		
Teórico	78	94%
Teórico-prático	5	6%
<hr/>		

Tipo de disciplina	Nº	%
Obrigatório	61	73%
Optativo	22	26%
Não informado	1	1%
Carga horária	Nº	%
30 - 50	12	14%
50 - 70	69	82%
70 - 90	3	4%

O corpus geral considerou 131 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 103 STs (78,63%). Emergiram 4.343 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.014 palavras distintas e 559 com uma única ocorrência. O conteúdo, analisado foi categorizado em seis classes: Classe 1, com 17 ST (16,5%); Classe 2, com 13 ST (12,62%); Classe 3, com 21 ST (20,39%); Classe 4, com 19 ST (18,45%); Classe 5, com 16 ST (15,53%); e Classe 6, com 17 ST (16,5%).

Vale ressaltar que essas seis classes se encontram divididas em três ramificações (A, B e C) do corpus total em análise. O subcorpus A, composto pela Classe 3 ("Aspectos biológicos do desenvolvimento"), que se refere aos aspectos biológicos do ser humano, que aproxima o gênero e a sexualidade do processo de desenvolvimento humano. O subcorpus B, contém os discursos correspondentes à Classe 6 ("Aspectos jurídicos e direitos humanos), que contempla as perspectivas do direito e sua relação com as questões jurídicas e éticas da atuação e intervenção da psicóloga/o/e. O subcorpus C, é composto pela classe 2 ("Aspectos políticos"), que aborda a perspectiva das políticas públicas, dos movimentos sociais e da inclusão e exclusão social; classe 1 ("Aspectos da Psicologia Social e decolonialidade"), que compreende as questões da Psicologia social e as desigualdades sociais; classe 4 ("Interseccionalidade"), que se refere aos temas contemporâneos de gênero e sexualidade e suas dissidências, assim

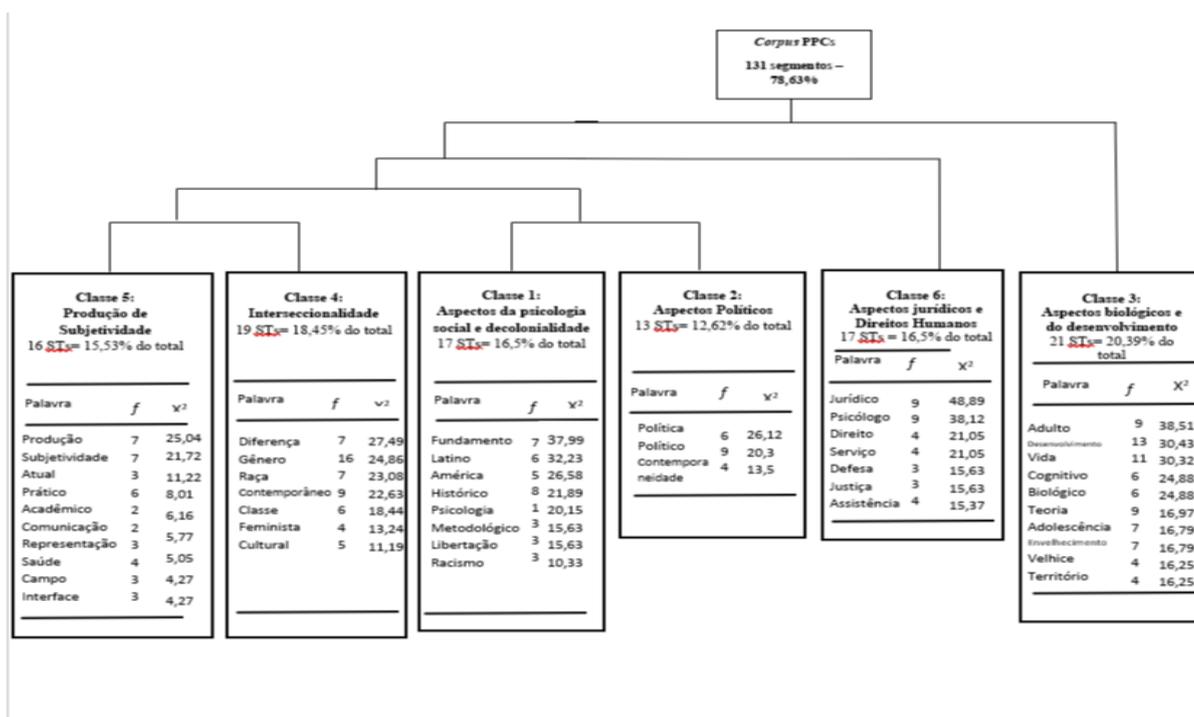


Figura 2. Estudo 1 - Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos corpus do PPCs.

Figura 2. Dendograma da Classificação Hierárquica Descendente (CHD) dos corpus do PPCs

A classe 3, intitulada de “Aspectos biológicos do desenvolvimento”, compreende 20,4% (f = 21) do corpus total analisado. Composta por palavras e radicais no intervalo entre $\chi^2= 16,25$ (território) e $\chi^2= 38,51$ (Adulto). Essa classe é constituída por palavras como “Adulto” ($\chi^2 > 38,51$); “Desenvolvimento” ($\chi^2 > 30,43$); “Vida” ($\chi^2 > 30,32$); “Cognitivo” ($\chi^2 > 24,88$); “Biológico” ($\chi^2 > 24,88$); “Teoria” ($\chi^2 > 16,97$); “Adolescência” ($\chi^2 > 16,79$); “Envelhecimento” ($\chi^2 > 16,79$); “Velhice” ($\chi^2 > 16,25$); “Território” ($\chi^2 > 16,25$). Predominaram as evocações das IES 5 (2 ST; $\chi^2 > 7,96$); 4 (2 ST; $\chi^2 > 7,96$) e 14 (2 ST; $\chi^2 > 4,08$).

Através da análise realizada, constatou-se que estão elencados os aspectos biológicos do ser humano, aproximando a teoria de gênero e sexualidade do processo de desenvolvimento na adolescência, vida adulta e velhice. O PPC da IES 5 traz em sua matriz curricular três disciplinas de caráter obrigatório, Psicologia do desenvolvimento II, Teoria da subjetividade II, Psicologia, diversidade e acessibilidade. A ementa da primeira disciplina destaca claramente

essa categoria, assim como a disciplina de Sexualidade Humana oferecida pela Instituição de Ensino Superior 14:

Teorias psicológicas da vida adulta e da velhice. Mudanças cognitivas e intelectivas no processo de envelhecimento; sexualidade e afetividade na maturidade; mudanças psicossociais na vida adulta e na velhice: relações familiares, sociabilidade, perdas, luto, morte; O Estatuto do Idoso; as práticas psicológicas.

História da sexualidade. Mitos e tabus da sexualidade humana. Gênero e Sexualidade. Vivência da sexualidade nos ciclos da vida. A sexualidade humana em suas dimensões biológica, psicológica e sociocultural.

A classe 6, intitulada de “Aspectos jurídicos e direitos humanos”, compreende 16.5% (f = 17) do corpus total analisado. Composta por palavras no intervalo entre $x^2 = 15,37$ (assistência) e $x^2 = 49,8$ (Jurídico). Essa classe é formada por palavras como “Jurídico” ($x^2 > 49,89$); “Psicólogo” ($x^2 > 38,12$); “Direito” ($x^2 > 21,05$); “Serviço” ($x^2 > 21,05$); “Defesa” ($x^2 > 15,63$); “Justiça” ($x^2 > 15,63$); “Assistência” ($x^2 > 15,37$); O PPC da IES 9 (3 ST; $x^2 > 15,63$) é o que melhor representa esta classe. Essa classe aborda as perspectivas do direito e sua relação com as questões jurídicas e éticas da atuação e intervenção da psicóloga/o/e frente a garantia e a defesa dos direitos humanos e o combate à violência de gênero. A ementa da disciplina Psicologia Jurídica é a que melhor exemplifica essa classe:

Estado da arte do conhecimento psicológico na relação com a justiça. Noções de direito necessárias ao psicólogo inserido no campo jurídico. O papel do psicólogo nas organizações jurídicas. A intervenção pontual nos conflitos judiciais, o diagnóstico diferencial, a perícia, o estudo de caso, o trabalho multidisciplinar. A atuação do Psicólogo pautada em princípios técnicos e éticos em situações de conflitos com a Lei, abordagens a jovens infratores, responsabilidade e culpa, violência contra mulher, atendimento a toxicômanos e demais situações de acompanhamento e assistência jurídica aos cidadãos.

A classe 2, nominada de “Aspectos políticos” engloba 12,62% (f = 13) do corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2 = 13,5$ (Contemporaneidade) e entre $x^2 = 66,67$ (Política). Essa classe é constituída por palavras como “Política” ($x^2 > 66,67$); Político ($x^2 > 40,91$); Contemporaneidade ($x^2 > 57,14$). Essa classe refere-se às perspectivas políticas, abrangendo as políticas públicas voltadas para combate ao preconceito e relações de poder,

assim como inclusão e exclusão social. A IES 13 (5 ST; $x^2 > 5,96$) é a que contém o PPC que melhor representa a classe. A disciplina de Psicologia social é bastante ilustrativa dessa classe:

Interfaces com campos da Psicologia e outras ciências. Historicidade e influências européia, norte-americana e latina. Principais correntes teóricas e bases metodológicas. Práticas coletivas e contextos de atuação da Psicologia Social. Relação indivíduo e sociedade. Aspectos psicossociais: identidade, subjetividade, estigma, solidariedade. Subalternidade, relações de poder e fortalecimento de um sujeito ético-político. Exclusão, políticas públicas e implicações da Psicologia Social. Transversalidades no olhar da Psicologia Social: gênero, raça, classe, religião. Normatividades, naturalizações e transgressão. Compromisso ético-político da Psicologia Social.

A classe 1, foi intitulada como “Aspectos da Psicologia social e decolonialidade” e compreende 16,5% ($f = 17$) do corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2 = 10,33$ (Racismo) e entre $x^2 = 37,99$ (Fundamento). Essa classe é formada por palavras como “Fundamento” ($x^2 > 37,99$); “Latino” ($x^2 > 32,23$); “América” ($x^2 > 26,58$); “Histórico” ($x^2 > 21,89$); “Psicologia” ($x^2 > 20,15$); “metodológico” ($x^2 > 15,63$); “Libertação” ($x^2 > 15,63$); “Racismo” ($x^2 > 10,33$). Essa classe aborda os estudos da Psicologia social, trazendo a sua construção histórica no Brasil e na América Latina, discorrendo sobre a Psicologia da libertação. Também traz à luz tópicos da exclusão social, estruturação racista, heteronormativa e sexista da sociedade; as relações de gênero e teorias decoloniais, o que demonstra uma abrangência aos estudos interseccionais. O PPC da IES 19 (8 ST; $x^2 > 12,36$) é o que melhor caracteriza essa classe. O ementário da disciplina “Fundamentos e Perspectivas da Psicologia Social” é a que melhor demonstra essa classe:

Fundamentos históricos, teóricos e metodológicos da Psicologia Social. As raízes da Psicologia Social Moderna. A crise da Psicologia Social. Novos Paradigmas da Psicologia Social. Psicologia Sócio-histórica Cultural. Psicologia da Libertação na América Latina. A abordagem do construcionismo social. A teoria das Representações Sociais. O discurso enquanto prática discursiva. Formações Identitárias na contemporaneidade. Estudo de questões da Psicologia Social no contemporâneo: práticas de exclusão/inclusão, políticas sociais, violência, trabalho, processos de subjetivação e mídia. Reflexão sobre desigualdade social, humilhação, sofrimento ético-político, direitos humanos. Os desafios da Psicologia Social na sociedade brasileira frente à estruturação racista, heteronormativa e sexista.

A classe 4 foi nomeada de “Interseccionalidade” e compreende 18,45% ($f = 19$) do

corpus total analisado. É formada por palavras no intervalo entre $x^2= 11,19$ (Cultural) e entre $x^2= 27,49$ (Diferença). Essa classe é constituída por palavras como “Diferença” ($x^2 > 27,49$); “Gênero” ($x^2 > 24,86$); “Raça” ($x^2 > 23,08$); “Contemporâneo” ($x^2 > 22,63$); “Classe” ($x^2 > 18,44$); “Feminista” ($x^2 > 13,24$); “Cultural” ($x^2 > 11,19$). Essa classe traz em seu escopo marcadores sociais contemporâneos como gênero, classe, diversidade sexual. Essa classe não apresentou nenhuma IES que a representasse.

A classe 5 intitula-se “Produção de subjetividade” e compreende 15,53% ($f = 16$) do corpus total analisado. É composta por palavras no intervalo entre $x^2= 4,27$ (Interface) e entre $x^2= 25,04$ (Produção). Ela é constituída por palavras como “Produção” ($x^2 > 25,04$); “Subjetividade” ($x^2 > 21,72$); “Atual” ($x^2 > 11,22$). Essa classe abrange disciplinas que abordam as teorias e estudos sobre gênero, feminismo e população LGBTQIA+, assim como aspectos da produção de subjetividade. Predominaram as evocações das IES 12 (3 ST; $x^2 > 16,8$); 11 (2 ST; $x^2 > 6,16$); 1 (1 ST; $x^2 > 5,49$). A ementa da disciplina “Gênero e Sexualidade” da IES 11 exemplifica essa classe:

Teorias feministas e os estudos de gênero. Perspectivas teóricas no campo da sexualidade. Os sistemas normativos de sexo, gênero, sexualidade e desejo e suas implicações na produção das subjetividades. Vulnerabilidade em decorrência da interface de gênero e outros marcadores sociais.

Discussão

Classe 3: Aspectos biológicos do desenvolvimento

A partir da classe 3, intitulada de “Aspectos biológicos”, identifica-se uma relação entre gênero e sexualidade e as concepções biológicas e de desenvolvimento do ser humano, abordando essas teorias através de marcadores biológicos da infância, adolescência e velhice.

Diante disso, se faz importante discutir gênero e sexualidade a partir dessa perspectiva, pois é relevante perceber o corpo como parte da nossa existência, assim se fazendo necessário compreender as potencialidades e limites dele. Dessa forma, é essencial que esse processo de conhecimento e reconhecimento aconteça de forma segura, respeitando as subjetividades e

especificidades de cada fase da vida. Os corpos estão inseridos e são influenciados por uma cultura que diariamente se transforma, e, portanto, não devem ser simplificados como meros instrumentos de reprodução sexual. Eles são entidades históricas intrinsecamente ligadas à construção da narrativa social ao longo do tempo (Lima, 2019).

Portanto, sexualidade e gênero são produtos moldados pelo contexto socio-histórico-cultural, resultando de diversos discursos e estruturas de poder/conhecimento. Nessa visão, a sexualidade abrange diversas dimensões da vida, incluindo corpos, prazeres, desejos, relações, identidades e diferenças, todos influenciados pela história e pela sociedade (Louro, 2000).

Logo, é essencial exercer cautela ao abordar a interconexão desses dois tópicos, evitando simplificar a discussão apenas aos aspectos biológicos e negligenciando toda a dimensão psicossocial que envolve essa temática. Louro (2000), afirma que as concepções de gênero e sexualidade contemplam rituais, linguagens, representações, convenções e símbolos, ou seja, processos culturais e plurais. Por esse viés, a autora pontua que não existe “natural” nessa discussão, tanto pela concepção de corpo ou de natureza. Por esse motivo, será através de processos culturais que irá se definir o que é ou não natural, produzindo e moldando a natureza e a biologia, tornando-as históricas.

A abrangência dessas temáticas convida à reflexão sobre sua interseção com o desenvolvimento humano. Essa interrelação proporciona novas visões acerca dos aspectos físicos, emocionais e sociais do desenvolvimento humano, adotando uma perspectiva holística que reconhece o indivíduo como um todo. Nesse contexto, o sujeito vive experiências, constrói sua identidade e enfrenta transformações intrínsecas ao corpo (Ferreira, 2021).

As disciplinas desse eixo, exploram a influência fundamental do gênero e da sexualidade no complexo processo de desenvolvimento humano, que molda as experiências e trajetórias ao longo da vida. Pensando as repercussões sociais provenientes dessas temáticas ao longo da

infância, adolescência e velhice.

Classe 6: Aspectos jurídicos e direitos humanos

A classe 2, Aspectos jurídicos e direitos humanos traz em seu escopo discussões sobre políticas públicas e direitos humanos. Nessa classe encontram-se as discussões sobre políticas de inclusão e exclusão em interface com as temáticas de gênero, sexualidade, raça, classe, entre outros. Com o objetivo de promover uma atuação comprometida com as diversas realidades sociais e a diversidade de modos de ser, com os direitos humanos e a promoção de cidadania para os grupos que compõem uma minoria social.

Assim, destaca-se a importância de se incluir disciplinas que versam sobre a importância da defesa dos direitos humanos. Pois, será através da promoção dessas discussões que se cria uma maneira eficaz de desafiar os sistemas de opressão e exclusão em todas as suas dimensões. Definindo o compromisso social da Psicologia não apenas na defesa dos direitos civis e políticos, mas também na proteção dos direitos econômicos, sociais e culturais, garantidos a todos os seres humanos. Isso inclui grupos frequentemente sujeitos a preconceito e intolerância, como crianças, mulheres, indígenas, pessoas negras, homossexuais, transexuais, pessoas de baixa renda e pessoas com deficiência (Santos, 2017).

Foi através dessa perspectiva que, como forma de comprometimento com a realidade dos grupos politicamente minoritários, o Código de Ética Profissional da psicóloga/o/e, na sua versão mais atualizada e elaborada pelo Conselho Federal de Psicologia, orienta que a psicóloga/o/e fundamente sua prática no respeito e na promoção da liberdade, dignidade, igualdade e integridade de cada ser humano, respaldando-se nos princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005).

Outro movimento importante e alinhado com o compromisso minoritário, foi o processo de despatologização da homossexualidade, que se apresenta como um marco para a garantia dos direitos dessa população. Trazendo uma mudança significativa no cenário médico e, por

consequente, na Psicologia. Como uma disciplina de saúde, a Psicologia teve que se adaptar e regular a prática dos profissionais na área. Foi a partir da Resolução nº 001/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 1999) que a Psicologia passou a reconhecer a homossexualidade como uma orientação sexual, e não mais como uma patologia. Isso resultou em uma maior capacidade de acolhimento para indivíduos LGBTQIA+ e uma compreensão mais abrangente da orientação sexual e da construção da identidade dessas pessoas (Carvalho & Santos Simão, 2022).

Dessa forma, se faz imprescindível que a formação em Psicologia transcenda a abordagem meramente técnica, evoluindo para uma formação crítica, politicamente consciente e reflexiva. É essencial incorporar temas como cidadania, direitos humanos e movimentos sociais, especialmente considerando a crescente integração da psicóloga/o/e no Sistema Único de Saúde (SUS) e o aprimoramento da compreensão das necessidades de saúde da população (Sales & Gomes, 2020).

Assim, torna-se indispensável a busca por uma formação em Psicologia que esteja orientada pelos direitos humanos, que procure revisar as teorias e métodos de ensino tradicionais. Por tanto, é necessário que a abordagem tecnicista, a superficialidade e a ausência de uma postura crítica devem ser substituídas por uma formação mais crítica. As psicólogas/os/es, enquanto cientistas e profissionais voltados para o estudo do humano, não podem ficar alheios ao movimento da realidade que claramente aponta na direção dos direitos humanos (Bock, 2010).

As disciplinas incluídas nesse eixo categórico, visam construir uma sólida base ética na prática da Psicologia, tendo como foco central os direitos humanos, com o objetivo de fomentar a justiça social e contribuir para a identificação e combate das disparidades sociais. Ela também capacita as psicólogas/os/es a interagirem com uma ampla diversidade de indivíduos e formas de ser, mantendo uma postura ética e inclusiva em sua atuação.

Classe 2: Aspectos políticos

O propósito desta classe é explorar as políticas públicas relacionadas à inclusão e exclusão social, com o intuito de capacitar as psicólogas/os/es a promoverem a igualdade e reduzir as disparidades sociais em sua prática profissional. Além disso, visa aprofundar a compreensão das dinâmicas sociais associadas à exclusão e seu impacto nos grupos minoritários, fornecendo uma base para o desenvolvimento de estratégias eficazes de inclusão.

Na atualidade, um dos maiores obstáculos que a Psicologia enfrenta, é o desafio de desenvolver abordagens para atuar nas políticas públicas. Abordagens essas que devem se basear no entendimento dos determinantes sociais, na crítica aos sistemas normativos, na valorização da diversidade de identidades, no fortalecimento dos indivíduos e na promoção da participação das várias comunidades no controle dessas políticas (Gesser, 2013).

Desse modo, se faz necessário a defesa da igualdade no que diz respeito à garantia de direitos para todos, como educação, saúde, segurança, lazer, entre outros. Porém, também se faz importante travar uma luta pela inclusão nesses direitos iguais, pela existência de um grupo social excluído, fazendo-se necessária a equidade para gerar oportunidades iguais de acesso (Silva & Isayama, 2020).

Analisar a questão da inclusão social implica identificar elementos que assegurem a cidadania, evitem a violação de direitos e facilitem o acesso às políticas públicas para a comunidade LGBTQIA+, que comumente enfrentam situações de vulnerabilidade. O avanço nas políticas de inclusão para esses membros emerge como uma abordagem eficaz para promover equidade e construir uma sociedade mais justa e inclusiva (de Moraes et al., 2022).

Dessa forma, pode-se afirmar que as políticas voltadas para a comunidade LGBTQIA+ avançaram ao longo dos anos, porém, de maneira intermitente e vulnerável, o que se tornou mais evidente nos últimos anos devido ao aumento do conservadorismo e à falta de interesse do poder executivo e legislativo nas questões LGBTQIA+. Por tanto, é essencial destacar que

a Psicologia continua desempenhando um papel crucial, não somente na defesa da despatologização e na luta contra a LGBTQIA+fobia mas também na resistência contra possíveis retrocessos nessa agenda, como as constantes tentativas de invalidar as resoluções do CFP relacionadas a esse assunto (Carvalho & Santos Simão, 2022).

O que se percebe através das disciplinas desse eixo, é a abordagem de promover uma atuação comprometida com a necessidade de olhar para o sujeito considerando as diversas complexidades de suas existências dentro de seus próprios contextos e marcadores sociais, entendendo a importância da criação de políticas públicas voltadas para a inclusão e equidade da comunidade LGBTQIA+, e as reconhecendo como direitos constitucionais.

Classe 1: Aspectos da Psicologia social e decolonialidade

As disciplinas desta classe englobam os estudos da Psicologia social, explorando as problemáticas da decolonialidade no âmbito da Psicologia social, assim como a formação colonial moderna do sujeito. Relacionando à exclusão social, à estruturação racista, heteronormativa da sociedade, às relações de gêneros as teorias decoloniais.

É fundamental realizar uma conceituação e distinção das maneiras pelas quais a colonialidade se manifesta e se estabelece na sociedade. A colonialidade do poder foi desenvolvida por meio da estratégia de racialização como um método de exercer dominação, exploração e criar divisões coloniais, tais como centro e periferia, colonizador e colonizado, branco e negro, homem e mulher. Por outro lado, a colonialidade do saber abrange a perspectiva epistêmica que busca silenciar e ocultar qualquer conhecimento que não se encaixe no paradigma ocidental, branco e heterocisnormativo (Lima & Malcher, 2019).

Por esse motivo é necessário considerar a significativa influência europeia na história da Psicologia, examinando as formas como essas disciplinas podem ainda incorporar em suas práticas e fundamentos, elementos de pensamento coloniais. Essas decisões, notadamente presentes nos currículos acadêmicos das universidades (identificados como geradores de

conhecimento), estabelecem um corpo de conhecimento e promovem abordagens para a Psicologia que historicamente respaldam normas de comportamento socialmente aceitas, resultando, por conseguinte, na construção do conceito de "anormalidade" e da exclusão (Pereira et al., 2022).

Por tanto, é necessário quebrar os modelos de atuação que visam a psicologização dos problemas sociais, identificando e responsabilizando individualidades pelos seus sofrimentos. Assim, como evitar práticas clínicas e patologizantes que encobrem os problemas que constituem a sociedade brasileira e o seu histórico colonial de violência e exploração que produziu subjetividades marcadas pela ideia da existência do colonizador, que se apresenta como superior e humano e o colonizado, inferior e entendido como coisa. (Gomes et al., 2022).

Assim, se faz pertinente pontuar a importância de se promover discussões acerca da sexualidade, reconhecendo a relevância de incorporar a cultura e o contexto socio-histórico nesse diálogo, permitindo a criação de reflexões significativas sobre a maneira como os corpos se manifestam na sociedade e as interações que esses estabelecem no âmbito social (Borges, 2009).

Desse modo, a formação em Psicologia, quando desenvolvida sob uma perspectiva decolonial, implica em questionar e reconstruir essas teorias e técnicas tradicionais que moldaram as formas do fazer psicológico. Abordar a decolonialidade na formação, incentiva as futuras psicólogas/os/es a pensarem as mais variadas culturas, tendo uma visão crítica sobre essa diversidade cultural e étnica, buscando descolonizar os conceitos e práticas psicológicas, tornando-as mais inclusivas e contextualizadas para lidar com as realidades. Portanto, a formação em Psicologia e a decolonialidade se entrelaçam com o objetivo de reconstruir as disciplinas de modo a ser mais inclusiva e sensível à pluralidade de vivências e perspectivas.

Classe 4: Interseccionalidade

Essa classe traz em seu escopo marcadores sociais contemporâneos como gênero, classe,

diversidade sexual, feminismo e raça. Englobando as múltiplas identidades e modos de ser, reconhecendo as interseções entre essas temáticas e destacando a importância de estudar e compreender esses fenômenos de uma forma integrada.

O conceito de interseccionalidade se propõe a discutir as diferentes e múltiplas possibilidades de identidades e suas formas de estruturação. Contribuindo para a quebra com a hierarquização das formas de opressão. Ela se apresenta como uma abordagem analítica que abrange múltiplas formas de opressão ao mesmo tempo. Por meio dessa perspectiva, não se analisam as formas de discriminação de maneira isolada, nem se limita a somar simplesmente diferentes formas de discriminação. Pelo contrário, a interseccionalidade reconhece a complexidade das interseções entre os processos discriminatórios e procura compreender as condições específicas que surgem a partir dessas interações (Oliveira & Ferrari, 2018; Kyrillos, 2020).

Portanto, considerar a constituição dos sujeitos e seus processos de subjetivação, utilizando a interseccionalidade como eixo central, não apenas enriquece a leitura e entendimento dos aspectos estudados, mas também contribui para desenvolver estratégias de intervenção que adotam uma abordagem crítica e atenta à multiplicidade presente nas dinâmicas psicológicas e psicossociais dos sujeitos humanos. Essa perspectiva interseccional destaca desigualdades, privilégios e demandas, contrapondo-se a abordagens universalizantes e essencialistas, e lança luz sobre a complexidade dos sofrimentos psíquicos (Hoepers, 2022).

Assim, se faz necessário pensar o papel da educação na problematização das construções de identidades e diferenças, trazendo à luz questões de hierarquização desses modos de ser. Portanto, a interseccionalidade dialoga sobre a necessidade de repensar o olhar reducionista, que nos permite ver o sujeito apenas através de uma única identidade, e não de forma plural, por meio das mais variadas formas de ser e estar no mundo (Oliveira & Ferrari, 2018).

Dessa forma, torna-se imperativo integrar discussões sobre interseccionalidade na formação em Psicologia, pois se faz essencial sua singular capacidade de realizar análises mais aprofundadas das complexas formas de dominação enfrentadas por pessoas que se encontram nos diversos marcadores sociais. Suas lentes propiciam uma compreensão precisa e abrangente dessas dinâmicas intrincadas, destacando as interconexões entre raças, gêneros, sexualidades e classes sociais que influenciam as experiências individuais. Ao incorporar essa perspectiva na formação, as psicólogas/os/es podem oferecer atendimento mais inclusivo e sensível, contribuindo assim para uma prática mais ética e eficaz.

Classe 5: Produção de subjetividade

Essa classe traz em suas disciplinas as aproximações do campo da Psicologia com as perspectivas teóricas relacionadas ao gênero, sexualidade, feminismo e população LGBTQIA+, assim como aspectos da produção de subjetividade. Essas disciplinas buscam refletir sobre como, e de que maneira esses conceitos dão sustentação às práticas psicológicas, considerando as diversas discussões, acontecimentos e criação de documentos que orientam a atuação desses profissionais.

Matos (2019), afirma que a subjetividade é um sistema que nos permite entender a psiquê humana não através de sua fragmentação, mas devido à sua natureza complexa, multifacetada, recursiva, contraditória e imprevisível. Isso se distancia de abordagens que procuram simplificar o ser humano em expressões simplistas. Por essa razão, se faz essencial trazer em seu escopo teórico as influências que as perspectivas de gênero, sexualidade e raça acarretam na formação de subjetividade dos sujeitos (Matos, 2019).

Portanto, se faz necessário enfatizar a importância de abordar o papel da Psicologia como um campo de conhecimento centrado nas subjetividades, com a responsabilidade de contribuir socialmente. Nesse sentido, é crucial que a Psicologia reconheça sua influência e autoridade para promover a escuta ativa e adotar posturas voltadas para a eliminação de

discursos que perpetuam violência e discriminação contra os diversos grupos minoritários (Amaral et al., 2021).

Para que isso ocorra, se faz importante englobar nos currículos discussões de gênero e sexualidade no processo de formação, o que implica em estabelecer mecanismos para tornar evidentes as complexas dinâmicas que geram e perpetuam as desigualdades nos meios sociais. Tais dinâmicas são profundamente influenciadas pelo ambiente cultural e social, e muitas vezes se refletem nos sistemas que moldam os currículos dos cursos de Psicologia (Assis, 2018).

Por isso, refletir sobre a sala de aula como um ambiente de negociação e disputa é essencial para compreender que, assim como o currículo, ambos são instâncias em constante construção. Eles emergem das complexas relações de poder e conhecimento, desempenhando um papel fundamental na formação e construção dos sujeitos. Assim, é crucial reconhecer e analisar de maneira crítica as interações entre essas diversas forças que influenciam os espaços educativos, e compreender como essas interações impactam na formação de identidades e conhecimentos (Oliveira & Ferrari, 2018).

Discutir essas temáticas na graduação em Psicologia, implica em um maior posicionamento das futuras profissionais psicólogas/os/es contra práticas, técnicas, movimentos, posturas e discursos que contribuem para as reverberações de discursos homofóbicos, machistas, misóginos, sexistas e as mais variadas formas de violência e preconceito.

Considerações finais

O objetivo central deste estudo foi examinar a integração das discussões sobre a comunidade LGBTQIA+ nos currículos dos cursos de Psicologia das instituições públicas de ensino superior do Nordeste. Isso possibilitou a observação das diversas perspectivas teóricas e epistemológicas que têm guiado essas discussões na graduação. De modo geral, percebe-se que existe um avanço nos debates desses tópicos na formação em Psicologia, já que 73% das

disciplinas que abordam essas temáticas são obrigatórias. Para tanto, ainda se faz de suma importância que tais temáticas pudessem ter maior expressividade nos currículos de formação da/o/e psicóloga/o/e.

Através das disciplinas analisadas, também ficou perceptível a preocupação em debater as temáticas através de uma perspectiva ética, considerando os direitos humanos e todos os fatores políticos, sociais e culturais que perpassam os temas. Compreendendo-os de uma forma interseccional com as demais temáticas como raça e classe social.

Embora os estudos que versem sobre a comunidade LGBTQIA+ não sejam a principal ênfase na formação em Psicologia, é crucial que essas temáticas sejam abordadas e discutidas não apenas de forma interdisciplinar, mas como assuntos centrais. Isso envolve promover discussões e debates sobre o saber/fazer profissional, convidando constantemente a revisitar as teorias psicológicas sob uma perspectiva crítica e alinhada aos movimentos sociais.

Portanto, se faz imprescindível identificar as lacunas, barreiras e desafios encontrados na formação, para que assim se possa criar ferramentas que permitam aprimorar a prática profissional, e possibilite refletir sobre quais fatores, para além da responsabilidade das instituições e da suposição de falta de interesse por parte dos alunos, estão presentes na falta de discussões sobre as demandas de gênero, sexualidade, raça, dentre outros.

Em resumo, os resultados desta pesquisa são restritos a um contexto histórico e cultural específico, com particularidades que não podem ser generalizadas. Esta investigação não abrange todos os aspectos do objeto de estudo, sugerindo a necessidade de futuras pesquisas que abarquem, por exemplo, o currículo oculto e faça uma maior investigação na busca pelas perspectivas dos professores e alunos de cada IES.

Referências

- Amaral C. A., Ribeiro, P. R. C., & Barros, S. C. (2021). Atravessamentos de gênero, sexualidade na psicologia: discutindo alguns acontecimentos. *Diversidade E Educação*, 9(Especial), 712–734. <https://doi.org/10.14295/de.v9iEspecial.12734>
- Amaral, M. S., Fuchs, J. J. B., & Mauricio, A. C. (2021). Micropolíticas de resistência na atuação psi: problematizações acerca da cisheteronorma como reguladora do cuidado em saúde. Seminário Internacional Fazendo Gênero 12. (Anais eletrônicos), Florianópolis.
- Arndt, G. J. (2021). " Cura gay": uma cartografia dos discursos sobre a Resolução CFP 01/99 no Facebook. [Dissertação de mestrado], Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- Assis, M. M. (2018) Gênero e a Formação de Psicólogas/os em Goiás: problematizando (in)visibilidades e reflexos no ensino acadêmico. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás]. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Goiás.
- Bock, A. M. B., & Gianfaldoni, M. H. (2010). Direitos Humanos no ensino de psicologia. *Revista Psicologia: Ensino & Formação*, 1(2), 97-115. ISSN 2177-2061
- Brasil. (2019). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado de [https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE PAR CNECESN10712019.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf)
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P. Moreira; B. V. Camargo; J. C. Jesuino; S. M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora da UFPB.
- Carvalho, L. R., & dos Santos Simão, E. R. (2022). Análise Histórica das Políticas Públicas para População LGBT+ no Brasil e Interfaces com a Psicologia. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 13(1), 102-119. <https://doi.org/10.18761/VEEM.4561>
- Carvalho-Freitas, M. N., Bentivi, D. R. C., & Sandall, H. (2022). Diversidade na psicologia. In

- A. V. B. Bastos (Ed.), Quem faz a psicologia brasileira?: um olhar sobre o presente para construir o futuro: formação e inserção no mundo do trabalho: volume I (pp. 54-72). CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2005). Código de Ética Profissional do Psicólogo. Brasília, DF: o autor. <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (2018). Resolução n. 10, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre a inclusão do nome social na carteira de identidade profissional da psicóloga e do psicólogo e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/SEI_CFP-0037173-Resolução.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. (2022). Resolução nº 8/2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília, DF. <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022>
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/1999: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, 22 mar. 1999 [acesso em 12 jan. 2015]. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- De Moraes, K. R., de Sousa, J. Q., Alvarenga, L. G., & de Souza Amaral, S. C. (2022). A identidade social da comunidade LGBT: contribuições da Sociolinguística para ações de políticas públicas. *Revista Philologus*, 28(84 Supl.), 80-88.
- Ferreira, S. R. (2021). Contribuições da psicologia escolar e educacional nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. (Dissertação de mestrado, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco). <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/621>
- Gesser, M. (2013). Políticas públicas e direitos humanos: desafios à atuação do Psicólogo. *Psicologia: ciência e profissão*, 33, 66-77.

- Gomes, V. F., Sathler, C. N., & de Farias, M. D. F. L. (2022). Gênero, raça, sexualidade e classe nos projetos político-pedagógicos em cursos de psicologia. *Horizontes*, 40(1), e022027-e022027.
- Hoepers, A. D. (2022). Psicologia social, interseccionalidade e processos de subjetivação. *Conversas em Psicologia*, 3(1), 14-14. <https://doi.org/10.33872/conversaspsico.v3n1.a2>
- Klant, L. M., & Santos, V. S. dos. (2021). O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo – estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. *Research, Society and Development*, 10(4), e8210413786. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>
- Kyrillos, G. M. (2020). Uma análise crítica sobre os antecedentes da interseccionalidade. *Revista Estudos Feministas*, 28, e56509.
- Lima, E. F. (2019). O Fazer-interseccional no trabalho de educação em sexualidade. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, (8), 95-102.
- Lima, M. L. C., & Malcher, C. M. F. (2019) Por uma psicologia-resistência: uma aposta nas lentes decoloniais. In M. I. B. Tamborill., M. L. C. Lima., A. L. M. Neves (Orgs) *Psicologia Social na Amazônia* (pp. 21-35) Porto Alegre: Abrapso.
- Louro, G. L. (2000). Pedagogias da sexualidade. Em G. L. Louro (Org.), *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (2ª ed., pp. 7-34). Belo Horizonte: Autêntica.
- Matos, C. A. (2019). O desenvolvimento subjetivo do psicólogo escolar: reflexões sobre os processos de atuação e formação profissional. [Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional da UnB. <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35075>
- Mattos, A. R., & Cidade, M. L. R. (2016). Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. *Revista Periódicus*, 1(5), 132–153. <https://doi.org/10.9771/peri.v1i5.17181>
- Oliveira, D. A. D., & Ferrari, A. (2018). Interseccionalidade, gênero, sexualidade e raça: os desafios e as potencialidades na invenção de outros currículos. *Diversidade E Educação*, 6(1), 21–29. <https://doi.org/10.14295/de.v6i1.8234>

- Pereira, D. F., Goncalves, C. V., da Silva, C. M., & Eckhardt, F. (2022). O pensamento decolonial na psicologia brasileira. *Conhecimento & Diversidade*, 14(32), 181-193.
- Ribeiro, C. J., Moraes, C. de F., & Kruger, N. R. M. (2019). A universidade e os corpos invisibilizados: Para se pensar o corpo LGBT. *Diversidade e Educação*, 7(2), 357-372.
- Sales, R. Z., & Gomes, T. M. (2020). Formação e atuação do psicólogo nas políticas públicas e no CERSAM: conquistas e desafios. *Brazilian Journal of Development*, 6(5), 27819-27823.
- Santos, L. N. (2017). O compromisso social da psicologia: Um estudo sobre o desenvolvimento de um projeto crítico. (*Tese de Doutorado*), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- Silva, L. C. X. D., & Isayama, H. F. (2020). Uma análise das políticas públicas de lazer para a população LGBT em Belo Horizonte. *Motrivivência*, 32(63).

4. Estudo 2. Inclusão LGBTQIA+ nos currículos de Psicologia: abordando Educação e Desenvolvimento Humano no Nordeste brasileiro

Inclusão LGBTQIA+ nos Currículos de Psicologia: Abordando Educação e Desenvolvimento Humano no Nordeste Brasileiro

Resumo

Este estudo realizou uma análise das disciplinas de educação e desenvolvimento humano presentes nos Projetos Pedagógicos de Cursos de Psicologia de instituições de ensino superior públicas (Federais e Estaduais) do Nordeste, focalizando a interseção entre educação, desenvolvimento humano e a comunidade LGBTQIA+. Com o intuito de examinar como essas disciplinas abordam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, contribuindo para uma compreensão aprofundada da inclusão e representatividade. Essa investigação adotou uma abordagem qualitativa, do tipo documental. Para analisar os dados obtidos na pesquisa documental, foi elaborado um banco de dados com o objetivo de consolidar todos os elementos relevantes de cada curso e disciplinas. A análise foi realizada usando a técnica de análise de conteúdo de Bardin. Os resultados das análises das disciplinas que exploram a temática de Desenvolvimento humano conduziram à identificação de três eixos categóricos de análise: "Desenvolvimento na Infância"; "Desenvolvimento na Adolescência" e "Desenvolvimento na Velhice". Nas disciplinas de educação, emergiram também três eixos fundamentais: "Educação sexual"; "Educação inclusiva"; e "Críticos culturais educativos".

Palavras-chaves: Psicologia Escolar e Educacional; Desenvolvimento humano; Educação; LGBTQIA+.

ABSTRACT

This research carried out an analysis of the education and human development disciplines present in the Pedagogical Projects of Psychology Courses at public universities in the Northeast. Thus, this paper focused on the intersection between education, human development and the LGBTQIA+ community. The study examines how these disciplines address topics related to sexuality, gender diversity and how they contribute to an in-depth understanding of inclusion and representation. This investigation adopted a qualitative, documentary-type approach. To analyze the data obtained from documentary research, a database was created that can consolidate all relevant elements of each course and disciplines. To analyze the data, we used Bardin's content analysis technique. The results of the analyzes exploring the theme of Human Development led to the identification of three categorical axes of analysis: "Childhood Development"; "Development in Adolescence" and "Development in Old Age". In the education disciplines, three fundamental axes also emerged: "Sexual education"; "Inclusive education"; and "Educational cultural critics".

Keywords: School and Educational Psychology; Human development; Education; LGBTQIA+.

INTRODUÇÃO

Por meio de métodos, teorias, currículos, normas e linguagem, as questões de gênero, etnia, classe e sexualidade permeiam, atravessam e integram a escola. Dessa forma, compreende-se que esse ambiente é um espaço onde diversas relações de poder pulsam, e as diferenças e desigualdades são explicitadas, estabelecidas e vivenciadas (Antas & Arantes, 2019).

Por isso se faz necessário pensar em uma escola holística, que se conceitua como aquela que entende o sujeito para além do aparente, reconhecendo a humanidade dos indivíduos. Ao desafiar as normas sociais, ela se torna verdadeiramente transgressora, criando um espaço para questionar supostas verdades socialmente aceitas, sendo assim capaz de superar o racismo, machismo e LGBTQIA+fobia. Essa escola, ao romper com a narrativa convencional, revela novas possibilidades de existência. Transgredir os limites educacionais dessa maneira permite que a escola se reinvente, trazendo à sociedade uma renovação vital e novas perspectivas (Antunes & Duque 2020).

Um ponto importante para que esse processo ocorra, é que haja a inserção de profissionais psicólogas/os/es nos espaços educacionais, auxiliando na construção de práticas que levam a superação da exclusão da comunidade LGBTQIA+. Porém, para que isso se concretize, é necessário que se cuide da formação universitária, construindo uma visão crítica em cima das armadilhas teóricas que negam a historicidade os significados e os sujeitos. É importante a existência de uma formação com base em uma Psicologia Escolar Crítica, que desloque o olhar analítico de práticas individualizantes, e os volte para escola e o conjunto de relações institucionais, históricas, políticas e sociais (Patto, 2005, 1984, 1999; Fribida & Vasconcelos, 2019).

A Psicologia, ao longo das últimas décadas, tem construído um posicionamento ético-político e científico em defesa da despatologização das orientações sexuais e das identidades de gênero que historicamente foram enunciadas como “desviantes”, “anormais” e/ ou

“patológicas”. A categoria profissional de psicólogas/os/es e a comunidade acadêmica e científica que se dedicam aos Estudos de Gênero e Sexualidades vêm apontando os efeitos negativos, excludentes, violentos e normalizadores de uma Psicologia que não se atenta às construções normativas e essencialistas de gênero e sexualidade (CFP, 2023).

Nos anos 1990, iniciou-se uma profunda revisão crítica em diversas áreas da Psicologia, impactando na discussão sobre a formação. Mudanças teóricas, metodológicas, ético-políticas e perspectivas renovadas sobre o objeto de estudo e intervenção da Psicologia foram debatidas. A crítica central direcionou-se à Psicologia por excluir vários aspectos da realidade social e por ensinar uma Psicologia dita neutra e científica, fundamentada em bases positivistas e a-históricas. A Psicologia Educacional e Escolar também foi alvo desse debate, buscando ampliar sua visão para além das análises psicométricas e rever abordagens que culpabilizavam os responsáveis, questionando, por exemplo, visões preconceituosas sobre o ambiente das crianças em situação de vulnerabilidade (Souza & Barbosa, 2020).

Na Psicologia Escolar e Educacional, as discussões contra a "adaptação escolar", a teoria da "carência cultural", a produção do fracasso escolar e a dependência de programas compensatórios foram essenciais para a mudança. O modelo clínico e biomédico para lidar com a "criança-problema" também foi questionado. As críticas de Patto ao trabalho das psicólogas/os/es em São Paulo (1981), destacando o enfoque individualizante e culpabilizante, foram cruciais nessa transformação, enfatizando a necessidade de uma visão holística da escola (Souza & Barbosa, 2020).

Assim, a formação profissional se faz essencial para uma atuação ética, crítica e socialmente comprometida, especialmente em áreas tão indispensáveis quanto a Educação. Nesse sentido, é crucial reavaliar a estrutura universitária, promover e apoiar pesquisas, e aprimorar os conhecimentos na área de Psicologia Escolar. Isso inclui uma atenção especial aos currículos dos cursos e à abordagem dos conteúdos, visando aprimorar a maneira como são

transmitidos aos alunos (Souza & Barbosa, 2020).

É importante salientar que promover a educação crítica não se restringe apenas ao universo das pessoas LGBTQIA+, abordar essas questões não é exclusivo dos alunos dissidentes em termos de gênero e sexualidade. Isso viabiliza novas interações entre todas as pessoas, libertando e desafiando todos os afetos, em um movimento de descolonização para o benefício de todos. Para isso, é necessário desenvolver e fortalecer uma pedagogia que incorpore a perspectiva queer e as experiências dissidentes (Rodrigues & Melo, 2018).

É com base no exposto que este estudo visa realizar uma análise abrangente das disciplinas de educação e desenvolvimento humano presentes nos Projetos Pedagógicos de cursos (PPC) de Psicologia de instituições de ensino superior públicas do Nordeste, focalizando a interseção entre educação, desenvolvimento humano e a comunidade LGBTQIA+. Com o intuito de examinar como essas disciplinas abordam e incorporam temas relacionados à diversidade sexual e de gênero, contribuindo assim para uma compreensão mais aprofundada da inclusão e representatividade nos ambientes acadêmicos dessa região específica. Compreendendo a interseção dessas duas disciplinas, já que o processo de educação desempenha um papel importante no desenvolvimento individual e social.

MÉTODO

Essa investigação adotou uma abordagem qualitativa, que optou por realizar uma pesquisa documental. A escolha por essa abordagem decorre da sua adequação aos objetivos da pesquisa, buscando utilizar documentos relacionados ao objeto de estudo e ao problema em questão. Em todas as fases da pesquisa documental, é essencial examinar o contexto social abrangente em que o documento foi produzido, compreendendo as nuances políticas, econômicas, sociais e culturais que influenciam a sua elaboração (Kripka et al., 2015; Cellard, 2008).

A investigação ocorreu no contexto brasileiro, sendo o corpus constituído pelos PPCs de Psicologia das instituições públicas (Federais e Estaduais) de ensino superior na região

Nordeste do país. Os documentos analisados são os aprovados pelas autoridades reguladoras de ensino, incluindo o Núcleo Docente Estruturante (NDE), o colegiado do curso e a reitoria.

A coleta de dados neste estudo consistiu na caracterização das IES. Dado que os documentos estavam acessíveis em páginas públicas na internet, a pesquisa não demandou inscrição ou autorização do administrador para acessar o conteúdo, eliminando a necessidade de avaliação ética e registro de consentimento.

Após a identificação dos cursos de Psicologia, procedeu-se à busca pelos PPCs. O acesso a esses documentos foi realizado por meio das páginas eletrônicas das instituições ou através de contato direto via e-mail institucional. Para analisar os dados obtidos na pesquisa documental, foi elaborado um banco de dados com o objetivo de consolidar todos os elementos relevantes de cada curso de Psicologia na região Nordeste. Essa abordagem buscou identificar perfis e realizar uma caracterização abrangente das disciplinas de cada instituição de ensino superior como ano de início do curso, data de elaboração do PPC, turno e quantidade de vagas. Da mesma forma, as disciplinas foram analisadas, destacando-se suas características, como teóricas/práticas, obrigatórias/optativas e carga horária.

Na análise disciplinar, aplicou-se um filtro para identificar os componentes curriculares relacionados aos estudos que versam sobre a comunidade LGBTQIA+ utilizando os seguintes descritores: “gênero”, “sexualidade”, “LGBTQIA+”, “sexo”, “feminismo”, “masculinidade”, “feminilidade”, “gay”, “identidade de gênero”, “homossexual”, “lésbica”, “travesti”, “travestilidade”, “transexualidade”, “transgênero”, “queer”, “heteronormatividade”, “intersexualidade”, “direitos humanos”, “direitos sexuais”, “desigualdade de gênero”, “violência”, “violência de gênero”.

A análise dos dados foi realizada usando a técnica de análise de conteúdo de Bardin (2011), que se define como um procedimento específico centrado nas mensagens e seus significados. Os conteúdos das disciplinas foram categorizados com base em suas temáticas e

representações, sendo posteriormente caracterizadas e interpretadas por meio dos eixos categóricos identificados.

Os resultados das análises das disciplinas que exploram a temática do Desenvolvimento conduziram à identificação de três eixos categóricos de análise, a saber: "Desenvolvimento na Infância"; "Desenvolvimento na Adolescência" e "Desenvolvimento na Velhice". Dentro do contexto das disciplinas educacionais, identificaram-se três eixos fundamentais: "Educação sexual"; "Educação inclusiva"; e "Críticos culturais educativos".

RESULTADOS

Através do levantamento dos PPCs de graduação em Psicologia, acessíveis através das páginas eletrônicas de cada uma das 22 instituições públicas de ensino superior do nordeste brasileiro, encontrou-se 22 projetos. Porém, só foi possível entrar em contato com parte dos projetos pedagógicos completos. Após a utilização dos descritores para filtrar as ementas que abordem as relações de gênero e sexualidade, apenas 11 PPCs apresentaram alguma citação em seu ementário que estivessem relacionados com os temas pesquisados.

Em relação aos cursos de Psicologia que abordam os temas aqui pesquisados, em sua maioria tiveram início entre os anos de 1971-2000 ($n = 6$), seguido dos anos de 2011-2020 ($n=3$), e 2001-2010 ($n=2$). A maioria das instituições oferece entre 30-50 e 80-110 vagas por semestre cada ($n=4$), seguido por 50-80 ($n=3$). Quanto ao ano dos PPCs, a maioria foi elaborada na década de 2010 ($n=8$), as décadas de 90, 00 e 20 aparecem com apenas um ppc elaborado cada ($n=1$). O turno em que o curso é ofertado, em sua maioria, se deu em tempo integral ($n=6$), matutino/vespertino e vespertino aparecem como o segundo turno mais utilizado pelas IES ($n=2$), vespertino aparece como o turno menos ofertado ($N=1$). A caracterização geral das 19 IES aqui investigadas podem ser observadas na Tabela 1.

Através do levantamento e análise das ementas, encontrou-se 20 disciplinas que abordem as temáticas aqui estudadas, sendo 16 disciplinas de desenvolvimento e 4 disciplinas de educação. Observa-se que a sua maioria das disciplinas se deu na modalidade teórica ($n=19$),

seguido por teórico/prático (n=1). Não foi encontrada nenhuma disciplina prática que apresentasse os descritores. Quanto ao tipo de disciplina, a maior parte era obrigatória (n=14), seguido das optativas (n=6). A carga horaria das disciplinas em sua maioria é de 60h (n=16), seguida por 50h (n=3), e 30h e 40h (n=1). Tais considerações podem ser observadas na tabela 2.

As disciplinas de desenvolvimento humano que abordam as temáticas aqui estudadas, proporcionam uma análise aprofundada das teorias psicológicas relacionadas à infância, adolescência e vida adulta. Ao discorrer sobre o impacto do gênero, sexualidade, raça e outros temas, destacam como esses elementos desempenham um papel crucial no intrincado processo de desenvolvimento dos indivíduos, moldando suas experiências e trajetórias ao longo da vida.

No eixo intitulado “Desenvolvimento LGBTQIA+ na infância”, as disciplinas exploram as teorias freudianas, focalizando especialmente na dinâmica da sexualidade e abrangendo as diversas fases desse processo evolutivo. Essa análise busca proporcionar uma compreensão das influências psicológicas que moldam a formação dos indivíduos nesta fase da vida. Encontrou-se quatro disciplinas em três IES que abordaram essa temática.

No eixo “Desenvolvimento LGBTQIA+ na adolescência”, há uma exploração detalhada da interação entre sexualidade e construção da identidade, abrangendo não apenas a puberdade e a maturidade sexual, mas também analisando as implicações psicossociais desse período. São igualmente discutidos temas como sexualidade, gênero, raça e identidade grupal, proporcionando uma compreensão abrangente das complexidades que moldam o desenvolvimento durante a adolescência. A grande maioria das disciplinas está inclusa nesse eixo, sendo nove em oito IES.

No eixo “Desenvolvimento LGBTQIA+ na velhice”, explora-se o processo de envelhecimento, considerando suas implicações quanto ao gênero. Além disso, abordam a influência da sexualidade gênero e classe social nesse processo. Essas disciplinas também

examinam de perto a interação entre envelhecimento e sexualidade, proporcionando uma visão abrangente das complexidades envolvidas nessa fase da vida. Cinco disciplinas em quatro IES discutem os temas abordados nesse eixo. Os principais conteúdos contemplados nas disciplinas que abordam o desenvolvimento humano podem ser visualizadas na tabela 3.

As disciplinas de educação dedicadas às temáticas abordadas neste estudo oferecem uma análise abrangente do ambiente educacional, explorando suas interações com as teorias de gênero e sexualidade. Estas disciplinas aprofundam a discussão sobre como a escola se configura como um instrumento para o controle difusão da cultura hegemônica, examinando de que maneira ela molda e influencia as percepções culturais. Nesse contexto, busca-se compreender como as práticas educacionais podem tanto reproduzir quanto desafiar as normas estabelecidas, destacando a complexa interseção entre educação, gênero, sexualidade e decolonialidade no cenário contemporâneo.

As disciplinas integradas no eixo "Educação Sexual" exploram a significativa relevância da educação sexual, ampliando a abordagem desse tema para incluir a esfera familiar. Elas enfatizam não apenas a importância da educação sexual em si, mas também destacam a manifestação da sexualidade, reconhecendo sua intrincada conexão com a historicidade. Esse enfoque proporciona uma compreensão mais abrangente da influência do contexto histórico na formação das atitudes e expressões sexuais, contribuindo para uma visão mais contextualizada e informada no campo da educação sexual. Uma disciplina em uma IES contempla as temáticas desse eixo.

O eixo "Educação Inclusiva" aborda de maneira abrangente o complexo processo de exclusão e inclusão no contexto educacional. Essas disciplinas mergulham na discussão dos direitos humanos, destacando a importância da diversidade e revelando as nuances da desigualdade social no cenário educacional. Além disso, dedicam atenção especial à educação inclusiva, examinando como as práticas pedagógicas podem ser adaptadas para promover uma

participação mais equitativa de todos os alunos. O eixo também explora a pedagogia queer, aprofundando-se nas perspectivas que desafiam as normas tradicionais de ensino, oferecendo assim uma compreensão mais rica e inclusiva do ambiente educacional. A maioria das disciplinas de educação estão agrupadas nesse eixo, sendo duas de duas IES.

Já o eixo "Críticos Culturais" examina minuciosamente a escola enquanto um instrumento ideológico, analisando o controle cultural e as dinâmicas de poder, incorporando perspectivas provenientes dos estudos culturais e do decolonialismo. Adicionalmente, investiga o papel desempenhado pelo currículo e pelas práticas pedagógicas escolares no contexto das relações de gênero e sexualidades, integrando críticas feministas à educação. Esse conjunto de temas oferece uma visão abrangente e interconectada das complexidades envolvendo sexualidade, educação e poder na sociedade contemporânea, proporcionando uma compreensão mais profunda dessas dinâmicas complexas. Uma disciplina em uma IES contempla esse eixo. Os principais conteúdos contemplados nas disciplinas do eixo educação podem ser visualizados na tabela 4.

DISCUSSÃO

Desenvolvimento LGBTQIA+ na infância

No campo do desenvolvimento infantil, as disciplinas investigam as teorias freudianas, concentrando-se na dinâmica da sexualidade e abordando as várias fases desse processo de desenvolvimento. Essas disciplinas visam oferecer insights sobre as influências psicológicas que contribuem para a formação dos indivíduos durante a infância. Porém esse eixo analítico deixa explícito que essas disciplinas de desenvolvimento abordam as teorias específicas de ênfase, no caso, as teorias de desenvolvimento da sexualidade de Freud. Portanto, é importante questionar por que essas discussões ainda se restringem a teorias que abordam apenas o binarismo e seguem uma estrutura heteronormativa, deixando de lado as diversas dissidências de gêneros e sexualidades e os impactos que ser LGBTQIA+ na infância causa na construção social e de identidade das crianças.

Atualmente, ainda é um tabu pensar na ideia de crianças enquanto seres que tem sexualidade, mesmo com as contribuições da psicanálise freudiana, que, mesmo com as críticas binárias e heteronormativas, reconhecem a importância de não negar a sexualidade na vida infantil. Essa distância entre crianças e sexualidade também se reflete em alguns setores do feminismo, onde, em perspectivas mais radicais, as discussões podem deixar de contemplar meninas e mulheres adolescentes. De maneira geral, em muitas disciplinas das ciências humanas e sociais, sexo e gênero são frequentemente abordados sem considerar as nuances relacionadas à idade, mantendo a concepção de inocência na infância e disfuncionalidade na adolescência quando se trata desses temas (Salgado & de Souza, 2017).

Muitos tabus ainda moldam a percepção de como a sexualidade infantil é vista, o que reflete em proibições presentes nas práticas pedagógicas, seja no controle do corpo ou na tentativa de impor a heterossexualidade às crianças. Além disso, os danos evidentes da heteronormatividade na sociedade são notáveis, contribuindo para a visão de mulheres como submissas e impondo aos homens a obrigação de reforçar sua masculinidade em diversas situações. Essa dinâmica não apenas configura violência simbólica, mas também se manifesta como violência física (Bourdieu, 1999).

Contrariando essa premissa e aos tabus sociais, as crianças manifestam sua sexualidade desde o nascimento, uma sexualidade que é distinta da experiência adulta. Ela expressa sensações de prazer e desprazer, questiona suas teorias e dúvidas, explora seu corpo e o dos outros, buscando respostas às suas indagações. Dessa forma, ela constrói suas identidades de gênero, interagindo com as pedagogias de gênero e sexualidade em um ambiente de constante relacionamento, atuando não como sujeito passivo, mas como agente ativo na formação de sua subjetividade (Filha, 2017).

Portanto, se faz importante destacar que a sexualidade está intrinsecamente vinculada ao desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe emoções, sentimentos e sensações de

prazer e desprazer, à medida que ocorrem as transformações ao longo do tempo. Dessa forma, ampliar as discussões sobre sexualidade permite ponderar sobre sua interligação com o desenvolvimento humano. Nesse contexto, essa conexão viabiliza uma compreensão abrangente dos aspectos físicos, emocionais e sociais do desenvolvimento, enxergando o indivíduo como um todo que vivencia experiências, constrói sua identidade e enfrenta as transformações relacionadas ao corpo (Monteiro & Storto, 2019; Ferreira, 2021).

Desenvolvimento LGBTQIA+ na adolescência

A Psicologia exerce uma função crucial no entendimento dos processos de desenvolvimento mental e comportamental em relação às discussões sobre identidade de gênero e sexualidade na adolescência. Isso abrange uma ampla gama de diversidade e dissidências, refletindo sua importância na compreensão e promoção da inclusão da comunidade LGBTQIA+.

Ao perceber sua identidade LGBTQIA+, o adolescente experimenta sentimentos de medo, angústia e o desejo de autenticidade. Após o momento crucial de se assumir, as relações sociais do jovem queer passam por transformações drásticas devido à quebra das normas estabelecidas nas instituições sociais. Dentro da esfera familiar, mesmo quando a aceitação ocorre, a revelação pode criar distanciamento devido à quebra de expectativas, fragilizando os vínculos afetivos. Essas repercussões se manifestam em vários aspectos da vida, como desemprego, educação, moradia, saúde mental, entre outros fatores, todos influenciados pelo simples fato de ser quem se é (Souza & Magri, 2023).

Percebe-se que a discriminação evidencia a exclusão da comunidade LGBTQIA+ na sociedade, impactando negativamente sua saúde mental ao privá-los de apoio psicológico e sujeitá-los ao desprezo da população. O preconceito decorrente da intolerância social acarreta sérios prejuízos, promovendo a exclusão social e contribuindo para o desenvolvimento de transtornos mentais, como depressão e ansiedade (Sousa, et al., 2020).

Portanto, é essencial integrar nas práticas de formação em Psicologia diálogos que incorporem uma perspectiva que ultrapasse as normas cisheteronormativas ao abordar a adolescência. Compreender plenamente os desafios enfrentados por adolescentes LGBTQIA+ durante esse período é fundamental para avaliar o impacto significativo em seu desenvolvimento social, identidade e bem-estar mental

Desenvolvimento na velhice

Esse eixo compreende disciplinas que exploram o intrincado processo de envelhecimento, destacando a interseção com questões de gênero, sexualidade e classe social, assim como suas dissidências. Essa abordagem oferece uma formação em Psicologia que ilumina as diversas formas como esses elementos influenciam a experiência da velhice, proporcionando aos estudantes uma compreensão abrangente e sensível das complexidades presentes nesse estágio da vida.

A velhice é considerada um fenômeno natural e social que se manifesta na vida do ser humano como uma experiência única e indivisível. Ao longo de sua existência, a pessoa confronta-se com desafios e limitações de natureza biológica, econômica e sociocultural, os quais acarretam a singularização do seu processo de envelhecimento (Siqueira et al., 2002)

Atualmente, a vivência da velhice LGBTQIA+ permanece como um território pouco discutido, resultando em lacunas no entendimento das trajetórias de vida desses indivíduos. Este cenário está intrinsecamente ligado ao preconceito, à exclusão e à invisibilidade, refletindo nas construções sociais que envolvem experiências não heterossexuais (Gomes et al., 2020).

Ainda persistem os estereótipos negativos em relação à velhice LGBTQIA+ de maneira peculiar na sociedade. A qualidade da vida sexual dos idosos é prejudicada pela falta de informação e pelo preconceito enraizado. A sociedade, frequentemente, inferioriza os idosos devido a regras e normas sociais que excluem a sexualidade dessa faixa etária. Idosos LGBTQIA+, temerosos de rejeição ou perseguição, hesitam em assumir abertamente sua

orientação sexual. Assim, o idoso LGBTQIA+ enfrenta um desafio significativo, pois a velhice, já estigmatizada, se torna um duplo estigma quando associada a essa comunidade, combinando os preconceitos relacionados à idade e à orientação sexual (Araújo & Carlos, 2018).

Nesse cenário, a Psicologia se revela como um campo de atuação, estudo e pesquisa promissor, especialmente ao considerar o envelhecimento e a velhice no contexto LGBTQIA+. As transformações biopsicossociais que acompanham esse processo apresentam nuances que permeiam diversos aspectos da vida, oferecendo uma oportunidade única para a compreensão aprofundada e sensível das experiências específicas enfrentadas por essa comunidade ao longo de todo o desenvolvimento dos sujeitos.

Educação sexual

As disciplinas dentro desse eixo não apenas exploram a relevância crucial da educação sexual, mas também ampliam sua abordagem para incorporar a esfera familiar. Além de enfatizar a importância intrínseca da educação sexual, as discussões levantadas por elas destacam a manifestação da sexualidade, reconhecendo sua intrincada conexão com a historicidade. Dessa forma, proporcionam uma formação abrangente que aborda não apenas a teoria, mas também a aplicação prática da educação sexual, considerando o contexto histórico que molda as perspectivas individuais e coletivas sobre a sexualidade.

Filha (2017) afirma que a educação sexual ou a educação para a(s) sexualidade(s), como a autora prefere chamar, pode ser desenvolvida nas instituições educativas estabelecendo um diálogo franco e aberto com as crianças e suas famílias. Entendo-a como “prática que visa a refletir, problematizar, desconstruir discursos considerados como ‘únicas’ possibilidades, evidenciando que os discursos são construções culturais e que suas formas de enunciação são capazes de produção de subjetividades”.

É de suma importância pontuar que trabalhar a temática da sexualidade com as crianças não implica afastar-se dos princípios pedagógicos essenciais no campo educacional. Pelo

contrário, é crucial utilizá-los como base para conduzir discussões com as crianças de forma fundamentada, evitando abordagens baseadas em suposições e preconceitos. A ausência de diálogo sobre sexualidade não é recomendada; pelo contrário, deve-se promover o debate e a educação sexual nas escolas. Por esse motivo, se faz crucial que na educação das crianças, a família e a escola possam estabelecer vínculos entre sexualidade e educação, visando compreender os significados produzidos e expressos. (Monteiro & Storto, 2019).

A falta de uma educação sexual inclusiva e abrangente nas instituições escolares alimenta a ignorância, perpetuando atitudes homofóbicas. Portanto, quando a diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero não é discutida abertamente, o preconceito tem espaço para prevalecer (Sousa et al., 2023).

Por fim, é necessário assegurar a inclusão da educação sobre gênero e diversidade sexual como um meio para fomentar o respeito, a igualdade e a dignidade humana. Isso se torna essencial para conter, sufocar e erradicar a violência e opressão direcionadas diariamente à comunidade LGBTQIA+. O direito de crianças e adolescentes a uma educação de alta qualidade abrange não apenas as disciplinas tradicionais. A construção desse cenário mais justo demanda esforços diários, começando desde as bases, visando uma sociedade em que a liberdade seja a norma e nenhum tipo de preconceito seja tolerado (Hilário, 2018).

Educação inclusiva

As disciplinas inseridas nesse eixo abordam de maneira abrangente o intrincado processo de exclusão e inclusão no contexto educacional. Estas disciplinas aprofundam-se na discussão dos direitos humanos, ressaltando a importância da diversidade e evidenciando as complexidades da desigualdade social no cenário educacional. Além disso, dedicam atenção especial à educação inclusiva, examinando como as práticas pedagógicas podem ser adaptadas para fomentar a participação mais equitativa de todos os alunos. Adicionalmente, o eixo explora a pedagogia queer, proporcionando uma compreensão ampla e sensível das questões

relacionadas à diversidade sexual e de gênero no âmbito educacional.

A escola, enquanto instituição de poder, tem a responsabilidade de garantir igualdade e dignidade para todos os envolvidos no sistema educacional. No entanto, a inércia nos espaços escolares e a falta de políticas eficazes contra a LGBTQIA+fobia contribuem para o aumento da discriminação e violência contra pessoas LGBTQIA+. Este preconceito impacta na evasão escolar e aumenta os casos de tentativas de suicídio entre adolescentes que enfrentam discriminação devido à sua identidade sexual e de gênero, especialmente no ambiente escolar (Sousa et al., 2023).

A estrutura curricular nas escolas, bem como a formação dos professores, muitas vezes adota uma abordagem notadamente higienista e excludente. As metodologias e exemplos apresentados pelos docentes, em diversos casos, reforçam valores sociais que são não apenas heteronormativos, mas também permeados por sexismo e machismo, resultando em práticas pedagógicas que, lamentavelmente, podem ser discriminatórias (Ribeiro, 2020).

Por essa razão, a pedagogia queer se faz tão importante nesses espaços, pois ela tem como objetivo desconstruir o processo pelo qual certos indivíduos se enquadram às normas enquanto outros são excluídos. Ela procura romper com fundamentos biológicos e heteronormativos por meio do estímulo ao desenvolvimento da capacidade reflexiva. Originada das reflexões teóricas na área da educação, essa pedagogia utiliza conceitos da teoria queer para explorar abordagens pedagógicas que vão além das normas cisheteronormativas estabelecidas (Moran & Duro, 2023).

Diante desse cenário, torna-se imperativo que a formação em Psicologia promova uma reflexão crítica e adote abordagens mais inclusivas. Essa abordagem é fundamental não apenas para assegurar um ambiente educacional equitativo, mas também para garantir um espaço respeitoso e acolhedor para a comunidade LGBTQIA+. Essa perspectiva na formação dos profissionais de Psicologia contribui significativamente para a construção de práticas que

promovam a diversidade e combatam a discriminação dentro do contexto educacional.

Críticos culturais e educativos

As disciplinas que formam esse eixo, discutem através de uma análise a escola como um instrumento ideológico, explorando o controle cultural e as dinâmicas de poder. Elas incorporam perspectivas fundamentadas nos estudos culturais e no decolonialismo, destacando a importância de compreender a influência desses elementos na formação psicológica. Essa abordagem crítica não apenas enriquece a compreensão do ambiente educacional, mas também fortalece a capacidade dos profissionais de Psicologia em identificar e abordar questões culturais e de poder de maneira mais informada e sensível.

O que se percebe são as práticas de heteronormatização nas escolas, que buscam moldar a aderência a um único modelo. A escola se apresenta como um ambiente cultural mergulhado na hegemonia, a heteronormatividade é imposta por meio das ações individuais, currículos, tanto o explícito quanto o oculto, e normas de convivência, onde, em prol da ordem, todos são atribuídos a papéis sociais que se organizam a partir do binarismo sexual. Esses corpos desafiantes são frequentemente observados com olhares críticos, refletindo dúvidas e reprovação sobre sua existência (Mafra et al., 2022).

Portanto, na sociedade atual, onde o conflito de classes é central, a escola desempenha um papel crucial ao legitimar a hegemonia, tanto politicamente (ao impor padrões que contribuem para sua reprodução) quanto economicamente (ao estabelecer formas de exploração para a apropriação de capital). Dessa forma, é imperativo reconhecer que, no âmbito da educação, as demandas dos grupos oprimidos estão intrinsecamente ligadas à lógica atual que governa as relações sociais, políticas e econômicas do sistema capitalista. Somente ao articular esses elementos é possível aprofundar o debate e combater a raiz de qualquer opressão que permeia a sociedade. Caso contrário, a abordagem ficará restrita ao enfrentamento das manifestações da opressão, sem contribuir efetivamente para a construção de valores que

superem a hierarquização das diferenças nesta sociedade (Cavalcante & da Silva, 2014).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como foco principal a análise das disciplinas de educação e desenvolvimento nos cursos de Psicologia das universidades públicas do nordeste brasileiro no que diz respeito à sua interseção com a comunidade LGBTQIA+. Ao explorar essa relação, buscamos compreender como essas disciplinas contribuem para a formação de profissionais de Psicologia capazes de lidar de maneira sensível e inclusiva com as questões específicas dessa comunidade.

Assim, nas análises das disciplinas, percebeu-se que as de desenvolvimento humano abordam o impacto do gênero, sexualidade, raça e outros temas, ressaltando sua importância no complexo processo de desenvolvimento humano. Elas evidenciam como esses elementos desempenham um papel crucial, moldando as experiências e trajetórias dos indivíduos ao longo da vida. A análise dessas disciplinas revelou a presença de três eixos distintos: Desenvolvimento LGBTQIA+ na infância, Desenvolvimento LGBTQIA+ na adolescência e Desenvolvimento LGBTQIA+ na velhice. As disciplinas de educação voltadas para as temáticas deste estudo proporcionam uma análise abrangente do ambiente educacional, examinando suas relações com as teorias de gênero e sexualidade. Três eixos distintos foram identificados: "Educação Sexual", "Educação Inclusiva" e "Críticos Culturais".

Os dados revelaram uma escassez de cursos que contém disciplinas de desenvolvimento e educação que abordem os temas aqui pesquisados. Apesar disso, aquelas que foram analisadas demonstraram uma abordagem crítica nos processos de desenvolvimento das pessoas LGBTQIA+, perpassando a infância, adolescência e velhice. Além disso, exploraram a relevância da educação sexual, a inclusão e as dinâmicas de poder e ideologia presentes no ambiente escolar. Essas disciplinas se destacaram ao proporcionar uma perspectiva crítica e abrangente, fundamentais para uma formação que compreenda os diversos aspectos da

comunidade LGBTQIA+.

Em síntese, os resultados desta pesquisa são limitados a um contexto histórico e cultural específico, com nuances que não permitem generalizações amplas. Esta investigação não engloba todos os aspectos do objeto aqui pesquisado, indicando a importância de futuras pesquisas que explorem, por exemplo, o currículo oculto e conduzam uma investigação mais aprofundada, considerando as perspectivas dos professores e alunos em cada Instituição de Ensino Superior (IES).

REFERÊNCIAS

- Antas, R. C., & Arantes, A. S. (2019). Supressão do conceito de gênero em documentos de educação no Brasil: debates e contexto. *Revista Cocar*, 13(26), 393-407.
- Antunes e Duque (2020). agência, gênero e sexualidade dissidentes na escola: experiências de jovens e professores/as em mato grosso do sul. *Revista debates insubmissos*, 3(11), 272-294.
- Araújo, L. F., & Carlos, K. P. T. (2018). Sexualidade na velhice: Um estudo sobre o envelhecimento LGBT. *Psicología, Conocimiento y Sociedad*, 8(1), 218-237. doi: 10.26864/PCS.v8.n1.10
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- Cavalcante, F. B. S., & da Silva, M. M. (2014). Educar para a emancipação humana: o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT no ambiente escolar. *Revista Periódicus*, 1(2), 44-55.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart; J. P. Deslauriers; L. H. Groulx; A. Laperrière; R. Mayer; A. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (3ª ed., pp. 295-316). Vozes.
- Conselho Federal de Psicologia (2023). *Referências técnicas para atuação de psicólogas,*

psicólogos e psicólogues em políticas públicas para população LGBTQIA+. Brasília: CFP.

Ferreira, S. R. (2021). Contribuições da psicologia escolar e educacional nas discussões atuais sobre sexualidade no contexto escolar. (Dissertação de mestrado, Centro Universitário Unidade de Ensino Superior Dom Bosco). <http://repositorio.undb.edu.br/jspui/handle/areas/621>

Filha, C. X. (2017). Sexualidade e identidade de gênero na infância. *Diversidade E Educação*, 3(6), 14–21. Recuperado de <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/637>

Firbida, F. B. G., & Vasconcelos, M. S. (2019). A construção do conhecimento na Psicologia: a legitimação da medicalização. *Psicologia Escolar e Educacional*, 23. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/2175-35392019016120>

Gomes, H. V., de Araújo, L. F., Salgado, A. G. A. T., de Jesus, L. A., da Silva Fonseca, L. K., & da Silva Alves, M. E. (2020). Envelhecimento de homens gays brasileiros: Representações sociais acerca da velhice LGBT. *Psychologica*, 63(1), 45-64.

Hilário, P. H. C. (2018). *Educação, gênero e diversidade sexual: os direitos humanos da população LGBT, da criança e do adolescente*. (Tese de Doutorado). Universidade do extremo sul catarinense – UNESC, Criciúma.

Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de investigaciones UNAD*, 14(2), 55-73.

Mafra, W. C. B., da Rocha, G. O. R., & Mafra, R. L. P. (2022). Quando a realidade se mostra: experiências de conformação de corpos no seio da escola básica. *Diversidade e Educação*, 10(1), 330-354.

Monteiro, S. A. de S., & Storto, L. J. (2019). Educação infantil: uma reflexão plural da

história e da sexualidade. *Revista Ibero-Americana De Estudos Em Educação*, 14(1), 237–252. <https://doi.org/10.21723/riaee.v14i1.11865>

Moran, M., & Duro, R. (2023). Pedagogia queer na construção de uma educação democrática. *Diálogos Possíveis*, 2(2).

Ribeiro, E. (2020). O impacto da (in) segurança escolar na saúde de estudantes LGBT: violências recônditas nas frestas da escola. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, 3(11), 119-139.

Rodrigues, E. H. S., & de Melo, I. F. (2018). Por uma pedagogia que liberte todas as cores: o projeto mulheres inspiradoras e seu potencial para o enfoque em dissidências de gênero e sexuais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 19(3), 164-184.

Salgado, R. G., & de Souza, L. L. (2017). Gender, Sexuality and Childhood: Children Scenes Against Innocence. *Childhood & Philosophy*, 14(29), 241–258. <https://doi.org/10.12957/childphilo.2018.30540>

São Pedro, M. V. A. (2019). *Vivência das sexualidades na escola: um diálogo com professoras/res em Salvador* (Dissertação de mestrado, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, BH) Recuperado de <http://www.saberaberto.uneb.br/handle/20.500.11896/1666>

Siqueira, R. L.; Botelho, M. I. V., & Coelho, F. M. G. (2002). A velhice: algumas considerações teóricas e conceituais. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, 7(4), 899-906.

Sousa, I. J. F. D., Costa, R. M. R., Rodrigues, R. O. (2023). Homofobia no espaço escolar: desafios educacionais e suas consequências para a vida de indivíduos LGBTQIA+. Anais IX CONEDU. Campina Grande: Realize Editora. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/98933>.

Souza, A. B. de, Alves, G. D., Silveira, L. de A., Oliveira, L. C., Lazzaretti, L. N., Battisti, S. C., & Carlesso, J. P. P. (2020). The impacts of social and family prejudice on the

mental health of lesbians, gays, bisexuals and transsexuals. *Research, Society and Development*, 9(4), e34942760. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i4.2760>

Souza, H. R., & Magri, A. J. (2023). Desenvolvimento socioafetivo de crianças e adolescentes queer. *Revista Científica Unilago*, 1(1).

Souza, M. P. R., & Barbosa, R. B. (2020). A formação de psicólogos e diretrizes curriculares nacionais em psicologia. In M. P. R de Souza, A. K. A. Checchia, C. J. M. Ramos, G. Toassa, S. M. C. da Silva & T. S. A. Brasileiro (Orgs.), *Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar* (pp. 29-54). Editora CRV.

Souza, M. P. R., da Silva, S. C. & Toasso, G. (2020). Desafios e perspectivas para a formação de psicólogos nos processos educativos. In M. P. R de Souza, A. K. A. Checchia, C. J. M. Ramos, G. Toassa, S. M. C. da Silva & T. S. A. Brasileiro (Orgs.), *Diretrizes curriculares e processos educativos: desafios para a formação do psicólogo escolar* (pp. 289-310). Editora CRV.

LISTA DE ANEXOS

Tabela 3 Caracterização dos PPCs. Estudo 2.

Características	Nº	%
Turno		
Integral	6	55%
Matutino	2	18%
Vespertino	1	9%
Matutino/Vespertino	2	18%
Vagas		
30-50	4	36%
50-80	3	27%
80-110	4	36%
Ano PPC		
Anos 90	1	9%
Anos 00	1	9%
Anos 10	8	73%
Anos 20	1	9%
Ano de início do curso		
1971-2000	6	55%
2001-2010	2	18%
2011-2020	3	27%

Tabela 4 Caracterização geral das disciplinas. Estudo 2.

Características	Nº	%
Modelo da disciplina	Nº	%
Teórico	19	95%
Teórico-prático	1	5%
Tipo de disciplina	Nº	%
Obrigatório	14	70%
Optativo	6	30%
Carga horária	Nº	%
30hrs	1	5%
50hrs	3	15%
60hrs	16	80%

Tabela 5 Temas abordados nas disciplinas de Desenvolvimento Humano. Estudo 2.

Eixos	Conteúdos	Nº de disciplinas	IES
Desenvolvimento na infância	- Fases do desenvolvimento da sexualidade freudiana.	4	3
Desenvolvimento na adolescência	- Sexualidade e identidade; - Puberdade e maturidade sexual; - Repercussões psicossociais na adolescência: sexualidade, gênero, raça e identidade grupal.	9	8
Desenvolvimento na velhice	- O processo de envelhecimento e gênero; - Influência de gênero, sexualidade e classe social no processo da velhice; - Envelhecimento e sexualidade.	5	4

Tabela 6 Temas abordados nas disciplinas que versam sobre educação. Estudo 2.

Eixos	Conteúdos	Nº Disciplinas	IES
Educação sexual	Educação sexual na família, manifestação da sexualidade, sexualidade e historicidade.	1	1
Educação inclusiva	Inclusão, exclusão e direitos humanos, desigualdade social e diversidade. Educação inclusiva. Pedagogias queer.	2	2
Críticos culturais educativos	Escola como instrumento ideológico, controle cultural e relações de poder, estudos culturais e decolonialismo, O currículo e as práticas pedagógicas escolares no contexto das relações de gênero e das sexualidades. Críticas feministas e educação.	1	1

5. Síntese integradora e recomendações

Esta dissertação foi desenvolvida com o objetivo de investigar os sentidos atribuídos e os fundamentos epistemológicos envolvidos na abordagem da comunidade LGBTQIA+ nos currículos de graduação em Psicologia na região Nordeste do Brasil. Para tanto, foram estruturados os seguintes objetivos específicos: a) Identificar as formas como se apresentam os sentidos acerca da comunidade LGBTQIA+ nos Projetos Pedagógicos (PPC) para os cursos de formação em Psicologia das Instituições de ensino superior do Nordeste brasileiro; b) Sistematizar e mapear na perspectiva da análise curricular, as disciplinas dos cursos de graduação em Psicologia das Instituições públicas de ensino superior do Nordeste que oferecem temáticas referentes a comunidade LGBTQIA+; e c) Analisar os objetivos, matriz curricular e ênfases das disciplinas que abordam a interseção entre educação, desenvolvimento humano e a comunidade LGBTQIA+ em Instituições de Ensino Superior públicas do Nordeste.

A pesquisa analisou de que modo a formação da/os/es Psicóloga/os/es na região Nordeste brasileira capacita o profissional para uma atuação voltada para a comunidade LGBTQIA+. Foi analisado o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) para os cursos de formação em psicologia nos Institutos de Ensino Superior (IES) públicos (Federais e estaduais) do Nordeste brasileiro. Pensando em como as teorias psicológicas que abordam questões relacionadas a comunidade LGBTQIA+ estão sendo abordadas, de modo a refletir na maneira que elas vêm versando frente a este tema na atualidade, e nos diferentes modos de ser no atual contexto social e histórico.

Com base nisso, foram desenvolvidos dois estudos que dialogam com a análise dos PPCs e suas disciplinas que abordam temáticas relacionadas à comunidade LGBTQIA+. O Estudo 01, intitulado *Comunidade LGBTQIA+ e formação em Psicologia: apreciações dos Projetos Pedagógicos de Cursos no Nordeste brasileiro*.

As disciplinas analisadas foram categorizadas em seis classes, sendo elas: “Aspectos da Psicologia Social e decolonialidade”, “Aspectos políticos”, "Aspectos biológicos do desenvolvimento", “Interseccionalidade”, “Produção de subjetividade”, "Aspectos jurídicos e direitos humanos”. As disciplinas revelaram a preocupação em abordar a temática LGBTQIA+ a partir de um viés interseccional, de forma ética, considerando os direitos humanos e todos os fatores políticos, sociais e culturais que os atravessam.

O Estudo 02, intitulado *Análise de Disciplinas de Psicologia Escolar sobre Dissidências de Gênero e Sexualidade no Projeto Pedagógico de Cursos no Nordeste brasileiro*. Através do levantamento e análise das ementas, encontrou-se 20 disciplinas que abordam as temáticas aqui estudadas, sendo 16 disciplinas de desenvolvimento e 4 disciplinas de educação. As disciplinas de Desenvolvimento humano foram agrupadas em três eixos categóricos, “Desenvolvimento LGBTQIA+ na infância”; “Desenvolvimento LGBTQIA+ na adolescência” e “Desenvolvimento LGBTQIA+ na velhice”. As disciplinas que versam sobre educação também foram divididas em três categorias, "Educação Sexual"; "Educação Inclusiva" e "Críticos Culturais".

Através das análises das disciplinas, ficou evidente que as de desenvolvimento humano buscam discutir os impactos que as temáticas de gênero, sexualidade, raça e outros acarretam no complexo processo de desenvolvimento humano. As disciplinas de educação voltadas para as temáticas deste estudo proporcionam uma análise abrangente do ambiente educacional, examinando sua intersecção com as teorias de gênero e sexualidade. Trazendo em seu escopo a importância de tratar sobre educação sexual nos ambientes educacionais, pensar as formas de inclusão e analisar a escola enquanto instrumento ideológico heteronormativo.

Dessa forma, o estudo buscou contribuir para fomentar debates em torno da formação em psicologia para uma atuação das psicólogas/os/es voltada para a comunidade LGBTQIA+. Com o intuito de incentivar novas discussões e novas visões críticas relacionadas ao

instrumental técnico-prático e ético-político que orienta o fazer profissional, tomando como centro a formação em psicologia e a capacitação para uma atuação que visa fazer um trabalho voltado para o público LGBTQIA+, tentando compreender e aprimorar a abordagem acadêmica frente a essa diversidade.

Sublinho as limitações inerentes a esta pesquisa, o que resultou na não abordagem de alguns aspectos do objeto de estudo. Abordar de maneira abrangente o vasto tema do currículo se apresenta como um desafio significativo devido à sua extensão e complexidade. Por esse motivo, a investigação limitou-se a explorar um tipo particular de currículo, o currículo prescrito. Também se faz importante destacar que o presente estudo se concentra em analisar um contexto geográfico específico do país, limitando-se à região Nordeste.

Com base na análise da pesquisa, sugere-se a articulação de políticas públicas voltadas para facilitar o acesso, permanência e proteção de pessoas LGBTQIA+ no Ensino Superior. É importante que essas iniciativas operem de maneira integrada, permitindo a avaliação por membros da própria comunidade LGBTQIA+. Todo o exposto se faz necessário pois o que fica evidente são as ações de negação de direitos que essas pessoas sofrem tanto para conseguir acessar quanto permanecer nesses espaços.

Além disso, é recomendável a criação de políticas intersetoriais voltadas para a criação de grupos de formação destinados a docentes, visando fortalecer o manejo das temáticas de gênero e sexualidade dissidentes nesses espaços de ensino. Buscando promover a inclusão das diferenças e favorecendo o exercício democrático nos diversos espaços do ensino superior, o que inclui a pesquisa e extensão.

Portanto, aqui destaco a necessidade de futuras pesquisas que considerem o currículo oculto, analisando todos os aspectos que não fazem parte do currículo oficial, por exemplo, a pesquisa, extensão, cursos e rodas de conversas disponibilizadas nas IES. Também se faz necessário explorar as perspectivas de discentes e docentes, assim como do corpo técnico. Por

fim, é importante pesquisar outras áreas do Brasil, para que se tenha uma visão ampla da questão em todo território nacional. Também se faz imprescindível uma investigação que abarque as instituições de ensino superior privadas que ofertam o curso de psicologia, pois dessa forma se teria uma visão mais completa da formação no Brasil. Por fim, a inclusão desses elementos proporciona uma compreensão mais abrangente de como a graduação em Psicologia está incorporando, ou não, temas que perpassam a comunidade LGBTQIA+.

5. Referências

- Albuquerque Junior, D. M. (2013). *Nordestino uma invenção do “falo”*: Uma história do gênero masculino (1920-1940). São Paulo, SP: Intermeios.
- Almeida, W. R., Morales, C. R., Grossi, F. R., Senna, B. L., & Magalhães, B. S. (2019). Curso de graduação em psicologia da Faculdade São Francisco de Barrerias (FASB): Uma história de protagonismo no oeste baiano. *Hígia-Revista de ciências da saúde e sociais aplicadas do oeste baiano*, 4(1), 5-18. Recuperado de <http://www.fasb.edu.br/revista/index.php/higia/article/view/299/317>
- Amaral, C., Ribeiro, P. R. C., & de Barros, S. D. C. (2022). Por uma psicologia que (re) conheça a todos/as: discussões curriculares sobre a formação de psicólogos/as em relação às discussões sobre gêneros e sexualidades. *Psicologia Revista*, 31(2), 332-357.
- Amendola, M. F. (2014). Formação em psicologia, demandas sociais contemporâneas e ética: Uma perspectiva. *Psicologia: ciência e profissão*, 34, 971-983.
- Antunes, M. A. M. (2008). Psicologia Escolar e Educacional: história, compromissos e perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 12, 469-475.
- Aragusuku, H. A., & Lara, M. F. A. (2020). Uma Análise Histórica da Resolução n 01/1999 do Conselho Federal de Psicologia: 20 Anos de Resistência à Patologização da Homossexualidade. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39.
- Araujo, V. P. C. (2018). O conceito de currículo oculto e a formação docente. *Revista de estudos aplicados em educação*, 3(6).
- Assis, M. M. (2018). *Gênero e a formação de psicólogas/os em Goiás: problematizando (in) visibilidades e reflexos no ensino acadêmico* (dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO). Recuperado de <http://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/8398>
- Barbosa, R. M., & Marinho-Araújo, C. M. (2010). Psicologia escolar no Brasil: considerações e reflexões históricas. *Estudos de Psicologia*, 27(3), 393-402.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Retos, Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições, 70.
- Bock, A. M. B. (2015). Perspectivas para a Formação em Psicologia. *Psicologia: Ensino e Formação*, 6 (2), 114-122.

- Brandão, S., & Miranda, V. D. S. N. (2012). Homofobia e invisibilidade na educação. *Anais do Seminário Nacional de Educação, Diversidade Sexual e Direitos Humanos*. Recuperado de <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1924>
- Brasil. (2011). Resolução CNE/CES nº 5, de 15 de março de 2011. Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia. Recuperado de: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12991.
- Brasil. (2016). Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016. *Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais*. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF. Disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>
- Brasil. (2019). Lei Nº 13.935, de 11 de dezembro de 2019. *Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e serviço social nas redes públicas de educação básica*. Brasília, DF: Palácio do Planalto. Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/L13935.htm.
- Brasil. (2019). Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior. Revisão das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) dos Cursos de Graduação em Psicologia e estabelecimento de normas para o Projeto Pedagógico Complementar (PPC) para a Formação de Professores de Psicologia. Recuperado de https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_PAR_CNECESN10712019.pdf
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Civilizações Brasileiras.
- Caetano, M., Lima, C. H. L., & Castro, A. M. (2019). diversidade sexual, gênero e sexualidades: temas importantes à educação democrática. *Colloquium Humanarum*. ISSN: 1809-8207, 16(3), 5–16. Recuperado de <https://revistas.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3179>
- Camargo, B. V. (2005). ALCESTE: Um programa informático de análise quantitativa de dados textuais. In Moreira, A. S. P. Moreira; B. V. Camargo; J. C. Jesuino; S. M. Nóbrega (Orgs.), *Perspectivas teórico-metodológicas em representações sociais* (pp. 511-539). João Pessoa: Editora da UFPB.
- Camargo, B. V., & Justo, A. M. (2013). IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de

dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 513-518. <https://dx.doi.org/10.9788/TP2013.2-16>.

- Cannone, L. A. R. (2019). Historicizando a transexualidade em direção a uma psicologia comprometida. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 39, e228487.
- Cellard, A. (2012). A análise documental. In J. Poupart; J. P. Deslauriers; L. H. Groulx; A. Laperrière; R. Mayer; A. Pires (Orgs.), *A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos* (3ª ed., pp. 295-316). Vozes.
- Clemente, A. (2019). Diálogos entre Saúde Mental e Homossexualidade: notas sobre produção de subjetividade, sofrimento e opressão. *REBEH*,2(1)
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2013). *Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans*. Brasília, DF: o autor. Recuperado de <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2013/09/Nota-t%C3%A9cnica-processo-Trans.pdf>
- Conselho Federal de Psicologia (CFP). Resolução nº 8/2022. Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília, DF: [s.n.], 2022. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-8-2022-estabelece-normas-de-atuacao-para-profissionais-da-psicologia-em-relacao-as-bissexualidades-e-dema-is-orientacoes-nao-monossexuais?origin=instituicao>. Acesso em: 20 jun. 2023.
- Conselho Federal de Psicologia. (2018). Ano da formação em psicologia: revisão das diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em psicologia São Paulo: CFP/ABEP/FENAPSI.
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/1999: Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Brasília, 22 mar. 1999 [acesso em 12 jan. 2015]. Disponível em: http://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf
- Conselho Federal de Psicologia. Resolução nº 01/2018: Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, 29 jan. 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>
- Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região - CRPSP (2011). *Exposição 50 anos da*

Psicologia no Brasil: a história da Psicologia no país. São Paulo: CRPSP.

- Cunha, L. da R. S. da, & Dantas, O. M. A. N. A. (2020). O currículo institucional e a formação pedagógica do docente universitário / Institutional curriculum and educational education of university teachers. *Brazilian Journal of Development*, 6(9), 64109–64119. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n9-007>
- da Silva, F. A., & de Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus–Actas de Saúde Coletiva*, 11(1), p.81.
- Dagalarrondo, P. (2019) *Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais*. 3. ed. Porto Alegre: Artmed.
- Dantas, M. H. (2020). *Sobreviventes! Violência contra LGBT no Nordeste brasileiro*. (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, RN). Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/bitstream/123456789/33006/1/SobreviventesViolenciacontra_Dantas_2020.pdf
- de Freitas, C. V. (2021). O Currículo em debate: Positivismo—Pós-modernismo. Teoria—Prática. *Revista de Estudos Curriculares*, 12(2), 13-39.
- dos Santos, J. P. L., & Moreira, N. R. (2019). Articulado currículo e cultura? Exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no ensino superior brasileiro. *Revista Tempos E Espaços Em Educação*, 12(31), 233-254. <https://doi.org/10.20952/revtee.v12i31.10678>
- Duarte, M., Ferreira, L. & Coelho, M. (2019). Diversidade Sexual e de Gênero na Saúde Mental: aproximações e experiências no campo da pesquisa. *REBEH*,2(1).
- Favero, S. (2019). Cisgeneridades precárias: raça, gênero e sexualidade na contramão da política do relato. *Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades*, 13(20).
- Ferreira Neto, J. L. (2010). Uma genealogia da formação do psicólogo brasileiro. *Memorandum: Memória E História Em Psicologia*, 18, 130–142. Recuperado de <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6645>.
- Figueiredo, G. D. O., & Orrillo, Y. A. D. (2020). Currículo, política e ideologia: estudos críticos na educação superior em saúde. *Trabalho, Educação e Saúde*, 18.
- Filho, A. dos S. G., Nunes, L. F. & Filho, T. L. de L., (2021). A escrevivência do corpo na

- composição de experiências dissidências de gênero decoloniais. *Bagoas - Estudos Gays: Gêneros E Sexualidades*, 14(22). Recuperado de <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/22850>
- Foucault, M. (2005) *História da sexualidade: a vontade de saber*. v. I. 16. ed. Rio de Janeiro: Gal.
- Francisco, T. J., Mendes, S. A. F., & de Meira, A. C. G. A. (2019). Gênero, sexualidade e diversidade na escola: resultados de um projeto de pesquisa desenvolvido no Ifnmg, Campus Salinas. *Research, Society and Development*, 8(9), 01-11.
- Galindo, W, Tamman, B. F., & Sousa, T. B. S. (2020). Estratégias formativas em serviços-escola de Psicologia: Revisão bibliográfica da produção científica. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 40, e188175. <https://dx.doi.org/10.1590/1982-3703003188175>
- Gama, M. C. B. D. (2019). Cura gay? Debates parlamentares sobre a (des) patologização da homossexualidade. *Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)*, 4-27.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo, SP: Atlas.
- Gonçalves, A. O. (2019). Religião, política e direitos sexuais: controvérsias públicas em torno da “cura gay”. *Religião & Sociedade*, 39, 175-199.
- Grupo Gay da Bahia. Mortes violentas de LGBTQ+ no Brasil: relatório 2021. Grupo Gay da Bahia, 2021. Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf>
- Guzzo, R. S. L. (2008). Psicologia em instituições escolares e educativas: apontamentos para um debate. In *Ano da psicologia na educação. Textos geradores* (pp. 53-61). Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.
- Guzzo, R. S. L., & Ribeiro, F. M. (2019). Psicologia na escola: Construção de um horizonte libertador para o desenvolvimento de crianças e jovens. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, 19(1), 298-312. DOI: <https://doi.org/10.12957/epp.2019.43021>.
- Guzzo, R. S., Mezzalira, A. S., Moreira, A. P. G., Tizei, R. P., & Silva Neto, W. M. D. F. (2010). Psicologia e Educação no Brasil: uma visão da história e possibilidades nessa relação. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 131-141.
- Meira, M. E. M. (2012). A crítica da Psicologia e a tarefa da crítica na Psicologia. *Revista Psicologia Política*, 12(23), 13-26.

- Heilborn, M. L., Rohden, F. (2009). Gênero e diversidade na escola: a ampliação do debate. In: Andreia, B., Leila, A., Maria, E. P. (org.). *Gênero e diversidade na escola: Formação de professoras/es em gênero e sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais*. Rio de Janeiro: CEPESC.
- Hooks, B. (2013). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jesus, J. G. (2012). Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos. Núcleo de estudos e pesquisas em gênero e sexualidade. Goiás: Universidade Federal de Goiás. Recuperado de <http://www.sertao.ufg.br/pages/42117>
- Junior, E. B. L., de Oliveira, G. S., dos Santos, A. C. O., & Schneckenberg, G. F. (2021). Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa. *Cadernos da FUCAMP*, 20(44).
- Junqueira, R. D. (2017) “Ideologia de Gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: Paula, R. C. R., Joanalira, C. M. (org.). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: Ed. da Furg.
- Klant, L. M., & Santos, V. S. dos. (2021). O uso do software IRAMUTEQ na análise de conteúdo – estudo comparativo entre os trabalhos de conclusão de curso do ProfEPT e os referenciais do programa. *Research, Society and Development*, 10(4), e8210413786. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i4.13786>
- Kripka, R. M. L., Scheller, M., & Bonotto, D. D. L. (2015). Pesquisa documental na pesquisa qualitativa: conceitos e caracterização. *Revista de investigaciones UNAD*, 14(2), 55-73.
- Kripka, R. M. L.; Scheller, M.; Bonotto, D. de L. (2015). Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa. *Investigação Qualitativa em Educação//Investigación Cualitativa en Educación// Vol. 2*, pp 243-247. Recuperado de <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/252>
- Lacerda, L. X. B. (2022). Currículo escolar e a autorreflexão docente na perspectiva queer: a liberdade de ser e existir. In C. S. Meira & L. A. T. Ferreira (Orgs.), *Gênero, sexualidade e identidade em suas diferentes análises* (1ª ed., pp. 88-106). Editora Poisson.
- Lima, A. M. (2019) Gênero, diversidade sexual e psicologia: reflexão sobre a formação das(os) psicólogas(os). In D. Ferrão; L. H. De Carvalho; T. Coacci (Orgs.), *Psicologia, gênero*

- e diversidade sexual: saberes em diálogo* (pp. 16-35). Belo Horizonte, MG: CRP04.
- liveira, G. A. L. de., Gomes, L. K. B., Castro, R. R. P., Carvalho Filho, J. de D., & Felício, G. O. (2022). A construção discursiva do “kit gay” como instrumento de manipulação do eleitorado evangélico brasileiro. *Paralellus Revista De Estudos De Religião - UNICAP*, 13(32), 179–195. <https://doi.org/10.25247/paralellus.2022.v13n32.p179-195>.
- Louro, G. L. (1997). *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ. Vozes.
- Machado, F. L. B. A. (2010) Sobre a atuação do psicólogo escolar. Faculdade de Ciências da Educação e Saúde. Brasília. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/185253625.pdf>>. Acesso em 10 fev. 2023.
- Meira, M. E. M. (1997). *Psicologia escolar: pensamento crítico e práticas profissionais*. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, University of São Paulo, São Paulo. doi:10.11606/T.47.1997.tde-01122022-181909. Retrieved 2023-03-16, from www.teses.usp.br
- Negreiros, F., Alexandrino, R. (2023). *Psicologia escolar e educacional & população LGBTQIA+*. SP: Alínea editora.
- Negreiros, F., Pereira Neto, A. A., & Araújo, M. G. N. (2023). Contribuições e possibilidades da atuação em psicologia escolar crítica diante da população LGBTQIA+. In F. Negreiros & R. Alexandrino (orgs.), *Psicologia escolar e educacional & população LGBTQIA+* (pp.17-38). Alínea editora.
- Pacífico, M. (2019). Materialismo histórico-dialético: gênese e sentidos do método. *Argumentos Revista de Filosofia*, 21, p. 220-231.
- Patto, M. H. S. (1984). *Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar*. São Paulo, SP: T. A. Queiroz.
- Patto, M. H. S. (1999). *A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Patto, M. H. S. (2005). *Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.
- Pereira, F. M. & Pereira Neto, A. (2003). O Psicólogo no Brasil: notas sobre seu processo de profissionalização. *Psicologia em Estudo*, 8(2), 19-27.

- Peres, W. S., & Toledo, L. G. (2011). Dissidências existenciais de gênero: resistências e enfrentamentos ao biopoder. *Revista Electrónica de Psicología Política*, 261-277.
- Picasso, R., & Tavares, N. D. O. (2019). Projetos pedagógicos de psicologia em Goiás: apontamentos sobre a formação em saúde mental. *Revista do NUFEN*, 11(2), 39-59. Doi: 10.26823/RevistadoNUFEN.vol11.n02artigo52
- Ramos, A. C., Rocha, M. L., Pimenta, T. J., Breia, V. C. (2008). O psicólogo na escola: História e formação. In A. Maria Jacó-Vilela, F. Jabur, H. de Barros Conde Rodrigues (Eds.) *Clio-psyché: Histórias da psicologia no Brasil* (PP. 129-134). Recuperado de http://grupodetrabalhoeorientacao.com.br/Virginia_Fontes/capitulos-livros/Clio-e-Psyche.pdf
- Resolução n. 10, de 27 de março de 2018. Dispõe sobre a inclusão do nome social na carteira de identidade profissional da psicóloga e do psicólogo e dá outras providências. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/04/SEI_CFP-0037173-Resolução.pdf
- Ribeiro, M. E., & Soligo, Â. F. (2020). Diretrizes Curriculares e Formação do Psicólogo Brasileiro: avanços, retrocessos e desafios. *Revista Integración Académica en Psicología, Ciudad de México*, 8(22), p36-49.
- Rodrigues, E. H. S., & de Melo, I. F. (2018). Por uma pedagogia que liberte todas as cores: o projeto mulheres inspiradoras e seu potencial para o enfoque em dissidências de gênero e sexuais. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, 19(3), 164-184.
- Rodriguez, S. de los S. (2020). Um breve ensaio sobre a masculinidade hegemônica. *Diversidade E Educação*, 7(2), 276–291. <https://doi.org/10.14295/de.v7i2.9291>
- Rondini, Carina Alexandra, Teixeira Filho, Fernando Silva, & Toledo, Livia Gonsalves. (2017). Concepções homofóbicas de estudantes do ensino médio. *Psicologia USP*, 28(1), 57-71. <https://dx.doi.org/10.1590/0103-656420140011>.
- Roseiro, M. C., Rodrigues, A., & de Barros, M. E. B. (2021). Dissidências de um curso: transicionando gêneros e currículos na formação em psicologia. *Mnemosine*, 17(1).
- Sacristán, J. G., & GÓMEZ, A. (2013). O que significa o currículo. In José, G. S. (Org). *Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso*, 16-35.
- Santana, J. G. L. D., & Sobrinho, J. M. D. S. (2023). LGBTQIAP+: histórias limitadas por um simples conceito.

- Sá-Silva, J. R., Almeida, C. D. D., & Guindani, J. F. (2009). Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *Revista brasileira de história & ciências sociais*, 1(1), 1-15.
- Scarpato, H. B. K.; Torres, S. & Ecker, D. D. (2014). Psicologia e Ditadura Civil-Militar: Reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de Estado. *Revista Epos*, 5(1), 57-78.
- Seixas, P. S., Coelho-Lima, F., Silva, S. G., & Yamamoto, O. H. (2013). Projeto Pedagógico de Curso e formação do psicólogo: uma proposta de análise. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17, 113-122. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100012>.
- Silva Neto, W. M. F., Guzzo, R. S. L., & Moreira, A. P. G. (2014). Estagiários de Psicologia na escola: o que os bastidores revelam para a formação profissional?. In: Guzzo, R. S. L. (Org.). *Psicologia Escolar: desafios e bastidores na educação pública*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Silva, F. A., & de Mello, I. S. P. B. (2017). Psicologia e a despatologização da transexualidade. *Tempus Actas de Saúde Coletiva*, 11(1), 81-95. doi: <http://dx.doi.org/10.18569/tempus.v11i1.1924>
- Silva, R. V. S., do Nascimento, L. C. P., & Caetano, M. (2021). A Bicha Docente Despachada: socioetizando a educação nas diferenças. *Textura-Revista de Educação e Letras*, 23(55).
- Silva, T. S. (2021). Pansexualidade: uma sexualidade monodissidente. In Anais V Desfazendo Gênero. Campina Grande: Realize Editora. Recuperado de <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/79281>.
- Silva, T. T. (1996). *Identidades terminais: as transformações na política da pedagogia e na pedagogia da política*. Petrópolis, RJ; Vozes.
- Silva, T. T. (2004). *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Soares, A. R. (2010). A Psicologia no Brasil. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30 (núm. esp.), 8-41.
- Soares, M. R. (2019). *Pedagogias transgressoras*. Salvador, BH: Super intendência de Educação a Distância.
- Soares, Z. P., & Monteiro, S. S. (2019). Formação de professores/as em gênero e sexualidade:

- possibilidades e desafios. *Educar em revista*, 35(73), 287-305.
- Souto, G. A. (2023). Diversidade Sexual e de Gênero no Âmbito do Materialismo Histórico-Dialético. *TEL Tempo, Espaço e Linguagem*, 14(2), 278-305.
- Souza, W. V. F. (2022). A materialização do ódio em corpos massacrados: uma contribuição geográfica das práticas criminosas contra LGBTI+ no nordeste brasileiro. *Revista GeoUECE*, 11(20), e202202. Recuperado de <https://revistas.uece.br/index.php/GeoUECE/article/view/8707>
- Vilela, A. M. J. (2012). História da Psicologia no Brasil: uma narrativa por meio de seu ensino. *Psicologia: ciência e profissão*, 32, 28-43.